



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO  
Escola de Ciências, Educação, Letras, Artes e Humanidades  
Programa de Pós-graduação em Ensino das Ciências  
Curso de Mestrado Profissional

**FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS  
ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS NA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS-RJ.**

**RENATA SOUZA VOGAS**



Duque de Caxias  
Fevereiro/2023

**FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM  
SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
DUQUE DE CAXIAS-RJ.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências da Universidade do Grande Rio, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Ensino das Ciências na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Relações Sociais e Cidadania

Orientadora

Dra. Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

Duque de Caxias  
Fevereiro/2023

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS**

V877f

Vogas, Renata Souza.

Formação do profissional de apoio na inclusão dos alunos com síndrome congênita do Zika Vírus na rede municipal de ensino de Duque de Caxias-RJ / Renata Souza Vogas. – Duque de Caxias, RJ, 2023. 214 f.

Dissertação (Mestrado) – UNIGRANRIO. Escola de Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2023.

Orientadora: Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

1. Educação Especial. 2. Inclusão. 3. Formação. 4. Profissional de Apoio. 5. Síndrome congênita do Zika Vírus. I. Reis, Haydéa Maria Marino de Sant'Anna. II. Unigranrio. III. Título.

CDD – 616

**RENATA SOUZA VOGAS**

**FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS  
ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO VÍRUS ZIKA NA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS/RJ**

Dissertação submetida à banca examinadora como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

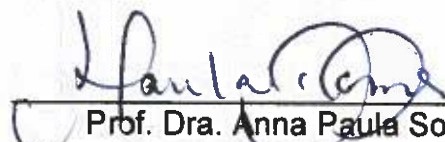
Aprovada em 02 de fevereiro de 2023, por:



Prof. Dra. Haydêa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências (PPGEC)  
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



Prof. Dra. Márcia Denise Pletsch  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)



Prof. Dra. Anna Paula Soares Lemos  
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes (PPHCA)  
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



Prof. Dra. Rosilaine de Fátima Wardenski  
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências (PPGEC)  
Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)

Duque de Caxias  
2023

DEDICATÓRIA: Dedico esta pesquisa primeiramente a Deus, que com toda sua majestade, me honrou diariamente em meio a muitos desafios e muitas perdas neste período pandêmico. Por conseguinte, dedico o resultado deste trabalho aos mais de três mil alunos público da Educação Especial da Rede de Ensino do Município de Duque de Caxias, com o imenso desejo de que ela possa contribuir um dia para sua plena inclusão.

*No início de um novo ano, nossas expectativas estão altas, mas à medida que os dias passam e a mudança que você deseja tão desesperadamente não acontece, você começa a vacilar nas intenções que determinou e o sentimento de frustração pode tomar conta. (...) O Profeta Ezequiel nos mostra que aquilo que sentimos talvez seja uma indicação do que está vindo. Enquanto Ezequiel falava o que Deus havia lhe instruído, tudo começou a mudar. Não foi algo imediato, mas em etapas incrementais. No início, havia apenas um som - um ruído - e depois disso, houve um movimento e à medida que os ossos se juntavam e os corpos se formavam, voltavam à vida. Ezequiel se deparou com o vale de ossos secos e a morte. Ele estava completamente cercado pelo que parecia ser uma situação sem esperança e impossível. Parecia que nada jamais poderia mudar - era tarde demais. No entanto, Deus lhe disse que profetizasse vida, que proclamasse fôlego sobre aqueles ossos, comandando a ressurreição. Parecia uma coisa ridícula a se fazer, mas às vezes, para que possamos ver o milagre, devemos crer no humanamente impossível. Ezequiel obedeceu e continuou a falar as palavras que Deus lhe deu. Coisas que estavam separadas começaram a se unir e a ordem se formou a partir do caos. As coisas mortas, secas e em decomposição, começaram a se juntar. A morte, o desespero e as trevas foram substituídos pela vida, a esperança e a luz. (Ezequiel 37, 1-12, adaptado de Glorify, DevocionalDiário, 15 Jan 2023)*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por sua infinita misericórdia e cuidado, que nunca me faltaram, em cada fase da minha vida, sendo sustento, ânimo e coragem.

Ao meu pai e às mães eternizadas na minha história, Malu, Lenice, Célia e Suely.

Ao meu esposo Leonardo Lima e minha filha Valentina, por escolherem ficar sempre perto, sempre valentes e compreensivos, nos dias de chuva e de sol, desde o início. Vocês são a base mais forte da minha vida, razão que me faz prosseguir. Léo com seu amor, sua dedicação, sua cumplicidade, determinação e sede por conhecimento, me ensinou que desistir nunca será uma opção. Nina com sua doçura e seu olhar puro, sua compreensão infinita nas horas mais difíceis, quando lhe faltou um colinho. Vocês me ensinam todas as vezes que preciso me refazer. Obrigada porque somos prioridade um na vida do outro.

À minha orientadora Haydéa por seu coração humano, compassivo e empático. Pela grande profissional que é e por tudo que representa na minha vida acadêmica. Obrigada por sua paciência e sabedoria.

A todas as amigas da CEE, cada uma com sua forma de colaborar, repletas de ternura e compreensão. Por serem exemplos de profissionais, aguerridas, incansáveis na luta pela garantia de direitos, prioritariamente, do público da Educação Especial. Obrigada por serem luzeiros na busca por uma sociedade mais inclusiva. Destaco a importância das amigas, Elisabete Delamarque, Silvia Santos e Cíntia Romeu, que com lealdade sempre presente em minha vida, atuam dentro e fora dos bastidores, me motivam a prosseguir, mesmo quando a visão está turva e não vejo possibilidades à minha frente. Não tenho palavras que possam resumir o tesouro que são para mim, principalmente nos momentos mais particulares.

À Rede e seus personagens que acreditam que a inclusão escolar é possível.

Aos mais de 3.300 estudantes público da Educação Especial e suas famílias, que me ensinam a ser uma pessoa, uma mãe, uma mulher e uma profissional melhor a cada dia.

Aos que acreditaram em mim, que depositaram suas alegrias, suas esperanças e aconchegos em nossa amizade.

Agradeço a todos os que citei e encerro dizendo assertivamente que sem vocês, não teria sido possível.



## RESUMO

VOGAS, R. S. **Formação do profissional de apoio na inclusão dos alunos com Síndrome Congênita do Zika Vírus na rede municipal de ensino de Duque de Caxias-RJ.** Orientador: Dra. Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências - PPGECC - UNIGRANRIO, 2023. Dissertação de Mestrado Profissional.

O presente estudo faz uma análise sobre a atuação dos Profissionais de Apoio à Inclusão, principalmente no processo de escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, a partir de diferentes olhares dos personagens envolvidos neste processo. Participaram da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação, Gestores de Unidades Escolares e os próprios profissionais que atuam no território da escola como suporte indispensável para se pensar e fazer inclusão, considerando as severas necessidades para o atendimento deste público e todas as especificidades que cada sujeito demanda no Ensino Regular Comum. Sob esse olhar e corroborando sobre a imperiosa necessidade de dialogar a respeito do processo formativo dos profissionais de apoio à inclusão e dos saberes indispensáveis para esta prática, esta pesquisa tem por objetivo geral desenvolver como produto, o formato de roteiros para um Curso de formação para profissionais de apoio no processo de escolarização de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, em turmas da Educação Infantil. Dentre os objetivos específicos buscar-se-á: (i) realizar estudo teórico acerca do cenário atual em relação à existência de matrículas de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus; (ii) identificar as unidades escolares da rede municipal de ensino de Duque de Caxias em que atuam profissionais de apoio à Inclusão junto aos alunos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Educação Infantil; (iii) identificar e descrever a partir do material colhido na pesquisa junto à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias -RJ, da análise dos dados da entrevista com gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições que se deseja criar junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar e (iv) Validar com gestores da Secretaria Municipal de Educação o roteiro elaborado para o curso de formação junto aos Profissionais de Apoio. A pesquisa é um estudo descritivo, de caráter exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa se apoiou em buscas de legislações e normativas na área da Educação Especial. Os multirreferenciais teóricos contribuíram para definir o Estado da Arte desta temática e dialogar com as categorias que surgiram com a análise dos dados. A coleta de dados se deu com a técnica da aplicação de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, que, devido às adaptações necessárias, ajustou-se metodologicamente ao cenário pandêmico mundial, por meio da aplicação de questionários virtuais aos informantes supracitados, objetivando captar suas explicações e interpretações acerca da realidade de atuação dos profissionais de apoio à inclusão, além dos saberes necessários para realização de sua prática profissional no processo de escolarização das referidas crianças. Os dados coletados foram analisados, apoiados nas contribuições da metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão. Formação. Profissional de Apoio. Síndrome Congênita do Zika Vírus.

## **ABSTRACT**

**VOGAS, R. S. Training of support professionals in the inclusion of students with Congenital Zika Virus Syndrome Zika Virus Syndrome in the municipal education network of Duque de Caxias-RJ.** Advisor: Dr. Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis, Rio de Janeiro, Science Education Graduate Program - UNIGRANRIO, 2023. Dissertation.

This study analyzes the work of Inclusion Support Professionals, mainly in the process of schooling children with Congenital Zika Virus Syndrome, in the Municipal Education Network of Duque de Caxias, from the different perspectives of the characters involved in this process. The Municipal Secretary of Education, Managers of School Units and the professionals who work in the school territory participated in the research as an indispensable support for thinking about and making inclusion, considering the severe needs for serving this public and all the specificities that each subject demands. in Common Regular Education. Under this view and corroborating the imperative need to dialogue about the training process of inclusion support professionals and the indispensable knowledge for this practice, this research has the general objective of developing, as a product, the format of scripts for a training course for support professionals in the schooling process of children with Congenital Zika Virus Syndrome, in Kindergarten classes. Among the specific objectives, the following will be sought: (i) to carry out a theoretical study about the current scenario in relation to the existence of enrollments of children with Congenital Zika Virus Syndrome; (ii) to identify the school units of the Duque de Caxias municipal education network where Inclusion support professionals work with students with Congenital Zika Virus Syndrome in Early Childhood Education; (iii) identify and describe, based on the material collected in the survey at the Municipal Department of Education of Duque de Caxias -RJ, the analysis of data from the interview with managers of school units and professionals supporting inclusion, which profile and assignments that you want to create with students with Congenital Zika Virus Syndrome in the school context and (iv) Validate with managers from the Municipal Department of Education the script prepared for the training course with Support Professionals. The research is a descriptive, exploratory study with a qualitative approach. The research was based on searches of legislation and regulations in the field of Special Education. The theoretical multi-references contributed to define the State of the Art of this theme and dialogue with the categories that emerged with the data analysis. Data collection took place using the technique of applying semi-structured interviews, with open and closed questions, which, due to the necessary adaptations, was methodologically adjusted to the global pandemic scenario, through the application of virtual questionnaires to the aforementioned informants, aiming to capture their explanations and interpretations about the reality of work of inclusion support professionals, in addition to the necessary knowledge to carry out their professional practice in the schooling process of these children. The collected data were analyzed, supported by the contributions of Laurence Bardin's content analysis methodology.

**Keywords:** Special Education. Inclusion. Formation. Support Professional. Congenital Zika Virus Syndrome.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infográfico representativo da engrenagem necessária para o atendimento da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em fase de escolarização:.....	50
Figura 2 - Sequência utilizada para análise dos dados segundo referenciais de Bardin (2010):.....	79
Figura 3 - Organização da Secretaria Municipal de Educação e suas Subsecretarias.....	84
Figura 4 - Recorte com foco na Subsecretaria de Planejamento Pedagógico (SME/SUPED):.....	84
Figura 5 - Organização do Departamento da Educação Básica (SME/SUPED/DEB):.....	85
Figura 6 - Coordenadoria de Educação Especial (SME/SUPED/DEB/CEE) e sua organização para o atendimento do estudante público da Educação Especial.....	85
Figura 7 - Atendimento do estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus pela Coordenadoria de Educação Especial:.....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações da Coordenadoria de Educação Especial em parcerias intersetoriais para inclusão da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.....	37
Quadro 2 - Evolução no número de notificações e matrículas de crianças diagnosticadas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus ao longo dos anos escolares.....	42
Quadro 3 - Sete Saberes atitudinais indispensáveis aos Profissionais da Educação relacionados à Inclusão educacional*.....	61
Quadro 4 - Dados das fontes pesquisadas sobre a temática da SCZV.....	69
Quadro 5 - Palavras-chave e critérios de inclusão e exclusão sobre a temática da SCZV:..	69
Quadro 6 - Dados das Fontes Pesquisadas sobre a temática do Profissional de Apoio à Inclusão:.....	71
Quadro 7 - Palavras-chave, critérios de inclusão e exclusão sobre a temática do Profissional de Apoio à Inclusão:.....	71
Quadro 8 - Disposição das Unidades Escolares pesquisadas por distrito:.....	74
Quadro 9 - Profissionais de apoio à inclusão atuantes na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.....	88
Quadro 10 - Quantitativo parcial do número de atendimentos realizado aos estudantes público da educação especial da Rede Municipal de ensino de Duque de Caxias.....	92
Quadro 11 - Temáticas abordadas na formação ofertada aos Profissionais de Apoio à Inclusão (2019 e 2022) pela SMEDC/CEE:.....	102

Quadro 12 - Perfil dos entrevistados.....	103
Quadro 13 - Síntese das Unidades de Significação (US), o total de ocorrências (UR) ligados ao tema central, as categorias da análise de conteúdo, segundo Bardin e o total de UR reagrupadas.....	104
Quadro 14 - Temáticas propostas para compor o processo formativo dos profissionais de apoio:.....	110
Quadro 15 - Quanto aos objetivos que se desejava atingir com a formação para os profissionais de apoio:.....	120
Quadro 16 - Sobre a forma de apresentação das orientações, o que inclui a organização geral, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação:.....	120
Quadro 17 - No que tange às características linguísticas, compreensão e estilo da escrita do material da formação:.....	121
Quadro 18 - Em relação à capacidade da formação em impactar, motivar, interessar, assim como ao grau de significação do material educativo apresentado:.....	121

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Agente de Apoio à Inclusão
ABPEE	Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APDH	Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAED	Coordenadoria de Assistência ao Educando
CAESC	Coordenadoria de Alimentação Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAIC	Creche e Centro de Atendimento a Infância Caxiense
CE	Classe Especial
CEAPD	Centro De Atenção Ao Portador De Deficiência
CEE	Coordenadoria de Educação Especial
CEF 1	Coordenadoria de Ensino Fundamental 1 - Anos Iniciais
CEF 2	Coordenadoria de Ensino Fundamental 2 - Anos Finais
CEI	Coordenadoria de Educação Infantil
CEJA	Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CER IV	Centro Especializado em Reabilitação IV
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CINTEDES	Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar
CLL	Coordenadoria de Literatura Literária
COTRAN	Coordenadoria de Transporte Escolar
CPFPPF	Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DEB	Departamento da Educação Básica
DISAE	Departamento de Inspeção, Supervisão e Administração Escolar
DNPM	Desenvolvimento Neuropsicomotor
DPPE	Departamento de Programas e Projetos Educacionais
EaD	Educação a distância
ER	Ensino Regular
ESF	Equipe da Estratégia de Saúde da Família
F	Feminino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPIE	Intervenção Pedagógica Inicial e Essencial
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
M	Masculino
MEC	Ministério da Educação
NASF	Núcleo de apoio a Saúde da Família
OBEE	Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PAI	Profissional de Apoio à Inclusão
PEI	Planejamento Educacional Individualizado
SAAI	Subsecretaria de Acompanhamento às Ações Institucionais
SAGP	Subsecretaria de Administração e Gestão de Pessoal
SciELO	Biblioteca Eletrônica Científica Online
SCZV	Síndrome Congênita do Zika Vírus
SEASDH/RJ	Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
SES/RJ	Secretaria de Estado de Saúde

SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEDC	Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
SUPED	Subsecretaria Pedagógica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	31
2.1. A inclusão escolar da criança com Síndrome Congênita do Zika Vírus - Considerações iniciais sobre a importância do profissional de apoio.....	31
2.2. O profissional de apoio e os saberes indispensáveis às práticas colaborativas de inclusão escolar.....	49
3 METODOLOGIA.....	65
3.1. A pesquisa.....	65
3.2. O campo de pesquisa.....	72
3.3. A coleta e a análise dos dados.....	76
3.4. Aspectos Éticos da pesquisa.....	81
4 RESULTADOS.....	83
5 O PRODUTO EDUCACIONAL.....	114
5.1. Descrição.....	114
5.2. Validação do produto.....	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE A – Solicitação de autorização para pesquisa no Município.....	132
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	133

APÊNDICE C – Entrevistas com gestores.....	136
APÊNDICE D – Entrevistas com profissionais de apoio.....	138
APÊNDICE E – Entrevistas com SME/CEE.....	139
APÊNDICE F - Entrevista semiestruturada de validação do produto educacional com gestores e SMEDC/CEE.....	142
APÊNDICE G – ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....	146

## 1 INTRODUÇÃO

As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas. As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem. As pessoas falam em várias línguas. As pessoas são guiadas por diversas religiões. As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas. As pessoas vestem-se de modos diferentes e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente. As pessoas exprimem-se de formas diferentes. A música, literatura e a arte refletem estilos diferentes. Mas, apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004, p. 23).

As discussões a respeito da escolarização dos estudantes que são público da Educação Especial, de uma forma geral, são delicadas e exigem um olhar atento e diferenciado no cenário brasileiro. As evidências são de constantes fragilidades e lacunas entre as instituições que cooperam para o pleno desenvolvimento deste alunado. Esses e outros grandes desafios emergem do espaço escolar, do chão da escola e das contribuições dadas por cada personagem envolvido neste processo.

Os desafios que surgiram durante minha vida profissional, me levaram ao reencontro com a Educação Especial e me inseriram numa relação de amor e dedicação. Sim, sobre a Educação Especial, eu não a escolhi, ela me escolheu, no chão da primeira escola que atuei, ainda insegura, mas convicta dos meus ideais, de garantir ali, o melhor para os meus alunos, que um dia desejei encontrar e poder ofertar na prática todas as ações exitosas dos encontros de formação.

Durante a minha formação acadêmica, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, dos anos 2000 a 2005, no Curso de Graduação em Pedagogia, tive a oportunidade de me dedicar a muitas disciplinas e atividades que não faziam parte da grade curricular obrigatória. Foram diversas disciplinas para além da carga horária essencial, fóruns, congressos, seminários, agendas acadêmicas, semanas de extensão, bolsa de monitoria e extensão. Tive uma formação com professores de referência na área educacional do cenário brasileiro. Lembro que minhas principais áreas de interesse estavam diretamente ligadas ao desenvolvimento humano e à aprendizagem.

Finalizei esta etapa em 2005, graduada, com habilitação para atuar em várias frentes, estava cheia de sonhos, mas também de inseguranças para entrar no mercado de trabalho. Tentei alguns concursos concomitantemente e no ano seguinte, em 2006, fui aprovada para o Município de Duque de Caxias, onde iniciei minha trajetória como Professora Especialista, junto a alunos que tinham muito mais do que dificuldades de aprendizagem.

Conheci então meus primeiros alunos dos quais só tinha ouvido falar nas disciplinas da Universidade. Como Orientadora Educacional, observei que existiam muitos fatores que interferiam diretamente na trajetória acadêmica de alguns estudantes. Eram dificuldades de caráter social, econômico, biológico, fisiológicos e também de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de médio a longo prazo. Estavam ali alguns alunos com transtornos comportamentais e de aprendizagem, mas também o público da Educação Especial.

Implementamos então, a partir da solicitação da Equipe Diretiva da Unidade, nossa primeira Sala de Recursos (SR), que logo, tornou-se duas turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com quase 18 alunos, cada uma, e posteriormente inauguramos também uma Classe de Autismo, para atender, em caráter transitório, alguns alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), porém sem possibilidade de frequentar uma turma do Ensino Regular (ER) devido ao quadro severo de comprometimento comportamentais e sensoriais, além de outras peculiaridades que apresentavam.

Os estudantes e suas famílias depositavam naquela escola, naquele prédio, naquelas salas, naquelas carteiras e quadros negros, a esperança de dias melhores. A escola cumpre nesta comunidade escolar, até os dias de hoje, não só seu papel social e de construção de conhecimento, porém sobrevive naquela localidade, uma soma de esforços pelo bem e em suprir alguns aspectos básicos da vida do ser humano, como a igualdade de oportunidades.

Em 2008 me inscrevi numa especialização na área da Psicopedagogia Clínica e Institucional, o que contribuiu muito para minha prática, porém não foi o suficiente. Em 2014 me inseri numa especialização lato sensu em Educação Especial numa perspectiva inclusiva, na UERJ campus Maracanã. Minha preocupação era de aprender para contribuir em favor da inclusão dos alunos

exercendo o cargo de Professor Especialista. Eles podiam mais. Meus alunos eram muito mais do que o rótulo de uma deficiência. Aquelas famílias mereciam o melhor de mim. Particpei do meu primeiro Congresso de Educação Especial. Estava totalmente seduzida pelos depoimentos e as iniciativas de diversos professores, escolas e instituições do Brasil inteiro.

Com o resultado de alguns trabalhos desenvolvidos em algumas Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias e também extramuros, fui convidada para atuar como Gestora da Coordenadoria de Educação Especial (CEE) na Secretaria Municipal de Educação (SME), com a equipe que contribuiu em diversos momentos, ao longo da minha vida profissional, significativamente para minha formação enquanto uma profissional melhor e me ensinou o caminho de um trabalho inclusivo nesta rede de ensino.

Nesta prática, me deparei com diferentes desafios no universo da transversalidade da Educação Especial. É um campo extremamente amplo e que nos enche de inquietações. Não há receita de bolo. Não há respostas prontas. Há sim, diversas vertentes para uma mesma ação. Encontrei muitos trabalhos exitosos e muitas fragilidades também.

Ainda em 2017, enquanto gestora da CEE, começamos a observar a ausência de matrículas em nossas creches, de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), acometidas pela epidemia do Vírus Zika entre os anos de 2015 e 2016, o que nos causou inquietudes e por iniciativa desta Coordenadoria, buscas por algumas parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), ambos equipamentos no Município de Duque de Caxias, empenhados no levantamento de dados que pudessem revelar os motivos desta ausência. Em 2018, por motivos pessoais, demos uma pausa e em 2019 retomamos no mesmo setor, nossas ações de busca de crianças com o diagnóstico da SCZV e das parcerias intersetoriais.

Outra grande e importante demanda até os dias de hoje, tem sido alvo de muita dedicação e preocupação, ocupando cerca de 80% do tempo de trabalho desta gestão: os profissionais de apoio, chamados nesta rede de ensino de Agentes de Apoio à Inclusão (AAI). Neste cenário, temos alguns estudantes com o suporte pedagógico humano necessário, gestores e equipes endossando as necessidades dos profissionais para uma efetiva inclusão de quem ainda não era

atendido, a carência de profissionais para suprir as solicitações que são realizadas, além de muitos processos judiciais com ordens de cumprimento de envio destes profissionais para as escolas. Então, precisava rever minha prática.

Alguns Congressos na área da Educação Especial serviram de base para o presente estudo, tendo em vista a contribuição do ineditismo das últimas publicações e os últimos estudos sobre os Profissionais de Apoio e os alunos SCZV. A Coordenadoria de Educação Especial de Duque de Caxias teve sua representatividade compartilhando inclusive, um ou outro relato desta prática no município. Contudo, diante da inviabilidade de prosseguir sem um maior aprofundamento nestas duas temáticas em específico, optou-se por estas e outras razões, por esta pesquisa, cujos sujeitos participantes são os Profissionais de Apoio à Inclusão, o Gestor da Unidade Escolar e a Coordenadoria de Educação Especial, a fim de fazer um recorte sobre a escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e discorrer sobre as hipóteses aqui levantadas.

Nas últimas décadas, as políticas educacionais têm permitido avanços significativos no ingresso de pessoas com deficiência em escolas comuns, sobretudo, no ensino regular. Porém, no cotidiano escolar muitos são os desafios encontrados no processo de escolarização destes alunos. É preciso dar ênfase ao termo escolarização, uma vez que a inclusão não pode ser entendida como a simples estadia do aluno com deficiência no ensino comum, porém em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão, em seu Capítulo IV, garantia de acesso, permanência, participação e oportunidades de aprendizagens.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de

disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência; X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

De acordo com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), todos se beneficiam quando as escolas promovem respostas às demandas específicas e individuais de seu alunado. Desta forma é que são impulsionados os projetos de mudanças nas políticas públicas, as propostas de inclusão escolar começam a ser gestadas. Igualmente à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, ressalta que os alunos caracterizados como público da Educação Especial fazem parte deste complexo contexto educacional, levando a escola, lugar de excelência para o desenvolvimento integral da criança, a pensar prioritariamente em inúmeras mudanças, a fim de atender a diversidade de seus estudantes.

Há uma urgente necessidade de difundir uma cultura inclusiva nas escolas municipais. A falta de um acompanhamento individual, quando necessário, além do excesso de matrículas numa mesma sala de aula e o despreparo de alguns professores, conforme aponta Osório (2010), resultam em episódios ou num conjunto de práticas de negação da aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação e/ou altas habilidades. Há de se pensar e criar os meios que permitirão o desenvolvimento integral deste aluno. Sá e Pletsch (2021) atribuem à escola um importante papel para o desenvolvimento, socialização e ações intersetoriais na garantia de direitos.

Sobre a Síndrome Congênita do Zika Vírus, no segundo semestre de 2015, concomitantemente, ano da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), profissionais da rede de saúde do Estado de Recife identificaram aumento significativo do número de nascidos com microcefalia sem causa definida. Além disso, alguns destes neonatos também apresentavam outras malformações congênitas. Para comprovarem as suas observações, neuropediatras em consulta ao Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) constataram que

realmente houve aumento do número de casos (ALBUQUERQUE et al, 2018; GARCIA, 2018).

Diante da gravidade da situação, houve toda uma mobilização social, da comunidade médica e acadêmica com vistas a esclarecer o motivo dessa má formação congênita. Iniciou-se uma série de investigações por institutos de pesquisa e universidades e verificou-se que a infecção pelo Zika Vírus, durante a gestação, levou à Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) ao expor o feto a uma situação infecciosa, havendo probabilidade de determinar múltiplas deficiências (visual, auditiva, motora, intelectual, dentre outras), além de distúrbios (deglutição, do sono, dentre outras), quadro de epilepsia, hipertonia e hiperreflexia (EICKMANN et al, 2016).

Apesar de ainda serem escassos os conhecimentos sobre a evolução natural da doença e sua patogenia, as evidências atuais são fortes o suficiente para estabelecermos a relação causal entre a infecção pelo ZIKV durante a gravidez, em especial no primeiro trimestre e não necessariamente sintomática, e o aumento da frequência de abortos, natimortos e mortalidade precoce, além da microcefalia. (...) Pela complexidade dos casos, a assistência desses bebês deve ser realizada por equipe multidisciplinar, incluindo pediatra, neurologistas e profissionais de estimulação precoce, destacando fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo. Após avaliações iniciais e realização dos exames complementares, propomos reavaliações pediátricas mensais e neurológicas trimestrais para os pacientes estáveis. Conforme a evolução, são necessárias as reavaliações oftalmológica e auditiva semestrais. Diante do impacto familiar, é recomendável apoio psicológico, bem como de assistente social, aos responsáveis. Garantir essa assistência no Sistema Único de Saúde (SUS) é o desafio do momento. (EICKMANN et al, 2016)

Lamônica e Ribeiro (2018), fortalecendo as ideias ainda incipientes de Eickmann et al (2016), trazem considerações importantes acerca do impacto da infecção por Zika para o desenvolvimento humano, que depende de complexas interações entre as diferentes áreas humanas e que o desenvolvimento harmonioso e saudável de uma área, dependerá do pleno desenvolvimento de outra área. As Diretrizes de Estimulação Precoce, de crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (BRASIL, 2016), abordam a questão do desenvolvimento infantil como um processo multidimensional e integral, iniciando-se na concepção até a maturação de diversas áreas do sujeito, como a cognitiva, comportamental, de linguagem, sensorial, neurológica, física e



até mesmo as relações sócio afetivas, gerando como resultado, a capacidade da criança de interagir e responder às suas necessidades e as do meio em que vive.

Considerando o não desenvolvimento harmônico destas áreas destacadas ou qualquer tipo de interrupção ou intercorrência neste processo, há de se atentar para os fatores de risco que desencadearão a probabilidade de alterações ou transtornos nas condições do crescimento da criança que podem ou não resultar em desordens permanentes, como por exemplo, na aquisição de novas habilidades motoras, de percepção, comunicação, dentre outras.

As Diretrizes Nacionais ressaltam ainda que não há um diagnóstico específico e único, porém, as primeiras sequelas que se evidenciaram em 2016, foram nas áreas da deficiência intelectual, com condições associadas nas áreas motora, paralisia cerebral, artrogripose, disfagia, deficiências sensoriais, principalmente as visuais, com perdas parciais ou totais da visão e epilepsias de difícil controle.

Enfatizam a presença de alterações neurológicas, que podem interferir na aquisição de novas habilidades e no desenvolvimento neuropsicomotor. Os distúrbios sensoriomotores são frequentes e outras condições como a espasticidade, hiperreflexia, hipertonia, contrações musculares involuntárias, reflexos arcaicos aumentados, flutuação do tônus, discinesias assimétricas nas extremidades, deslocamento de quadril, irritabilidade, tremores, convulsões, distúrbio do sono e na deglutição, choro intermitente, dentre outras, também se fazem presente.

Recomenda-se uma vigilância rigorosa do crescimento e do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) das crianças com e sem alterações aparentes para que tratamentos de suporte sejam iniciados o mais rápido possível, e para que esforços no campo da reabilitação ou outros cuidados especializados sejam garantidos, quando necessário. (BRASIL, 2016, p. 13)

Lamônica e Ribeiro (2018) contribuem afirmando que o estudo detalhado do quadro clínico do espectro de cada criança, favorece o diagnóstico e o prognóstico das particularidades no desenvolvimento infantil, individualmente. Enfatizam que um diagnóstico provável é o de deficiência intelectual, já que a capacidade de aprendizagem de cada criança e do armazenamento do conhecimento, dependerá da recepção, percepção e do processamento das informações. “O desenvolvimento cognitivo está na dependência do aparato

neurofisiológico, maturação e plasticidade neuronal, além da influência do ambiente para que um conjunto de habilidades cerebrais/mentais possa ocorrer” (LAMÔNICA E RIBEIRO, 2018, p. 180).

A partir deste estudo, foi possível compreender que pelo conjunto de comorbidades que a criança com a SCZV pode vir a ter, assemelhar-se ao perfil de estudantes cujas necessidades podem ser consideradas sob o olhar das Deficiências Múltiplas, que Rocha e Pletsch (2018, p. 100) entendem “como um conjunto de duas ou mais deficiências – de ordem física, sensorial, mental, entre outras – associadas que afetam em maior ou menor intensidade o funcionamento individual e social dos sujeitos.”

Araújo (2021) nos alerta que não há consenso ainda sobre essa determinação tendo em vista que cada criança nascida com a SCZV foi acometida de diferentes maneiras, com isso, apresenta características peculiares e que apesar das inúmeras notificações registradas por meio das Secretarias de Saúde e Assistência Social, pode ou não vir a desenvolver outras características que não são rígidas e não cabem a todos os sujeitos.

Sá e Pletsch (2021) nos alertam para fatores raros e caros a esta discussão, de que crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, além de semelhanças com o perfil de múltiplas deficiências, apresentam ainda condições crônicas de saúde com algumas características em comum, como a temporalidade e a continuidade dos cuidados que demandam e a intensidade da intervenção e do suporte/apoio humano de que este público necessita, o que se torna consideravelmente preocupante a esta pesquisa, já que o período de maior dependência de cuidados e impacto que pode ser gerado sobre o desenvolvimento neuropsicomotor é exatamente o período cronológico analisado neste estudo, de escolarização na Educação Infantil.

Partindo desta reflexão, a presente pesquisa é ainda mais relevante, considerando seu inquietante olhar acerca da demanda de garantir matrículas novas de alunos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus para a Educação Infantil e a Educação Especial, principalmente com relação à inserção do atendimento a todas as especificidades destes sujeitos, com o intuito de atenuar as graves sequelas que a Síndrome pode acarretar para o desenvolvimento humano e a

fundamental contribuição que profissionais capacitados podem conferir quando estão alocados temporal e geograficamente de maneira exitosa.

A atuação dos profissionais de apoio se configura como suporte indispensável neste cenário e desperta nossa atenção para a **questão principal como ponto de partida** para a realização desta pesquisa: **Como está a prática dos profissionais de apoio à inclusão no município de Duque de Caxias, sua formação e de que forma as atribuições que lhe são conferidas favorecem o atendimento adequado aos alunos com Síndrome Congênita do Zika Vírus?**

Conforme salienta GIL (2002), a partir da pergunta problema, temos **algumas hipóteses:**

- a construção da prática do Profissional de Apoio é coletiva e colaborativa;
- não há uma regulamentação sobre a formação e atuação do Profissional de Apoio à Inclusão;
- não há requisitos definidos e nem consenso sobre quem tem direito a este suporte profissional;
- o aluno com Síndrome Congênita do Zika Vírus depende e beneficia-se muito deste atendimento;
- por último, porém sem esgotar a discussão, sem a presença do Profissional de Apoio no início do processo de escolarização desse estudante, fica inviável sua efetiva inclusão escolar.

A pesquisa envolve debates significativos e imprescindíveis para o cenário de inclusão da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e as atribuições do Profissional de Apoio neste contexto, de forma que a partir do roteiro de um curso de formação continuada proposto pelo resultado deste estudo, as práticas educacionais apontem para a mediação e o ensino colaborativo de qualidade, que favoreça não apenas o acesso destes estudantes ao ambiente escolar, porém que a eles sejam ofertadas todas as condições de permanência e participação, como protagonistas, em sua aprendizagem durante toda trajetória escolar.

Imediatamente, além disso, está **a necessidade de estudar e analisar as contribuições que a pesquisa pode dar na construção e normatização** das atribuições do Profissional de Apoio, sob forma de políticas públicas, de ações efetivas e legitimadas para este tipo de atendimento, com a valorização dos

saberes produzido por estes profissionais e dos saberes urgentes e fundamentais para que se tenha no cenário educacional esse profissional preparado para o atendimento do aluno não só com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, bem como de todos os estudantes caracterizados como pertencentes à Educação Especial.

Por conseguinte, o **objetivo geral** desta pesquisa é desenvolver como produto, no formato de roteiro um curso de formação em serviço para profissionais de apoio no processo de escolarização de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, em turmas da Educação Infantil.

A respeito dos **objetivos específicos**, ficam definidos:

- i- realizar estudo teórico acerca do cenário atual em relação à Síndrome Congênita do Zika Vírus;
- ii- identificar as unidades escolares da rede municipal de ensino de Duque de Caxias-RJ em que atuam Profissionais de Apoio à Inclusão junto aos alunos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Educação Infantil;
- iii- identificar e descrever a partir do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, dos gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão, junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar;
- iv- validar com gestores da Secretaria Municipal de Educação e diretores das Unidades Escolares, o roteiro sugerido para a formação em serviço do profissional de apoio à inclusão.

Com o intuito de atender os objetivos desta pesquisa, explicitados alhures, o presente texto está sendo construído pautado em possíveis caminhos, apresentados com base na multirreferencialidade, tendo em vista a complexidade, o ineditismo da temática e a necessidade de ter um olhar e perspectivas plurais sobre o objeto desta pesquisa, ou seja, o campo de atuação e a prática dos sujeitos envolvidos, como os Profissionais de Apoio e a criança com a SCZV.

A perspectiva multirreferencial propõe, por sua vez, abordar as questões anteriores tendo como objetivo estabelecer um novo “olhar” sobre o “humano”, mais plural, a partir da conjugação de várias correntes teóricas, o que se desdobra em nova perspectiva epistemológica na construção do conhecimento sobre os fenômenos sociais, principalmente os educativos (MARTINS, 2004, p. 86).

A organização textual está organizada com base em quatro seções, sendo: na primeira, consta a Introdução, com apresentação da minha motivação, problemática de estudos, objeto de estudos, questão norteadora, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa com a relevância deste trabalho e a contribuição da pesquisa para o cenário nacional.

A segunda seção é a fundamentação teórica e conceitual, aborda brevemente leis e teorias numa discussão entre conceitos e as contribuições da abordagem multirreferencial. A primeira subseção será sobre a temática da escolarização do estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, bem como o cenário da epidemia de 2015 e suas consequências até a inclusão escolar desse indivíduo na Educação Infantil e as considerações iniciais sobre a importância do profissional de apoio para a eficácia do atendimento pedagógico no ensino regular comum.

A segunda subseção versa sobre as diferentes dimensões da prática do Profissional de Apoio, quem é e como atua esse sujeito, quais são as construções científicas que já existem sobre ele e suas atribuições. Uma análise entre o real e o ideal, o que há de legalidade e os resultados da revisão de literatura realizada. Traz dados acerca dos estudantes que realmente têm direito a este suporte: entre o benefício e o prejuízo desta atuação e os saberes indispensáveis às práticas colaborativas de inclusão.

A terceira seção descreve a Metodologia utilizada nesta pesquisa, o tipo de estudo realizado, a abordagem metodológica, os aspectos éticos da pesquisa, a descrição do cenário, os critérios de inclusão e exclusão utilizados, descrição e caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, a técnica e os instrumentos para a coleta de dados e o tratamento realizado junto aos dados.

Na quarta seção tem-se a apresentação dos resultados da pesquisa realizada, um diálogo entre as categorias de análise, a respeito da atuação do profissional de apoio junto ao estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias e uma resposta às hipóteses levantadas. Descreve os caminhos percorridos para o afunilamento, tratamento e interpretação dos dados.

A quinta seção é destinada à descrição do planejamento, desenvolvimento e evolução do Produto Educacional, com seus objetivos, fundamentação teórica, metodologias de aplicabilidade e validação.

A sexta e última seção aborda as considerações finais desta pesquisa, com algumas das contribuições que o presente estudo aborda, porém não esgotam a discussão.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. A inclusão escolar da criança com Síndrome Congênita do Zika Vírus - Considerações iniciais sobre a importância do profissional de apoio.**

A partir das legislações nacionais vigentes que buscam assegurar os direitos dos alunos público da Educação Especial, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/1996, a Resolução nº 4 (BRASIL, 2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 2015, verificamos que a Educação Especial é entendida por uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. Sua oferta inicia-se na Educação Infantil e estende-se ao longo de toda a vida, assumindo caráter transversal. Este público demandará em alguns momentos, serviços de apoio especializado, na escola regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seu Art. 58, inciso II, preconiza que o estudante público da educação especial seja matriculado, preferencialmente, no Ensino Regular, recorrendo-se somente às classes especiais em casos específicos (BRASIL, 1996).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p.5).

A literatura tem frisado a importância de creches e escolas como locais de socialização, estímulo e promoção de desenvolvimento, logo, é fundamental que a inclusão dos estudantes públicos da Educação Especial, ocorra o quanto antes em creches e escolas, visto que quanto mais cedo o ingresso acontecer, os benefícios serão maiores. As necessidades de cada um destes estudantes podem e vão variar de uma criança para a outra.

Com base na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial, se constitui como:

(...) uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16)

Considerando ainda o documento citado acima, que contribui para a compreensão desse público, a educação especial vai trabalhar em conjunto com o ensino comum, acompanhando esses alunos em um atendimento especializado (BRASIL, 2008).

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008).

Sobre o conceito de deficiência, de acordo com Diniz (2007, p. 15), o modelo médico considera a deficiência como “consequência natural de uma lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos”. A partir disso, apreende-se que o foco é no indivíduo, na sua lesão, sendo o seu impedimento corporal a barreira para a sua participação efetiva na sociedade. Posteriormente, sobretudo na década de 1960, questiona-se a compreensão tradicional de deficiência, pautada no modelo médico, e surge o modelo social. Nele, a deficiência é entendida como "uma questão eminentemente social" (DINIZ, 2007, p. 14), isto é, as pessoas com deficiência são cerceadas do seu direito de estar no mundo não pelo impedimento do corpo, mas devido às barreiras sociais impostas.

O diálogo entre os modelos médico e social conduziram ao modelo biopsicossocial, que considera tanto os impedimentos corporais quanto às barreiras sociais. Nas palavras de Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 72), o modelo biopsicossocial compreende que "uma pessoa com deficiência não é



simplesmente um corpo com impedimentos, mas uma pessoa com impedimentos vivendo em um ambiente com barreiras".

Retomando as proposições alhures sobre a SCZV, inicialmente, entre os anos de 2015 e 2016, não se tinha ideia da extensão da epidemia, tão pouco da sua causa, no entanto, podia-se afirmar que as crianças e suas famílias, sobretudo as mães, enfrentariam muitos desafios, inclusive o de lutar pelos direitos de seus filhos. Algo ocorreu para que os seus cérebros não se desenvolvessem dentro dos parâmetros normais. O Ministério da Saúde decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), seguido da Organização Mundial da Saúde que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) (ALBUQUERQUE et al., 2018; GARCIA, 2018).

O indivíduo com microcefalia, diagnóstico já conhecido, conforme apontado por Lamônica e Ribeiro (2018), apresenta o crânio e o cérebro com dimensões inferiores ao de um ser humano considerado normal. Vargas et al. (2016) nos informa que:

As microcefalias estão relacionadas a fatores genéticos e cromossômicos, exposições ambientais da mãe no período pré-natal ou perinatal, destacando-se o consumo de álcool, drogas ilícitas ou medicamentos teratogênicos, contato com substâncias químicas ou radiação ionizante, distúrbios metabólicos, e os processos infecciosos: toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, herpes e sífilis (TORCHS).

Os estudos de Sampaio et al. (2019) registram quando o vírus começou a circular, expandindo-se pela África, Ásia e Pacífico, fazendo uma análise, por décadas, chegando à América em 2013, causando manifestações clínicas graves, sendo considerada a maior amplitude territorial de circulação do vírus, possivelmente justificada pelas mutações genéticas sofridas pelos vetores e a ausência de imunidade, dentre outros fatores.

A pesquisa destes autores evidencia que de todas as regiões do Brasil, o Nordeste foi o mais acometido pelo surto. Em pouco tempo, o vírus passou a ser considerado um problema de saúde pública, associado a numerosos casos de microcefalia ocorridos em todas as regiões do Brasil como aponta Araujo (2021).

Ainda neste cenário, ficou evidente que nem todas as crianças nascidas com SCVZ apresentavam microcefalia, embora estivesse presente na maioria dos

casos, conforme abordam Wheeler (2018) e Araujo (2021). Observou-se que havia crianças que apresentavam o perímetro cefálico nas dimensões normais, porém exibiam comprometimentos no desenvolvimento neuropsicomotor para além da Microcefalia.

Observaram-se diferentes níveis de outras novas condições associadas à SCZV, entre elas, comprometimentos, malformações físicas e neurológicas, rigidez dos músculos que afetam os movimentos, convulsões, disfunção do tronco cerebral, irritabilidade com choro intermitente, dificuldades de alimentação (disfagia), artrogripose, além de problemas de visão e audição, conforme apontado por Araújo (2021) e presentes nas Diretrizes de estimulação Precoce (2016). Este foi um dado importante, que identificamos inclusive nas notificações dos casos investigados e é possível de se observar nos laudos médicos atualmente.

A Superintendência de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, por meio de seu Boletim, neste cenário, pontua que em 18 de novembro de 2015, quando iniciou a obrigatoriedade da notificação de gestantes com manchas vermelhas na pele, até abril de 2016, foram registrados 8.078 casos. Dados da Semana Epidemiológica de 2018 revelam que o Ministério da Saúde (MS) foi notificado sobre 17.041 casos suspeitos de alterações no crescimento e desenvolvimento, possivelmente relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas.

A maioria dos casos notificados concentra-se na região Nordeste do país (58,5%), seguindo-se as regiões Sudeste (25,1%) e Centro-Oeste (7,5%). Os cinco estados com maior número de casos notificados são Pernambuco (16,4%), Bahia (15,6%), São Paulo (9,8%), Rio de Janeiro (6,9%) e Paraíba (6,9%) (BRASIL, 2019).

Conforme dados das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos do município de Duque de Caxias, atualmente esses números são enviados aos Estados, com as notificações dos casos de bebês com SCZV, desta forma inicia-se o levantamento de dados da rede de apoio e cuidados que se oferta a estas famílias. Em julho de 2016 é publicado no Rio de Janeiro uma Nota Técnica conjunta da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH/RJ) e Secretaria de Estado de Saúde (SES/RJ) que sugere atuação intersetorial nos casos de microcefalia, com proposta de elaboração de

estratégias que potencializassem a inclusão das famílias na rede de Proteção Social na perspectiva de acompanhar crianças com tal diagnóstico.

Duque de Caxias estava dentro dos 10 municípios prioritários – chamados de Pontos Focais – com os maiores números de notificações – conforme dados gerados a partir da Secretaria Municipal de Saúde. Em 2017 iniciam-se ações intersetoriais dentro do município e verifica-se a necessidade de que estas crianças já estivessem chegando às Creches Municipais.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SMEDC, 2020), em 2019, observou-se um número tímido de matrículas de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus nas Unidades Escolares, apesar das crescentes notificações, porém significativas devido às ações intersetoriais que ocorreram entre os equipamentos do município, a saber, juntamente à Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, que iniciaram um valioso diálogo no ano de 2017, com demandas em comum e graus de dificuldades significativos para que as ações fossem de fato efetivadas.

A partir de ações articuladas entre os equipamentos citados acima e ainda por meio da parceria entre a Coordenação da Educação Especial, o Núcleo de apoio a Saúde da Família (NASF) e a Equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF), em 2019, conforme matéria do Portal da Secretaria e do Jornal Extra em Março do ano corrente, a rede municipal de ensino contabilizou 12 (doze) crianças matriculadas em 10 (dez) Unidades de Ensino e uma média total de 40 profissionais envolvidos no seu processo de inclusão.

Vale pontuar que, segundo dados da SMEDC/CEE, à época, foram realizados encontros de debate e estudo, provocados por este setor, sobre a realidade apresentada em que a participação dos equipamentos foi extremamente necessária tendo em vista os desafios que estavam surgindo e que demandariam um trabalho articulado, intersetorial e de busca minuciosa. Ficou pontuado as seguintes questões relevantes:

1-Conhecer a Rede de Serviços para melhor atendimento, 2-Sugestão de acompanhamento das famílias vulneráveis, onde possuam crianças com necessidades especiais diagnosticadas por outras doenças além da planilha; 3-Enfatizar o Pré-Natal das gestantes, inclusive as que residem em área de risco; **4-Capacitação de profissionais da Educação quanto ao acompanhamento dessa nova demanda;** 5-

Trabalho socioeducativo para os familiares dos alunos das Rede Municipal de ensino quanto à prevenção das doenças provenientes do mosquito *Aedes Egypti*; 6-Maior divulgação dos serviços da Vigilância Sanitária oferecidos nas redes ao entorno dos Centros de Referências da Assistência Social- CRAS (SMASDHDC, 2020).

Vale destacar que a construção deste trabalho intersetorial desencadeou alguns desdobramentos, sendo possível dialogar com as ações da Coordenadoria de Educação Especial (CEE) com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), junto ao Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (OBEE), sob os cuidados e coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Denise Pletsch.

Esta parceria que já estava em andamento, resultou para o desenvolvimento do Programa de Formação Continuada de Profissionais da Educação para a chegada de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Educação Infantil na Rede Municipal de Duque de Caxias / RJ, um curso destinado a todos os professores da Educação Infantil e Educação Especial, cujas escolas tinham este público matriculado. Participaram do curso, Gestores, membros da Equipe Diretiva, Professores do Ensino Regular Comum, Professores do AEE e Profissionais de Apoio à Inclusão.

Araújo (2021) destaca que à época, as necessidades da Rede Municipal convergiram com as demandas dos projetos que vinham sendo desenvolvidos pelo OBEE e que existiam neste momento, um contexto de importantes trocas, ocasião esta em que fiz parte do grupo, como professora e pesquisadora da Educação Básica. A gestão da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, demonstrava-se atenta ao significativo diálogo da SMEDC, com o fazer pedagógico de suas Unidades Escolares e a Universidade, no fomento de novas pesquisas e construção de novos saberes. O curso teve caráter de formação continuada e em serviço, ou seja, os servidores tiveram a chance de abono de ponto para dedicarem-se à capacitação. A autora enfatiza a importância de mudança do olhar e do diálogo sobre as perspectivas da relação inclusão e a formação de profissionais.

O curso, idealizado em Dezembro de 2019, iniciou presencialmente suas atividades em março de 2020, antes do período pandêmico e em decorrência da pandemia da COVID-19, com uma participação média de 64 professores da Rede Municipal, todos envolvidos com a escolarização de algum estudante com a SCZV matriculado nas Creches e Pré-escolas municipais, além das equipes da SMS, da

SMASDH, do OBEE/UFRRJ e Fiocruz. Foi necessário seguir de forma híbrida, considerando as medidas municipais de isolamento social e proteção orientadas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS).

Neste sentido, ao que se refere ao trabalho intersetorial, vale pontuar os grandes desafios existentes para a articulação de diferentes setores em prol da escolarização da pessoa com deficiência nos espaços de discussão de políticas públicas municipais. Muitos atendimentos urgem por ações mais orquestradas entre os equipamentos municipais, para que dentro de suas dimensões e peculiaridades, cada vez mais famílias e crianças voltem a ser acolhidas, além do foco principal dos atendimentos e da garantia de direitos, a exemplo, setores como as Secretarias Municipais, a Atenção Básica, os Conselhos Municipais, dentre eles e porque não, os Conselhos Tutelares, os Centros Especializados de Reabilitação, dentre outros equipamentos. Vale ressaltar os benefícios dessa articulação, em que todos os setores, com suas competências definidas, cada um dentro de sua dimensão, esteja a serviço das famílias da pessoa com deficiência.

**Quadro 1 - Ações da Coordenadoria de Educação Especial em parcerias intersetoriais para inclusão da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias:**

Ações	Ano letivo			
	2017	2019	2020	2021
<b>Primeiros passos e parcerias estabelecidas.</b>	- Reuniões com o antigo CEAPD.	- Participação na Reunião do Comitê Estadual na SMASDH de Duque de Caxias.  - Reunião com a Coordenação do CER IV.  - Reuniões intersetoriais com SMS e SMASDH.  - Formação	- Contato com as Unidades Escolares para estabelecer parcerias.  - Reuniões com a UFRRJ para levantamento das demandas existentes para planejamento e execução de Formações Continuadas.	- Contato com as Unidades Escolares para estabelecer parcerias.  - Levantamento do novo quantitativo de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.

		<p>para Agentes de Apoio à Inclusão em parceria com a SMS.</p> <p>- Contato com as Unidades Escolares para estabelecer parcerias.</p>		
<p><b>Até onde caminhamos (Reuniões, Rodas de conversas, Formações).</b></p>	<p>- Levantamento das notificações feitas ao município através do Ministério da Saúde.</p> <p>- Levantamento do quantitativo de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.</p>	<p>- Levantamento das notificações feitas ao município através do Ministério da Saúde.</p> <p>- Levantamento do quantitativo de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.</p> <p>- Contato com as famílias para sondagem da realidade e convite à Roda de Conversas</p> <p>- Roda de Conversas com representantes das Creches e CCAICs (Creche e Centro de Atendimento à Infância</p>	<p>- Planejamento do Curso para início em Fevereiro.</p> <p>- Levantamento do novo quantitativo de estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.</p> <p>- Levantamento das Unidades Escolares para participação dos professores e demais profissionais nos encontros de formação.</p> <p>- Formação realizada em parceria com a UFRRJ.</p> <p>- Epidemia Covid-19.</p> <p>- Conclusão</p>	<p>- Continuidade do atendimento dos estudantes de maneira híbrida.</p> <p>- Junho: Reuniões intersetoriais com SMS e SMASDH.</p>

		<p>Caxiense) com AEE para tratar da Estimulação Precoce e das práticas da Unidades Escolares mediante novas matrículas.</p> <p>- Rodas de Conversas com as famílias por divisão geográfica dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro do Município.</p> <p>- Acolhimento da família na UE para matrícula da criança.</p> <p>- Início da matrícula das crianças com a SCZV alcançadas pelas ações intersetoriais;</p> <p>- Processo Seletivo Simplificado (PSS) – edital 002/2019 para contratação de Profissionais de Apoio à</p>	<p>do curso realizado em parceria com a UFRRJ.</p>	
--	--	--	--	--

		Inclusão.  - Encontro de Formação para Creches e CCAICs na SME em parceria com a UFRRJ, FIOCRUZ, CEE e CPFPPF.		
--	--	--	--	--

Fonte: SMEDC/CEE (2022)

\*Não foram encontrados registros das ações referentes ao ano letivo de 2018.

Uma das grandes reflexões que todo esse movimento gerou foi a respeito do papel da Educação nesta busca ativa, uma vez que não é o órgão que recebe as notificações de forma direta e não atua na rede de cuidados e proteção inicial à criança e à família. Os profissionais envolvidos nesta abordagem inicial de avaliação, no acompanhamento/atendimento destas crianças deveriam realizar os devidos encaminhamentos, de modo integrado aos demais setores conforme previsto nas Diretrizes Nacionais de Estimulação Precoce (Brasil, 2016) sobre o cuidado às crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor nos Serviços Especializados em Reabilitação que dentre suas atribuições devem:

7. articular-se com a Rede de Ensino da Região de Saúde a que pertença, para identificar crianças e adolescentes com deficiência e avaliar suas necessidades, dar apoio e orientação aos educadores, às famílias e à comunidade escolar, visando adequação do ambiente escolar às especificidades das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2016, p. 17)

Passados cinco anos da epidemia, o município de Duque de Caxias, pertencente à Baixada Fluminense, concentra o maior número de matrículas crianças com a SCZV, segundo dados da SMASDH (2020), apesar deste número não ser nem a metade das notificações do Grupo Focal. Onde estão estas crianças que não tiveram acesso à Educação Infantil e às Intervenções Pedagógicas Inicial e Essencial (IPIE)? Quem está realizando o acompanhamento longitudinal destes casos?

Entendemos que a SCZV é um acometimento que precisa de intervenção educacional já na primeira infância. Para que a intervenção



seja possível, acreditamos ser de extrema necessidade ações teórico-práticas na formação dos profissionais que lidam no dia a dia com este público. (...) A Inclusão Educacional e a Intervenção Pedagógica Inicial e Essencial (IPIE) quando realizadas com planejamento, acompanhamento e rede de apoio são eficazes no desenvolvimento de crianças de 0-3 anos e 4-5 anos acometidas pela SCZV. Por isso, defendemos a tese que é necessário os profissionais da educação receberem formação continuada, preferencialmente em serviço, com práticas colaborativas e disporem de uma rede intersetorial de apoio para trabalhar com esse cenário que se abre em creches e pré-escolas com a chegada dessas crianças com deficiência múltipla, decorrente da SCZV. (...) Sendo assim, a Intervenção Pedagógica Inicial e Essencial (IPIE) é o que chamamos do conjunto intencional de ações e práticas docentes com variados estímulos tendo o objetivo de exercer influência na qualidade de vida de sujeitos, em determinadas situações, na iminência do desenvolvimento que não ocorre, para contribuir em seus processos de aprendizagem e construção de conhecimento. (ARAUJO, 2021, 7. 24. 171)

Araujo (2021) contribui com seus estudos sobre o conceito da Intervenção Pedagógica Inicial e Essencial (IPIE), conforme sinalizado acima, que esta prática se subsidia nos princípios da Estimulação/Intervenção Precoce e na perspectiva inclusiva, afirmando que o professor precisa agir propositadamente com viés pedagógico na mediação dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês e crianças no ambiente escolar. Neste caso, a mediação é realizada pelo professor.

Um conjunto intencional de ações e práticas docentes com variados estímulos tendo o objetivo de exercer influência na qualidade de vida de sujeitos, em determinadas situações, na iminência do desenvolvimento que não ocorre, para contribuir em seus processos de aprendizagem e construção de conhecimento. A IPIE se dá por meio de um trabalho estruturado e planejado com sistematizações e mediações voltadas para a apropriação de aprendizagens escolares sem desconsiderar as especificidades de desenvolvimento dos sujeitos e tendo como propósito oportunizar seu desenvolvimento. (ARAUJO, 2021, 171)

Durante o cenário de pandemia da COVID-19, segundo a SMEDC/CEE (2021), grande parte destes estudantes estava sendo atendido de maneira híbrida ou deixaram de frequentar por orientação médica por motivos de fragilidade na sua condição crônica de saúde. Em 2022, todas as atividades escolares foram presenciais e contabilizam uma média de 21 estudantes, já considerando as matrículas novas.

**Quadro 2 - Evolução no número de notificações e matrículas de crianças diagnosticadas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus ao longo dos anos escolares:**

<b>Ano letivo</b>	<b>Número de notificações de crianças com a SCZV confirmados e casos em investigação no município.</b>	<b>Número de matrículas de crianças com a SCZV na rede municipal de ensino.</b>
2017	35	0
2018	35	0
2019	59	12
2020	--*	20
2021	61	20
2022	--*	21

Fonte: SMASDH, SMS e SMEDC/CEE (2022)

\*Não houve registro de atualização nos dados dos anos de 2019 e 2022.

Foi necessário neste momento, a partir da evolução dos dados, um olhar atento em definir e organizar eficientes espaços de atendimento educacional para receber essa nova demanda, principalmente para ofertar às crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, uma satisfatória e eficiente inserção na fase de escolarização, com o atendimento a todas as especificidades que este público necessita, como matrículas em turmas do Ensino Regular, o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais de Estimulação Precoce com vistas à redução de danos posteriores, profissionais de apoio, além da acolhida e acompanhamento contínuo dos equipamentos de Saúde e Assistência Social.

As ações foram então pautadas na Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), à luz da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006) e à luz da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015), já que ambos orientam e respaldam os sistemas de ensino para a construção de sistemas educacionais inclusivos, que assegurem o direito de todos à educação.

Tal marco legal afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 34).

Todavia, não basta esses direitos constarem apenas no papel. Notamos, nos últimos anos, aumento do número de matrículas de estudantes público da Educação Especial no Ensino Regular, sendo então evidenciados em diversos municípios do Brasil. Porém, isso não significa que a inclusão, de fato, esteja acontecendo, sua implementação vai muito além do acesso à vaga, ela de fato se efetiva quando todos os estudantes possuem garantidos seus direitos de acesso, permanência e participação nos processos de aprendizagens.

Há hoje um significativo número de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus sendo inseridas no processo de escolarização, conforme evidenciado por Batista e Moutinho (2019) e os dados da SMEDC/CEE. Creches e unidades escolares receberão ou já recebem essa nova demanda de estudantes, porém, no cotidiano escolar muitos são os desafios encontrados no processo de escolarização.

Mercado e Silva (2019) contribuem sobre a forma de inclusão de crianças com a SCZV nas creches da Rede Municipal de Ensino de Maceió, que acontece com matrícula online, contratação de profissional de apoio escolar e realização de formação continuada. Tal pesquisa alega ainda que há muito que ser feito, apesar dos esforços em garantir a estas crianças o direito à educação. A matrícula garante o acesso e a permanência de alguns alunos com SCZV, mas a capacitação dos profissionais da educação e as ações intersetoriais necessitam de reformulações para que sejam eficientes em suas implementações.

O estudo de Mercado e Silva (2019) não apresenta referenciais teóricos da literatura científica sobre a temática da SCZV, apenas dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde local. A pesquisa versa também sobre o tema dos profissionais de apoio e o público que dispõe desse direito no município, porém o texto não discorre sobre o tipo de formação exigida para eles e não revela suas atribuições, conforme elucida sobre os professores do AEE.

Mercado e Pinto (2019) apontam a necessidade de formação continuada que atenda às necessidades existentes para a inclusão escolar da criança com

SCZV e o fortalecimento de ações intersetoriais do conjunto de cuidados próprios e inerentes às condições específicas desses estudantes. O estudo revela ainda que o AEE e as Salas de Recursos são considerados dois grandes desafios vivenciados no dia a dia da Educação Infantil, porém, ressalta também que não é suficiente que haja espaço físico e equipamentos disponíveis, tendo em vista a falta de professores especializados, aliado à problemática do transporte escolar acessível, à falta de monitores de ônibus para acompanhar os estudantes com deficiência e a não oferta do AEE no contraturno como forma complementar ao aprendizado desses estudantes.

Outra contribuição apontada pelas leituras dos artigos, evidenciadas nas entrevistas com os docentes, é a resposta positiva e significativa destas crianças a partir dos estímulos ofertados, que rompem com os paradigmas histórico das crianças com deficiência que demandam muitos cuidados e no entendimento de muitos profissionais da saúde e alguns pais, não precisam ir à escola durante a Educação Infantil. As autoras afirmam que há pouca produção em estudos e pesquisas científicas na área da Educação Especial a partir da faixa etária de 0 a 3 anos, evidenciando a existência de lacunas voltadas à presente temática.

A partir de entrevistas semiestruturadas com duas professoras de Educação Infantil que atuam na rede pública de ensino de uma Escola de Referência em Educação Especial, situada em um município da Mesorregião da Mata de Pernambuco, Batista e Moutinho (2019) afirmam que os principais fatores que dificultam a inclusão de crianças com SCVZ estão diretamente ligados às más condições na estrutura física da escola e a falta de conhecimento das especificidades da Síndrome, desta forma, estes profissionais, apesar de reconhecerem os desafios e possibilidades para estes alunos, não conseguem traçar estratégias de ação mais direcionadas à estimulação multissensorial cognitiva, motora e sócio afetiva.

Tal publicação, corroborando para a pesquisa juntamente a outros autores citados neste mesmo estudo, evidencia a importância de ações intersetoriais, além de professores e cuidadores recebendo orientações de profissionais da saúde quanto à estimulação sensorial e motora, locomoção, postura, brincadeiras, formulando estratégias de adequação às especificidades da criança. Segundo as autoras, os docentes necessitam de formação continuada para que possam

lecionar para este público, promovendo situações reais de inclusão, com uso adequado de materiais e suportes.

Apontam, também, para a urgência de que as instituições de Educação Infantil recebam um maior suporte, com melhorias na estrutura física das escolas, bem como um maior investimento em formação continuada, que instrumentalize os docentes para lidar com crianças com deficiência, inclusive às que possuem múltiplos comprometimentos.

Batista e Moutinho (2019) assinalam que para que uma criança com a SCVZ seja incluída, a escola precisa ter espaço físico, mobília e brinquedos adaptados, e então os estudantes possam participar das vivências que ocorram no espaço escolar. A unidade de ensino precisará ainda dispor do suporte de um cuidador(a), que é o cargo de Agente de Apoio ao Estudante com Deficiência, criado em 2015, através de um projeto de lei (autoria do executivo municipal de Recife-PE), e tem por objetivo oferecer garantia do suporte necessário a alunos com deficiências nas instituições escolares.

Sua qualidade de vida e sua inclusão no contexto sociocultural em que vivem é que estão claramente mediadas pela ação educativa que lhes ofereçam, pela adequação dos apoios que recebam, pelo ajuste entre as aprendizagens escolares e as necessidades da sociedade de que fazem parte. (...) Não se deveriam fazer classificações das pessoas, mas classificação dos apoios que requerem para o progresso em seu desenvolvimento como pessoas (TAMARIT, 2004, p.256).

Diante disso, faz-se imperioso assegurar que tanto o espaço escolar, quanto a equipe de professores e demais profissionais, que irão acompanhar estes estudantes, sejam capacitados, instrumentalizados e disponham de recursos adequados ao estímulo e ao desenvolvimento destes indivíduos.

Os estudos de Sá e Pletsch (2021), ao abordar de forma reflexiva a deficiência e a funcionalidade do sujeito, de acordo com o conceito estabelecido a partir da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, principalmente diante das condições crônicas de saúde à qual estão submetidos, evidenciam que estes indivíduos têm suas interações e participação nas atividades de vida diária afetadas na família, na escola e na sociedade quando normalizamos ambientes não acessíveis e cheios de barreiras à participação e à inclusão social das pessoas. Enfatizam ainda que a participação dessas crianças na escola (grifo nosso tendo em vista o campo analisado) afeta de forma muito

positiva o desenvolvimento de sua funcionalidade, desde que oferecidos os suportes adequados às limitações impostas pela deficiência.

Há de se considerar que ainda não estamos utilizando a CIF como matriz para nossas ações no campo pedagógico, mas como referência a partir de suas contribuições, principalmente ao considerar o sujeito como um ser biopsicossocial e a necessidade da educação focar ainda mais nas potencialidades e no desenvolvimento das habilidades dos nossos estudantes.

Nossa hipótese é de que analisar e conhecer a participação da criança em atividades em casa e na escola são essenciais para propor intervenções de forma colaborativa e intersetorial, de modo a favorecer sua funcionalidade, participação educacional e social e contribuir para a melhora da sua qualidade de vida e bem-estar (SÁ; PLETSCHE, 2021, p. 3).

A inclusão escolar desses indivíduos deverá ser muito bem planejada e levando-se sempre em consideração que o espectro da síndrome é amplo e as necessidades podem e vão variar de uma criança para a outra. O espaço que irá recebê-la, as barreiras existentes, além das possíveis ações de acessibilidade, deverão ser observadas, considerando as especificidades do estudante, logo, reconhecer as habilidades funcionais do sujeito, aquilo que ele é capaz de realizar em suas atividades diárias e sociais, suas possibilidades de participação nas atividades em casa, na escola e na sociedade, a partir de um levantamento cuidadoso e atencioso de suas demandas de apoio, seu nível de autonomia e de suporte, são fundamentais para se pensar as atribuições e as contribuições do profissional de apoio como suporte humano com vistas à excelência na qualidade do processo de ensino e aprendizagem principalmente destes alunos com Síndrome Congênita do Zika Vírus na Educação Infantil. Isso se torna fundamental de assegurar.

Cuidado e a participação estão diretamente interligados, considerando as suas demandas de apoio e suporte humano e/ou de tecnologia assistiva, as quais são permanentes na realização de atividades cotidianas como alimentar-se, cuidados com a higiene, assim como frequentar e participar das atividades escolares. (...) O apoio e o suporte para atividades de vida diária e de ensino na escola são fundamentais para promover o desenvolvimento da funcionalidade e a participação de crianças com deficiência múltipla (SÁ; PLETSCHE, 2021, p. 6).

Sá e Pletsch (2021) apontam ainda, contribuindo com esta pesquisa, principalmente sobre sua relevância, que a respeito do perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão, há muitas lacunas no cenário brasileiro. As formas de contratação e os requisitos mínimos de formação e qualificação vão variar bastante entre os municípios, inclusive corroboram para a ideia central e chave de que o profissional de apoio não é uma necessidade para todos os alunos com deficiência, já que, apesar das necessidades diferenciadas, a “maioria das crianças demandam apenas intervenções mais estruturadas e de ações de manejo em sala de aula que podem ser realizadas pelos professores”.

Não obstante à fragilidade da legislação atual que versa sobre a necessidade do acompanhante especializado e abre desmedidas possibilidades, ainda em consonância com Martins (2011), que contribui para a fundamentação deste estudo, considera-se que em relação à atuação destes profissionais, quando não há investimento numa formação específica para a função, incorremos no equívoco, inclusive apontado nas entrevistas realizadas por esta pesquisa aos personagens que atuam no território da escola, de desvios no exercício da função e na precarização do trabalho prestado. É necessária a clareza de que profissionais de apoio à inclusão não podem desempenhar suas funções em substituição ao professor do Ensino Regular Comum, uma vez que sua principal atuação é ser um suporte para o desenvolvimento dos estudantes que não possuem autonomia para realizá-la sem apoio, apesar do papel pedagógico indiscutivelmente importante nos casos de comprovada necessidade.

É possível observar nos escritos da autora acima, que as práticas não são homogêneas entre as esferas municipais quanto às atribuições dos referidos profissionais. Vale ressaltar que variam desde auxiliar os alunos nas questões relacionadas à higiene, cuidado pessoal e locomoção, até o suporte no trabalho pedagógico junto (nunca em substituição) ao professor de classe comum e do trabalho desenvolvido no AEE em Sala de Recursos.

Muitos indicativos pontuam a necessidade de uma problematização na atuação destes profissionais, a fim de provocar mais discussões em termos de políticas públicas, com o objetivo de alçar novas propostas governamentais que regularizem o cargo e ocasionem mudanças inclusive no número de contratações

de profissionais de apoio à inclusão em decorrência do quantitativo expressivo de novas matrículas da Educação Especial nas redes municipais.

Outro aspecto polêmico e importante apontado nas entrevistas, desta vez, com as implementadoras da CEE, é sobre algumas recomendações judiciais de atendimento individual, o que gera exclusividade, aumentando o índice de segregação e exclusão em sala de aula. Dados da CEE/SME registram aumento significativo no número de judicialização a respeito de demandas escolares de Profissionais de Apoio à Inclusão. Em muitos casos, antes mesmo que a criança tenha sido matriculada e a equipe técnico pedagógica da Unidade Escolar tenha tido a possibilidade de observar e avaliar os níveis de autonomia do aluno e o suporte que demandará.

Vale registrar que em alguns casos, profissionais de apoio à inclusão viram prescrições médicas, acompanhadas de informações rasas, que não são nada específicas e não expressam com clareza as características do suporte que será necessário ao aluno. Neste cenário, é preciso considerar primeiro, o desconhecimento da legislação por parte da sociedade a respeito das áreas competentes em avaliar tecnicamente e comprovar a necessidade ou não do suporte e a desvalorização da educação e seus profissionais, quando expostos em seus saberes, em detrimento do parecer médico, sem qualquer tipo de diálogo intersetorial.

O decreto 8368/14, que regulamenta a Lei nº 12764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, que traz a abordagem do acompanhante especializado para a pessoa com o transtorno do espectro autista, em seu artigo 3º, reafirma a responsabilidade das instituições de ensino em que os estudantes estejam matriculados em classes comuns do ensino regular, em disponibilizar tal profissional, mediante comprovada necessidade, sendo assim, fica claro o papel dos profissionais da educação neste cenário.

Nem sempre a presença de muitos adultos é um benefício para o desenvolvimento da autonomia dos alunos e em sua maioria, os estudantes precisam de outras formas de suporte que gerem menos dependência e favoreçam a descoberta e o desenvolvimento de novas habilidades e suas potencialidades, em substituição a estratégias de segregação que comumente surgem.



Desde que tenham condições de trabalho para tal, como turmas com menos alunos, material didático e outros recursos necessários para uma ação docente qualificada. Esse não é o caso de crianças com deficiências múltiplas. Eles demandam o apoio permanente de alguém, inclusive para se alimentar e realizar a sua higiene pessoal. Entendemos que, para casos como esses, o profissional de apoio deve atuar de forma colaborativa com os demais profissionais da instituição escolar, participar do planejamento educacional individualizado (PEI) e mediar as intervenções pedagógicas em parceria com a professora (SÁ; PLETSCHE, 2021, p. 10).

Vale salientar, que apesar de não se configurar como objeto de estudo desta pesquisa, as considerações a respeito do desenvolvimento infantil registradas aqui e de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) caminham parcialmente na mesma direção, porém as afirmações contidas, não cabem se considerarmos a amplitude do espectro, já que em sua maioria, estudantes com TEA necessitam de uma gama de apoio/suportes humanos ou não, diferenciados, com vistas ao seu desenvolvimento multidimensional e integral, o que envolve principalmente questões comportamentais, de linguagem, sensoriais, motora e cognitivas, logo, a presença de profissionais de apoio à inclusão, quase sempre é indispensável no período de escolarização, principalmente, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

## **2.2. O profissional de apoio e os saberes indispensáveis às práticas colaborativas de inclusão escolar.**

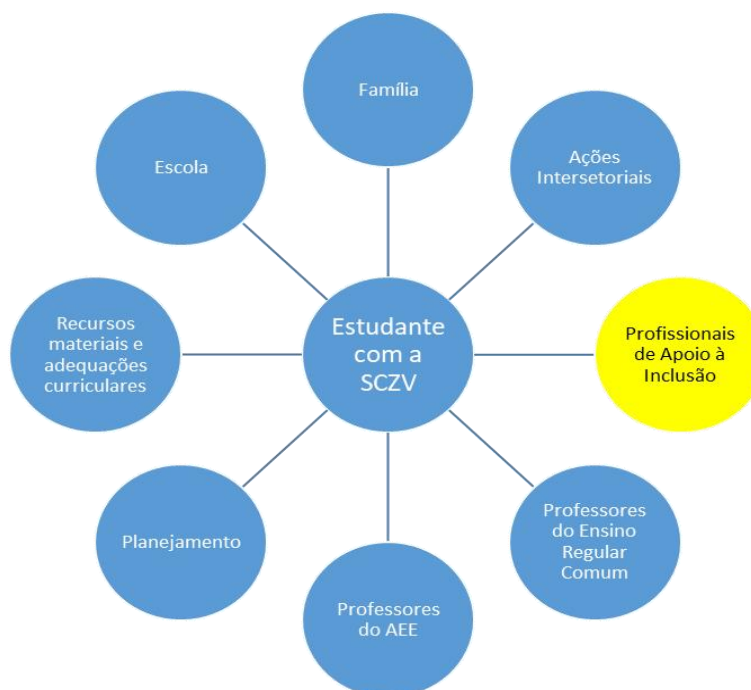
O profissional de apoio à inclusão surge no cenário educacional, numa perspectiva de inclusão, como um suporte/apoio humano, facilitador do processo de aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial e destina-se a alunos que mediante comprovada necessidade, não tenham autonomia para a realização das atividades pedagógicas, de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, com o objetivo único de favorecer o desenvolvimento pessoal e social do estudante, considerando sempre suas especificidades, no ambiente escolar.

Diante da sua suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes atendidos, vale considerar que com a finalidade de contribuir para o cenário educacional atual, um dos papéis fundamentais que o Profissional

de Apoio à Inclusão não pode deixar de exercer, como o descrito pela figura 1, é o de diálogo com toda a engrenagem que faz parte do processo de escolarização do aluno com a Síndrome Congênita do Zika Vírus.

De forma a garantir o atendimento do estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, o diálogo e o respeito entre escola e família, o planejamento e os ajustes junto ao professor do ensino regular comum, são indissociáveis, porém, caberá ao professor do AEE, ao regente do ensino regular comum e à Equipe Diretiva, com o auxílio do profissional de apoio, às adequações curriculares necessárias, com vistas ao estreitamento dos vínculos e das ações intersetoriais em prol de uma inclusão de qualidade.

**Figura 1 - Infográfico representativo da engrenagem necessária para o atendimento da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em fase de escolarização:**



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 1 é ilustrativa e representa a existência de uma engrenagem fundamental para o pleno atendimento da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em fase de escolarização. Cada um dos eixos representados tem contribuição importante. Todos os personagens precisam estar em constante

diálogo e interação, sob a ótica de rede. As Diretrizes Nacionais (Brasil, 2016), endossam o cuidado a estas crianças, considerando a importância de um trabalho alicerçado em práticas colaborativas de “identificação e intervenção precoce de situações que necessitem ser acompanhadas de forma regular e sistemática”.

Para Araujo (2021), essa rede de apoio entre Família, Escola e equipamentos intersetoriais é uma premissa para a educação inclusiva. As diretrizes apontam também as creches e escolas como espaços imprescindíveis de diálogo com os demais equipamentos municipais. Professores do Ensino Regular Comum e professores do AEE, juntamente com toda Equipe Pedagógica da Unidade Escolar tem a grandiosa responsabilidade em pensar, planejar e executar ações colaborativas em favor do estudante com a SCZV, bem como a oferta de profissionais de apoio, o Planejamento Educacional Individualizado (PEI), além de recursos materiais e adequações curriculares.

Garantido desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional, quando em seu capítulo V, versa sobre a Educação Especial e dispõe no Art. 58 e embora exista algumas legislações posteriores que assegurem ao estudante público da educação especial um profissional de apoio, ainda não há consenso ou clareza de qual o perfil deste profissional, sua formação e nem mesmo a função do que denominam "acompanhante especializado".

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. (BRASIL, 1996)

Pode-se dizer que não há dispositivos legais em âmbito nacional, com requisitos definidos e nem consenso na academia sobre quem tem direito a este suporte. À vista disso, há uma linha tênue quando se trata das definições de mediação pedagógica e do cuidar, cabendo ao Profissional de Apoio à Inclusão realizá-las, de acordo com atribuições definidas por cada instância municipal/estadual.

A Resolução nº 4 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação

Especial. Seu conteúdo, dentre outras questões, trata no Art. 10º, sobre a institucionalização da oferta do AEE no ensino regular e prevê na sua organização, aspectos relativos à existência de outros profissionais da educação, além do professor, legitimando sujeitos que atuem no apoio ao estudante público da Educação Especial e nas redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros, que potencializem o desenvolvimento do aluno (incisos VI e VII).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146/2015, endossa os versos da Resolução nº 4, quando indica em seu Capítulo I, Artigo 3º, Inciso XIII, de forma muito abrangente, que o profissional de apoio escolar é o sujeito que exerce, atividades de apoio/suporte na alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Em termos gerais, fica uma grande lacuna quanto à sua formação, já que a lei não especifica quem é este profissional, qual sua formação inicial e em que áreas do conhecimento ele deve ser especializado, abrindo grandes possibilidades para que as esferas municipais se organizem da forma como pontuarem necessário, logo, a necessidade de se normatizar este atendimento, com suas funções definidas e propostas de formação que ofertem os saberes básicos necessários para sua atuação.

Ao que se refere às suas funções no território da escola, existem demandas não tão novas, porém desafiadoras, como por exemplo, atribuições pedagógicas e de auxílio no desenvolvimento das adequações curriculares. Podem-se acrescentar ainda as atividades ligadas às limitações motoras, de comunicação, de orientação, de mobilidade, bem como auxiliar na realização das atividades diárias para garantir ao estudante, acesso, permanência, participação e oportunidades de aprendizagens, o que exigirá destes profissionais, alguns conhecimentos específicos, dependendo do público que estiver auxiliando.

A mesma lei, ainda em seu Capítulo IV, Artigo 28º, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e

avaliar a formação e disponibilização de profissionais de apoio (Inciso XI), oferta reforçada no Inciso XVII. No Capítulo II, Artigo 16º, garante à pessoa com deficiência, quanto aos programas e serviços de habilitação e de reabilitação, capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços (Inciso IV).

Lopes (2018, p. 22) traz valiosas contribuições neste quesito, visto que seus estudos corroboram para esta pesquisa, quando também evidencia que os municípios têm autonomia na elaboração de suas regulamentações, critérios de seleção, exigência de formação, “por ausência de um padrão e de normas mais claras e definidas que norteiam essas práticas”.

Em diálogo com a literatura científica, fica evidente que a legislação prevê o atendimento ao aluno público da Educação Especial, em turmas do Ensino Regular Comum e Atendimento Educacional Especializado, bem como todo recurso necessário para que este atendimento ocorra de forma efetiva e inclusiva, no ambiente escolar, conforme citado alhures, porém não está posto que tipo de suportes específicos podem oferecer os personagens envolvidos no processo de escolarização deste alunado, como é o caso do Profissional de Apoio à Inclusão.

Embora a política nacional voltada à Educação Especial não atribua devida importância ao profissional de apoio, haja vista a ausência de discussões referentes ao desenvolvimento de seu trabalho, as redes municipais de ensino, em seu processo de reorganização em função das demandas das referidas políticas nacionais, têm buscado alternativas ao atendimento dos sujeitos da Educação Especial em suas redes (MARTINS, 2011, p. 35).

Outra importante questão da qual não há uma definição para o acompanhante especializado é a respeito da nomenclatura utilizada. Lopes (2018) e Bezerra (2020) corroboram para a variedade de nomenclaturas e as definições de função também, de acordo com as normativas educacionais municipais, como professor auxiliar, estagiário de pedagogia ou de psicologia, acompanhante terapêutico, acompanhante pedagógico, profissionais bi docentes, quando possuíam responsabilidade de planejamento e ensino, monitores, cuidadores, profissionais de apoio, mediadores, assistentes da Educação Especial, auxiliar de desenvolvimento infantil, auxiliar de vida escolar, agentes de apoio, agentes de apoio à inclusão, ou seja, há uma infinidade de títulos, sempre a depender da realidade municipal e de seus equipamentos, que vão delinear, a

partir de suas necessidades locais, a identidade deste profissional e sua forma de contratação, conforme já dito anteriormente, na medida em que este tende a atender uma demanda específica.

Neste contexto e com base na necessidade de construção de sua identidade profissional, está a necessidade de descobrir que saberes lhes são indispensáveis para a realização de um trabalho colaborativo junto ao aluno com deficiência e de que maneira a formação inicial e complementar contribuem para sua atuação, de modo que tenham respondidas suas demandas diárias, relacionadas às condições específicas deste público, conforme apontam Nozi e Vitaliano (2017), quando enfatizam a importância da formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, para a construção de um ambiente inclusivo, a partir das práticas e experiências de seus atores.

Partindo deste pressuposto, Martins (2011) afirma que os profissionais da escola, ao assumirem uma prática organizada por um trabalho colaborativo, na busca por práticas pedagógicas inovadoras, mobilizam vários saberes em seu trabalho. Indicam inclusive que a adoção dos profissionais pela formação continuada suscitou a urgente necessidade de buscar novos conhecimentos que consideram indispensáveis para pensar estratégias de ensino e aprendizagem que favoreçam o atendimento à diversidade.

Pondera-se, ainda, que a incipiente presença do tema nas pesquisas desenvolvidas no campo da educação até o presente momento, bem como sua secundarização nos documentos representativos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, não ofuscam a importância do profissional de apoio como uma estratégia bastante utilizada no âmbito das redes de ensino como profissional que compartilha o trabalho escolar na classe comum com os/as professores/as regentes das turmas (MARTINS, 2011, p. 49).

A autora ressalta em sua escrita a importância deste profissional para a prática inclusiva colaborativa no território da escola mediante crescente número de matrículas e novas exigências que se delineiam diariamente, além disso, sugere a ideia de que recorrer a um profissional de apoio à inclusão foi a resposta mais imediata à Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva, de forma que, junto ao professor do ensino regular pudessem pensar na inclusão do estudante, neste sentido, diante da lei, a questão referente às atribuições e a formação deste profissional ficam ainda mais vulnerável.

Nozi e Vitaliano (2017), em seus escritos, cooperam para o entendimento de que na composição de seu saber-fazer, o professor não o constrói sozinho. A prática em sala de aula não é o único espaço/momento de desenvolvimento de novos saberes e experiências inclusivas, porém, o processo interativo e de mediação ocorrerá em todos os espaços da escola por onde passar o aluno, com deficiência ou não. Todos estes espaços se configuram como espaços importantes de construção de novos conhecimentos, logo, todos os atores envolvidos, além do conhecimento científico e técnico, a partir de suas experiências, devem dispor de saberes de cunho cognitivo, afetivo, valorativo, ético e comportamentais.

Foi possível observar que, em sua maioria, os artigos buscam mapear as tendências do campo educacional brasileiro acerca da formação de professores, enfatizando a importância da formação inicial e permanente para o Ensino Regular Comum e o Atendimento Educacional Especializado. Nesta pesquisa, a prática pedagógica dos Profissionais de Apoio à Inclusão, tem seu ponto de partida na ação dos professores, já que nos referimos ao agente educacional essencial.

É importante destacar, segundo Anibal e Torre (2019), a questão da “formação” é um termo bastante contextualizado e que requer atenção, não se trata de conseguir um diploma, ou se formar em um curso de especialização, a formação docente como os autores acima defendem “atribui-se um olhar profundo e cauteloso para compreender que o processo de formação docente está totalmente atrelado a um processo individual e coletivo, universitário e institucional/ escolar, logo não é possível analisar um aspecto dissociado do outro” (ANIBAL; TORRE, 2019, p. 32).

Os autores enfatizam ainda que a formação contribui para a apropriação de novos saberes, indispensáveis à prática e à constituição da identidade pessoal e profissional. Concordam com as ideias de Azevedo e Abib (2013), ao que se refere aos saberes pedagógicos sobre as práticas colaborativas, quando se referem à dimensão coletiva da formação, aos conhecimentos referentes à construção do trabalho coletivo na escola, em situações coletivas de reflexão e aprendizagem, operando numa emancipação profissional que contribui para uma produção e incorporação autônoma de novos saberes e valores.

Pressupõe-se que a partir de práticas colaborativas cria-se diversificadas situações de aprendizagem potencializadoras de reflexões que, de individual e realizada na e sobre a própria ação, elevam-se ao nível de coletivas. A prática reflexiva coletiva favorece a emergência de elementos teóricos e críticos, o que pode contribuir com a tomada de consciência pelo professor sobre o que faz e por que faz e, subsequentemente, pode gerar mudanças didáticas (AZEVEDO E ABIB, 2013, p. 58).

Dentre as características gerais dos artigos científicos que estão sendo analisados, foi possível verificar a organização dos dados baseada nas contribuições de alguns referenciais bibliográficos comuns sobre saberes e formação docente, apontando e justificando suas constatações sobre a importância da formação profissional como Nóvoa (1992), Saviani (1996), Freire (1996); Tardif (2000), Pimenta (2000), Libâneo (2010) e Tardif (2014). E na área de formação em Educação Especial: Mazzotta (1993), Bueno (1999), Mantoan (2003), Glat (2004), Jannuzzi (2004), Mazzotta (2005), Omote et. al (2005); Pletsch (2009), Manzini (2010), Martins (2011), Omote (2014), Rocha (2014) e Araújo (2021).

Sobre as evidências encontradas nos artigos lidos, Pereira e Guimarães (2019) apresentam dados a partir de uma investigação realizada junto a 10 cursos de graduação em Pedagogia, referências no campo da formação docente, pesquisa e pós-graduação no Estado de Minas Gerais. Segundo as autoras, no geral, todos os cursos de Pedagogia ofertavam componentes curriculares relacionados à Educação Especial, porém com carga horária reduzida em relação à carga horária total do curso, ou seja, apesar dos avanços nas discussões a respeito da inclusão e do aumento de estudos nesta área do conhecimento, nos cursos de Pedagogia, a Educação Especial ocupa ainda um espaço tímido na organização das trajetórias formativas, o que representa uma lacuna na formação inicial dos futuros profissionais da Educação, especialmente, num cenário em que temos um aumento significativo no número de matrículas de pessoas com deficiência no Ensino Regular.

A partir de uma análise comparativa, a respeito da construção de um ambiente educacional com base numa perspectiva inclusiva, Pereira e Guimarães (2019), afirmam que todos os atores envolvidos neste processo necessitarão dispor do conhecimento de múltiplos saberes e habilidades indispensáveis, de forma a romper com padrões tradicionais de um processo de ensino e



aprendizagem segregador, abrindo espaço então para uma atuação em respeito a um contexto social e escolar inclusivo, onde todos os alunos tenham assegurados os seus direitos de aprendizagem: “Entendemos a educação inclusiva como um direito humano, um processo que possibilita combater e erradicar os estereótipos sociais que separam os ditos “normais” dos “anormais”. É o processo pelo qual as diferenças favorecem o crescimento do grupo, do coletivo” (PEREIRA; GUIMARÃES, 2019, p. 572).

Os referenciais utilizados pelas autoras, visando contribuir acerca da formação inicial docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no que se refere à Educação Especial, concordam que é preciso ir além do que é determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior em termos de legislação, embora seja necessário considerá-las. Salientam que os profissionais envolvidos em um sistema essencialmente inclusivo, precisam ser efetivamente formados e preparados para esta atuação em seu perfil.

Ao que se pode observar, diversos estudos reafirmam, conforme aponta Pletsch (2009), a necessidade de um grande investimento e de melhorias na formação de professores como condição indispensável para a garantia de uma inclusão educacional de qualidade e quando há uma defasagem na formação inicial, à nível superior.

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. (...) Resumindo, podemos dizer que o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e conteúdos, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar. (...) Perdem os educandos, os educadores e toda a sociedade, pois a profissão docente precisa dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvem situações diversas e singulares do desenvolvimento humano (PLETSCH, 2009, p.148-149).

Levando em consideração o diálogo estabelecido com a literatura da área desta abordagem, muitas publicações, quase em sua totalidade, remetem-se a um contexto de trabalho colaborativo ao referirem-se ao trabalho do cotidiano

inclusivo, já que todos os personagens envolvidos no processo da inclusão são corresponsáveis por cada estudante, suas especificidades e as práticas de sua escolarização. Assim sendo, foi possível constatar, tomando por base as atribuições dos profissionais envolvidos nesta engrenagem, em especial, neste registro, o Profissional de Apoio à Inclusão, constante na legislação vigente e nas indicações da literatura científica atual, o sistema de trabalho colaborativo entre todos esses sujeitos, é um sistema eficiente, a ser pensado e executado coletivamente. Todos os personagens são corresponsáveis pelo processo de escolarização dos estudantes com deficiência, conforme apontam Nozi e Vitaliano (2017).

O Profissional de Apoio à Inclusão é um suporte humano fundamental para o desenvolvimento coletivo do trabalho pedagógico, com isso, o foco deste estudo está em conhecer os saberes indispensáveis para o desenvolvimento das suas atribuições e as contribuições de sua atuação, como personagem do trabalho colaborativo, junto ao professor regente, na efetivação da garantia dos direitos desse alunado, de acesso, permanência e situações de aprendizagem.

Tendo como foco a formação docente, as práticas pedagógicas e o desenvolvimento dos alunos com deficiências e outras condições atípicas, consideramos o conceito de mediação como central. (...) Nesse contexto podemos afirmar que o desenvolvimento humano não se dá em um percurso solitário, pois ele depende dos modos de participação do outro, na inserção e na interação do sujeito na vida cultural. (...) De tal forma, assumindo o papel do outro no desenvolvimento humano, destacamos o papel da mediação e o impacto desta no desenvolvimento da criança com alguma especificidade no desenvolvimento no espaço escolar, possibilitando formas de se perceber e participar das práticas culturais estabelecidas nesse espaço. Sobre tal aspecto, nossos dados indicam que, de maneira geral, os docentes têm uma visão ainda fortemente centrada nas impossibilidades da aprendizagem e do desenvolvimento dos sujeitos com deficiência, apesar da crença positiva da maioria sobre as políticas de inclusão escolar. Outro dado que nos chamou muita atenção, é que professores e futuros professores têm dificuldades e/ou não conhecem o conceito de mediação pedagógica e sua aplicação na realização de suas práticas (LIMA; ARAUJO; REIS, 2015, p. 83).

Há um consenso geral entre pesquisadores, que a aprendizagem do aluno é favorecida através da ação do docente como mediador entre o aprendiz e o conhecimento. Porém, é preciso delinear em termos práticos o que essa mediação significa no processo de ensino e aprendizagem e evitarmos assim a concepção que ao docente lhe cabe a simples transferência de conteúdo.

Rigoletti e Deliberato (2020), em seus estudos, indicam a relevância no direcionamento do professor do ensino regular quanto ao planejamento das mediações pedagógicas, a fim de eliminar barreiras que possam interferir na rotina pedagógica da sala de aula, na comunicação e na aprendizagem do aluno com deficiência e necessidade complexa de comunicação.

Portanto, a mediação não é algo tão simples ou corriqueiro como possa eventualmente aparentar. Mediar é, dentre outras definições, atuar ante uma dificuldade, e para isso é necessário conhecer as características dessa dificuldade, conhecer soluções possíveis, ter habilidades práticas e criativas para que este conhecimento prévio se concretize em estratégia eficaz.

A mediação acontece em escalas de suporte, procedimentos e recursos variados. Estamos falando da presença do Profissional de Apoio à Inclusão desde uma adaptação de acesso ao currículo, aos conteúdos e às atividades escolares, por exemplo, com o uso de um texto já impresso ao invés das exaustivas cópias do quadro, a utilização de recursos e auxílios ligados à atividade de vida diária, com apoio na alimentação, locomoção e higiene, até suportes mais complexos como o uso de tecnologias assistivas e comunicação alternativa e ampliada. Podemos citar ainda neste texto, a presença de Instrutores de Braille e Assistentes em Educação de Surdos, como profissionais facilitadores do processo de aprendizagem dos alunos cegos e surdos, respectivamente, matriculados em turmas do Ensino Regular Comum, como acontece no município de Duque de Caxias.

A mediação entre professor e aluno é uma ação importante para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, em que podem demonstrar, em situações de aprendizagem mediada, habilidades cognitivas e capacidade de generalizar o conhecimento e aplicá-los em outra situação (FEUERSTEIN, 1997 apud RIGOLETI; DELIBERATO, 2020, p. 13).

Vale destacar que ao exercer a mediação, o professor/AAI não deve objetivar somente que o aluno conclua uma atividade proposta, mas que ele esteja em interação com o ambiente, seus colegas de turma, estimulando sua autonomia e participação. Padilha (2014) preocupa-se com o conceito de mediação equivocadamente empregado, principalmente quando se trata da ação que acontece na escola, entre profissionais e estudantes. É necessário romper com a interpretação de que mediação é qualquer ajuda oferecida ao outro.

Neste cenário, vale destacar também as contribuições de Carniel et al (2019) sobre o desenvolvimento da autonomia, já que vem continuamente sendo cogitada como fator importante neste diálogo sobre a mediação. As autoras explicam que a autonomia "é a capacidade de definir as suas próprias regras e limites, sem que precisem ser impostas por outras pessoas, pode ser ainda definida como habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria independentes dos desejos dos responsáveis ou dos que o cercam". Com base nisso, o desenvolvimento da autonomia de uma criança está diretamente ligado à sua qualidade de vida e deve estar pautado em objetivos claros com vistas a encaminhá-la à vida adulta, sem que sejam reproduzidos comportamentos que a levem à uma eterna infantilização. Parte-se do princípio de que deve ser ofertada a possibilidade de o estudante com deficiência ser o protagonista da sua própria vida, fazendo as suas escolhas sem influência de terceiros, ao ponto de que futuramente, ela tenha a chance de "ser o principal agente de sua própria vida".

É necessário identificar e desenvolver uma mediação de qualidade, estabelecer seus métodos e objetivos claramente, pois ela pode ou não, promover a apropriação dos conhecimentos desejados, além de não contribuir para o desenvolvimento da autonomia do sujeito e sim para uma dependência ainda maior por parte desse aluno em sua relação com os adultos. Carniel et al (2019), enfatiza o perigo de reforço de práticas segregacionistas.

Vale destacar ainda que não caberá exclusivamente ao profissional de apoio à inclusão e nem ao professor do AEE, o atendimento dos estudantes público da educação especial, o professor do Ensino regular Comum é também o mediador em todas as circunstâncias e está sempre, de alguma forma, planejando e organizando a sua prática, para direcioná-la aos seus alunos, porém consideramos também, que não é todo ensino que produz desenvolvimento e produz aprendizagens.

O conceito de mediação pressupõe o conceito de cultura como o conjunto das produções humanas que, por definição, são portadores de significação, ou seja, na medida em que as ações vão sendo significadas pelo outro - pode-se falar aqui da relação de ensino-, há conversões da significação que acontecem nas relações sociais. O que o aluno transfere para esfera intrapsíquica não são as palavras, são as significações delas; não são as ações, são as significações delas. A interiorização das

significações que vão se constituindo nas relações historicamente construídas, ou seja, a internalização das formas culturais complexas ou superiores vai acontecendo no processo de aprendizado (PADILHA, 2014, p. 99).

Nozi e Vitaliano (2017) contribuem para esta pesquisa, a partir de suas análises em Teses e Dissertações publicadas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área da Educação e da Educação Especial. Indicam em seus escritos a importância de 7 (sete) atitudes fundamentais dos professores como condição para a construção de um ambiente inclusivo, sendo eles considerados saberes recomendados pela produção acadêmica, capazes de responder às demandas para a efetiva inclusão escolar, diretamente relacionada à convivência e aprendizagem na diversidade.

Segundo as autoras, é importante investir na discussão desse aspecto, já que recebem pouca atenção durante sua formação. Logo, este estudo considera relevante destacá-los e mencioná-los, tendo em vista que são atitudes comportamentais positivas diretamente para a construção da chamada cultura inclusiva na escola, relacionadas à atuação de todos os profissionais da educação para com o trabalho coletivo, assim como de fundamental importância para uma ação pedagógica sensível do Profissional de Apoio à Inclusão, às necessidades peculiares dos estudantes público da Educação Especial.

### **Quadro 3 - Sete Saberes atitudinais indispensáveis aos Profissionais da Educação relacionados à Inclusão educacional\*:**

<b>Profissionais da Educação ser capazes de...</b>
1. Valorizar a diferença e a heterogeneidade, acreditar no potencial dos alunos e estimular o desenvolvimento deles;
2. Ter responsabilidade pedagógica: compromisso com o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
3. Dispor-se a ressignificar conceitos e práticas;
4. Dispor-se a estar em processo permanente de formação continuada ou em serviço;
5. Dispor-se à alteridade;
6. Ser favorável à Educação Inclusiva;

## 7. Dispor-se a buscar apoio.

\*Grifo e elaboração da autora ao dar maior amplitude ao público e ao objetivo deste quadro.

As autoras constataram ainda, com suas análises, uma grande carência ao que se refere a uma qualificação específica nos cursos de formação inicial, gerando uma grande ênfase na formação continuada ou em serviço para o atendimento dos alunos com deficiência, considerado pela literatura científica, extremamente importante, por ser um espaço onde acontece a atualização e o aperfeiçoamento dos profissionais que estão em serviço.

Outro aspecto relevante que destacam é sobre as condições que favorecem a construção da inclusão, onde identificam a necessidade de desmistificar a deficiência, já que o desconhecimento sobre elas é um empecilho. Muitos profissionais não possuem conhecimento desta temática, considerando que, durante muito tempo, os sujeitos com deficiência foram alvos de atendimentos segregados, focados apenas nas suas limitações e impossibilidades de aprender e conviver com seus pares e participar do ensino regular comum. Além disso, suas características físicas e comportamentais estavam bem distantes dos padrões estabelecidos em sociedade por “desejáveis” ou “aceitáveis”. Professores e demais profissionais, ao ter que lidar diretamente com o público da Educação Especial, sentem-se despreparados, com medo e inseguros devido à falta de conhecimento sobre como ensinar e interagir diante de tais especificidades.

Outra constatação a partir da análise das produções é o consenso entre os autores a respeito dos saberes necessários para a prática num ambiente inclusivo, considerando que tais saberes são indispensáveis não apenas para o aluno com deficiência, porém é recomendado que tais saberes estejam voltados a atender as peculiaridades de todos os alunos, independentemente de suas condições de desenvolvimento. É um movimento que oferece atenção especial e grandes benefícios para todos os alunos, inclusive os que demandam pouco ou nenhum auxílio em sala de aula.

Os escritos de Prais e Rosa (2017) inferem que não podemos deixar de mencionar que, embora a literatura aponte para a necessidade de formação dos profissionais envolvidos no processo de inclusão e determinadas esferas/lugares/instituições esboçam essa preocupação, no geral ainda existe

uma lacuna para estabelecer parâmetros quanto à capacitação destes profissionais.

Notou-se que neste país as diretrizes governamentais são claras com relação à capacitação de professores para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais. Por outro lado, no Brasil, embora tenham ocorrido grandes avanços no que se refere à legislação que sustenta a formação docente, ainda existe uma carência de parâmetros mais específicos sobre os conteúdos mínimos necessários para que os professores tenham maiores subsídios para promover a inclusão com qualidade (PRAIS; ROSA, 2017, p. 8).

Martins (2011) salienta que dos dados já apresentados é possível ainda citar a valorização da experiência prática em detrimento do conhecimento pedagógico, considerando também o baixo pedido em termos de formação dos profissionais de apoio na maioria das redes estudadas. Tal dado pode ser analisado pelo viés da desintelectualização do profissional por meio de uma proposta de formação de professores que subjugua à docência como atividade prática que deve ser apreendida através do treinamento na escola.

Martins e Chacon (2019) fazem considerações importantes sobre a atuação docente e a qualidade do atendimento prestado a partir de um bom investimento em formação. Trazem o diálogo entre teoria e prática como foco e afirmam que a pesquisa científica tem como finalidade a busca de respostas para problemas ainda não solucionados, ou, ao menos, a indicação de possíveis caminhos para a sua resolução, sendo assim, esta análise não dará conta de esgotar a abrangência desta temática.

Reiterando os autores, “a educação inclusiva é um caminho sem volta, fruto de um compromisso globalmente assumido, rumo a uma sociedade mais justa e humana. A concretização desse projeto exige conhecimentos, recursos e disponibilidade por parte de todos”. (MARTINS e CHACON, 2019) O Profissional de Apoio à Inclusão é, neste cenário, quem melhor deve dialogar com o professor do ensino regular comum e favorecer a observação das situações educacionais inclusivas, além de contribuir para a propícia aquisição de novas habilidades e o fortalecimento da autoeficácia docente.

Entende-se que uma formação de qualidade tem papel fundamental na atuação de qualquer profissional. Neste sentido, vale registrar o impacto significativo da formação na atuação dos Profissionais de Apoio à Inclusão, na legitimidade de sua prática e no desenvolvimento educacional dos alunos

atendidos. A busca realizada evidenciou que muitos artigos correlacionaram os saberes docentes e a formação docente ao trabalho colaborativo como um caminho eficaz para a Educação Inclusiva, neste cenário, emergiu a figura do Profissional de Apoio à Inclusão, como um personagem indispensável para uma dimensão de fato inclusiva do cotidiano escolar.

Endossando os autores lidos, a construção da identidade dos profissionais da educação se dá de maneira contínua e não restrita à sua formação universitária. Longe de desmerecer a importância da formação inicial, o desenvolvimento de competências e habilidades para a prática inclusiva tem seu ponto de partida na formação inicial e contínua e extrapola os muros da escola, do cotidiano escolar, dos espaços e tempos culturais e sociais.



### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1. A pesquisa**

A pesquisa foi realizada com base numa abordagem descritiva qualitativa. Tal escolha foi pautada nos objetivos estabelecidos, no intuito de construir um diálogo entre a literatura científica e as informações pautadas na realidade da Rede de Ensino de Duque de Caxias, com reflexões sobre o que já é produzido nesta esfera municipal, de acordo com Santos e Greca (2013), esta abordagem facilita a compreensão de uma dada situação educacional em vez de uma simples manipulação de variáveis, ela nos permite um estudo mais aprofundado e com mais sentido do fenômeno educacional.

Estas duas autoras (2013) ressaltam ainda que a pesquisa qualitativa é o método que fornece soluções mais apropriadas para os problemas sociais, dos quais as pesquisas educacionais não podem se dissociar devido à base de dados e a todo o campo de informações que fornece, em toda a América Latina, bem como as defasagens e necessidades econômicas, sociais e educacionais, o que conduzem ainda mais pesquisas a um olhar para o interior das escolas e das salas de aula.

A pesquisa assumiu um caráter bibliográfico e documental e se apoiou em buscas de dispositivos legais e normativos na área da Educação Especial, sobretudo em relação à temática inclusão, em páginas eletrônicas oficiais, tais como a do Ministério da Educação, a da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e o Portal da Legislação do Governo Federal.

Diante do perfil descritivo deste estudo, vale salientar que o objeto da pesquisa corresponde à prática dos profissionais de apoio à inclusão, seu perfil e atribuições e os sujeitos envolvidos na pesquisa foram:

- 16 profissionais de apoio à inclusão escolar;
- 15 Diretores das Unidades Escolares;
- 1 professor do AEE (por solicitação de um Gestor);
- 2 professoras, implementadoras pedagógicas da Coordenadoria de Educação Especial.

Desempenhada de modo exploratório, a busca por dados, orientações e normatizações aconteceu em repositórios virtuais como da CAPES, Portal da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e publicações de Anais de Congressos dos últimos 5 anos, além de revistas científicas de Qualis A1 a B2, nas

áreas de Educação e Ensino com artigos científicos, dissertações e teses com debates sobre o Profissional de Apoio e a inclusão da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. O objetivo principal da busca não foi o de realizar uma revisão sistemática, nem esgotar a discussão sobre o assunto, tendo em vista sua amplitude, porém dar conhecimento sobre os últimos dados pesquisados, analisados e publicados pela literatura científica.

Devidos às especificidades das temáticas, algumas bases de dados foram sendo consultadas, a fim de encontrar referenciais que pudessem discorrer sobre o assunto pesquisado e oferecer possibilidades de um diálogo entre os autores. Dentro do primeiro recorte de análise, a Síndrome Congênita do Zika Vírus, por exemplo, os resultados foram bem diversos, porém poucos referenciavam a inclusão educacional. Em sua maioria, tratavam de questões voltadas à área da saúde. Seguem critérios de análise das duas temáticas e nas subseções que seguirão neste capítulo, os resultados para justificar a diferenciação.

A revisão da literatura foi realizada entre os meses de setembro a dezembro de 2020 e apresenta o levantamento das produções científicas obtido a partir de buscas na base da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no site do Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar (CINTEDES) e nos repositórios dos seguintes periódicos: Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Educação Especial e Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial.

Os critérios de busca utilizados foram o período de publicação (2016 a 2020) e o acesso público eletrônico. As publicações foram selecionadas a partir das palavras-chave e leitura de título e resumo, sendo mantidas aquelas que se referiam concomitantemente à escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e o importante papel do Profissional de Apoio à Inclusão no processo de escolarização. Após a seleção das publicações e a partir dos critérios de inclusão, realizou-se a leitura integral dos artigos com vistas a sistematizar as principais informações de interesse desta pesquisa.

Inicialmente, a busca evidenciou uma incipiência na literatura e na legislação ao que se refere à escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, já que muitos estudos ainda estavam em construção, tendo em

vista a epidemia de 2015. O maior número de publicações selecionadas pertence ao Portal da SciELO. Houve crescimento notável de publicações mais significativamente, no ano de 2019 e os estudos em sua maioria, estão localizados na região Nordeste e posteriormente no Sudeste brasileiro.

Sobre a Base de dados da Scielo, foram encontradas 117 produções com a palavra Zika Vírus. Foram selecionados 5 artigos, após análise, levando em consideração os critérios de inclusão/exclusão, cujas temáticas aproximam-se mais dos objetivos desta pesquisa. No repositório de dados da Capes foram encontradas 82 produções, porém nenhuma foi selecionada, levando em consideração os critérios de inclusão/exclusão da pesquisa. Surgiram apenas alguns estudos, em duplicata ao que já estava na Base da SciELO.

Vale registrar que a temática é muito ampla e que nas duas bases de dados acima foram encontradas muitas produções na área da saúde, dinâmica familiar, saúde mental, comunicação do diagnóstico, outras doenças associadas, aborto, arboviroses, dentre outras, que não são objeto de estudos nesta ocasião, motivo este da pesquisa recorrer aos periódicos, tendo em vista a proximidade com a temática e a relevância, já que discorriam sobre a inclusão educacional abordada, assim mencionamos:

- Na Revista Brasileira de Educação Especial foram encontrados 26 artigos utilizando a palavra-chave: Mediação. Não foram encontrados registros do período selecionado, para as palavras Profissionais de Apoio e Síndrome Congênita do Zika Vírus, portanto, nenhuma publicação foi selecionada após a utilização dos critérios de exclusão.
- No portal da Revista Educação Especial foram encontradas diversas publicações na área, sendo 21 artigos para Mediação, 30 artigos para Profissionais de Apoio e 01 artigo a respeito da Síndrome Congênita do Zika Vírus. Após a aplicação dos critérios previamente estabelecidos, apenas 11 foram utilizados para estudo e análise.
- Na Revista Diálogo e Perspectiva em Educação Especial não foi encontrada nenhuma produção científica na área da Síndrome Congênita do Zika Vírus, no entanto, o estudo verificou, levando em consideração os critérios de inclusão, 16 artigos na área de Profissionais de Apoio e 2 na área de Mediação. Considerando os critérios de exclusão, apenas 3 foram utilizados para estudos.

- No portal do Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar (CINTEDES, 2019) foram encontradas 02 (duas) produções enquanto Anais de Congresso, com a palavra-chave Síndrome Congênita Zika Vírus e voltadas à área de abrangência educacional, além de 22 produções sobre Profissionais de Apoio e 2 na área de Mediação. Apenas 5 produções foram selecionadas para o estudo.

Dos artigos selecionados nos Anais, dois trazem o resultado de pesquisas realizadas no Estado de Alagoas e investigam os desafios da escolarização destes alunos. É possível observar que os desafios do município de Alagoas em 2015-2016 não estão distantes dos encontrados no município de Duque de Caxias nos anos de 2020-2022. O primeiro analisa e identifica a oferta de serviços de apoio e a prática pedagógica e o segundo traz dados na perspectiva da narrativa de gestores e professores. A metodologia utilizada em ambas as pesquisas dos artigos lidos foi de entrevistas semiestruturadas e análise documental dos dados referentes à política educacional da rede municipal de ensino supracitada e que posteriormente fundamentou parte desta pesquisa.

**Quadro 4 - Dados das fontes pesquisadas sobre a temática da SCZV:**

Dados das Fontes Pesquisadas
Portal SciELO - Biblioteca Eletrônica Científica Online.
Portal Capes - Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Revista Brasileira de Educação Especial - Publicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE - Qualis A1 em Ensino e A2 em Educação.
Revista Educação Especial - Publicação da Universidade Federal de Santa Maria / SC - UFMS - Qualis B1 em Ensino e A2 em Educação.
Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial - Publicação da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Qualis B4 em Educação.
ANAIS CINTEDDES - Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar (2019) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 5 - Palavras-chave e critérios de inclusão e exclusão sobre a temática da SCZV:**

Palavras chaves utilizadas	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Síndrome Congênita do Zika Vírus	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Artigos que fizessem referência à escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus.</li> <li>2. Produções da literatura científica, acerca do papel do profissional de apoio.</li> <li>3. Inclusão da palavra Mediação devido à especificidade da temática.</li> <li>4. Identificação dos objetivos das pesquisas descritas nos artigos</li> </ol>	Idioma (foram utilizados apenas textos em português), artigos publicados no período de tempo dos últimos 5 anos, análise de títulos e leitura dos resumos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Sobre o Profissional de Apoio, foi realizado um levantamento de dados em revistas digitais publicadas via World Wide Web (WEB), através do repositório da

Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Educação Especial e Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, com a finalidade de identificar o que já foi produzido sobre o tema, no período de 2016 a 2020, quais lacunas existem entre os saberes essenciais para a atuação do Profissional de Apoio à Inclusão e a formação inicial e continuada sob as quais estes profissionais são submetidos, bem como investigar os principais entraves teóricos e metodológicos para a construção desta função enquanto política pública de inclusão.

A pesquisa contou ainda com uma análise breve de alguns documentos e legislações que versam sobre a institucionalização e oferta deste profissional. A construção do referencial teórico desta pesquisa foi pautada no contraponto com alguns autores, que embora apresentem contraste em suas ideias, complementam a temática, entre eles estão: Martins (2011), Lima; Araújo & Reis (2015), Lopes (2018), Anibal & Torre (2019), Carniel et al (2019) e Bezerra (2020).

Para este trabalho foram realizadas buscas em 3 bases de dados diferentes. Os critérios de exclusão usados foram: palavras-chave, resumos, títulos e idiomas (português). A princípio, haveria apenas 3 palavras-chave nas buscas, no entanto, foi possível observar a partir da leitura dos títulos e resumos dos artigos, que há diferenças em cada rede de ensino, na nomenclatura que caracteriza os Profissionais de Apoio, conforme diversos estudos. Logo, foi necessário acrescentar a palavra “mediação” para fomentar a busca e a futura escrita. A busca evidenciou certa escassez de produções ao que se refere aos saberes essenciais à prática e à formação dos Profissionais de Apoio.

**Quadro 6 - Dados das Fontes Pesquisadas sobre a temática do Profissional de Apoio à Inclusão:**

Dados das Fontes Pesquisadas
Revista Brasileira de Educação Especial - Publicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE - Qualis A1 em Ensino e A2 em Educação.
Revista Educação Especial - Publicação da Universidade Federal de Santa Maria / SC - UFMS - Qualis B1 em Ensino e A2 em Educação.
Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial - Publicação da Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Qualis B4 em Educação.

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 7 - Palavras-chave, critérios de inclusão e exclusão sobre a temática do Profissional de Apoio à Inclusão:**

Palavras chaves utilizadas	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
- Saberes Docentes	1. Artigos que fizessem referência à educação Especial e ao trabalho colaborativo.	Idioma (foram utilizados apenas textos em português), artigos publicados no período de tempo dos últimos 5 anos, análise de títulos e leitura dos resumos.
- Formação Docente	2. Produções da literatura científica, acerca do Estado da Arte da Formação de professores e os saberes docentes indispensáveis às práticas colaborativas de inclusão e o papel do profissional de apoio.	
- Profissionais de Apoio		
- Mediação	1. Identificação dos objetivos das pesquisas descritas nos artigos	

Fonte: Elaborado pela autora.

A respeito dos resultados gerais, a partir dos critérios de Inclusão e das três bases de dados analisadas, foram encontrados neste recorte temporal do segundo semestre de 2020: 7 artigos para a palavra-chave Saberes Docentes, 94 artigos para a Formação Docente, 56 artigos para Profissionais de Apoio e 49 artigos para mediação. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados 2 artigos com a temática de Saberes Docentes, 7 artigos sobre

Formação Docente, 4 artigos sobre Profissionais de Apoio ou alusivos à temática e 1 artigo sobre Mediação.

Como parte das análises realizadas, a partir da leitura dos trabalhos, foi possível observar a distribuição parcial de publicações por ano, antes da seleção final, quando foi utilizado o último critério de exclusão, que é a análise dos resumos. Houve um crescimento notável de publicações no ano de 2019. Em 2020, há uma queda nas produções, levando em consideração o período de Pandemia por ocasião do Covid-19 e pelo fato de que o ano ainda não havia finalizado quando houve o levantamento, sendo assim, nesta pesquisa, a partir dos 21 artigos selecionados, os Profissionais de Apoio e os saberes necessários a práticas inclusivas eficientes, entram como uma categoria.

A pesquisa sobre esta temática foi realizada por meio de buscas na literatura e utilizou como critério primário de análise o interesse em produções da literatura científica, acerca do Estado da Arte da Formação de professores e os saberes docentes indispensáveis às práticas colaborativas de inclusão e o papel do profissional de apoio neste processo. Depois, a análise se pautou pela identificação dos objetivos das pesquisas descritas nos artigos e posteriormente os critérios utilizados foram os especificados acima como critérios de exclusão.

Goldenstein (2014) pontua que é necessário para uma pesquisa bibliográfica ter um conhecimento extensivo sobre o assunto, logo, foi observado uma grande lacuna ao que se refere à formação, saberes e atuação do Profissional de Apoio à inclusão, ao passo que a busca precisou passar por alguns critérios de inclusão e exclusão à medida que o estudo prosseguiu, algumas hipóteses foram fundamentadas e alguns temas encontrados não faziam alusão à temática da Educação Especial ou a formação remetia-se apenas à prática docente, sem considerar a atuação colaborativa de todos os profissionais.

### **3.2. O campo de pesquisa**

A cidade pesquisada está localizada no Estado do Rio de Janeiro (RJ), especificamente de forma geográfica na Baixada Fluminense, de população estimada de 929.449 pessoas, conforme dados demográficos (IBGE, 2021) e



dividido em 4 distritos, bem distantes entre si, de densidade demográfica de 1.828, 51 hab./km<sup>2</sup> (Censo, 2010).

Ao que se refere à Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, falamos de 181 Unidades Escolares com uma média de 72.500 estudantes no ano de 2022 de acordo com os dados fornecidos pela Coordenadoria de Educação Especial. Destes, uma média de 3.300 alunos apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno e estão devidamente matriculados em turmas do Ensino Regular Comum e Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos ou em Classes Especiais.

Os campos de pesquisa utilizados foram a Secretaria Municipal de Educação, especificamente a Coordenadoria de Educação Especial e 15 Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, que possuem matrículas de alunos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, em turmas de Educação Infantil e no Atendimento Educacional Especializado, que acontece de maneira complementar à sua escolarização, a saber: CCAIC Xerém, CCAIC Jardim Anhangá, Creche Monsenhor Librelloto, Ciep 330 – Maria da Glória, Creche e Pré Escola Prof.<sup>a</sup> Marília da Silva Siqueira, Creche e Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles, E. M. Ana Nery, E.M. Ruy Barbosa, E. M. Santo Agostinho, E. M. Carlota Machado, Creche Graciesse Luiza da Silva Lourenço, E. M. Sergipe, E. M. Jardim Gramacho, Creche e Pré Escola Municipal Iracy Moreira Theodoro e Creche Ubaldina Alves da Silva.

**Quadro 8 - Disposição das Unidades Escolares pesquisadas por distrito:**

<b>Escolas do 1º Distrito</b>	<b>Número de alunos com a SCZV matriculados em 2020</b>	<b>Número de participantes envolvidos na pesquisa (Gestor + Profissional de Apoio à Inclusão)</b>
Creche e Pré Escola Municipal Iracy Moreira Theodoro	1	2
Creche e Pré Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles	2	3 *
E.M. Ana Nery	1	2
E.M. Ruy Barbosa	1	2
Creche e Escola Municipal Carlota Machado	1	2
E.M. Sergipe	1	2
CCAIC Jardim Gramacho	1	2
Creche e Pré Escola Municipal Ubaldina Alves da Silva	1	2
<b>Escolas do 2º Distrito</b>	<b>Número de alunos com a SCZV matriculados em 2020 - Inicial do nome</b>	<b>Número de participantes envolvidos na pesquisa</b>
Creche Graciesse Luiza da Silva Lourenço	1	2
<b>Escolas do 3º Distrito</b>	<b>Número de alunos com a SCZV matriculados em 2020 - Inicial do nome</b>	<b>Número de participantes envolvidos na pesquisa</b>

CCAIC Jardim Anhangá	1	2
Ciep 330 – Maria da Glória	1	2
Creche Monsenhor Librelloto	2	2
<b>Escolas do 4º Distrito</b>	<b>Número de alunos com a SCZV matriculados em 2020 – Inicial do nome</b>	<b>Número de participantes envolvidos na pesquisa</b>
CCAIC Xerém	1	2
Creche e Pré Escola Prof. <sup>a</sup> Marília da Silva Siqueira	4	2
E. M. Santo Agostinho	2	2

Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

\*A Creche Cecília Meireles solicitou a participação de uma professora do Atendimento Educacional Especializado de Sala de Recursos.

A escolha pela etapa da Educação Infantil se deu por ser em média a fase de escolarização de tais crianças (no período em que a pesquisa iniciou), diagnosticadas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, em decorrência da Epidemia de 2015/2016 do Vírus Zika, conforme explicitado alhures. Verifica-se neste contexto, o aumento de demanda por matrículas entre os anos de 2019/2020, quando alguns destes alunos atingem a faixa etária média de 3 e 5 anos e demandam ações de estimulação precoce para seu desenvolvimento integral e uma melhor qualidade de vida.

O termo estimulação precoce já foi compreendido como estimular antes do previsto, mas seu uso é atualmente consagrado também para representar um conjunto proposto de ações que tem por finalidade prevenir na presença de risco, atenuar ou compensar atrasos e/ou minimizar efeitos deletérios e suas consequências na presença de sequelas que interferem no desenvolvimento infantil (LAMÔNICA E RIBEIRO, 2018, p. 183).

### 3.3. A coleta e a análise dos dados

A pesquisa aconteceu na Coordenadoria de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, sendo o questionário aplicado a 2 (dois) de seus membros, além da participação de representantes das Unidades Escolares. Participaram 15 (quinze) gestores, de uma população de 181 gestores das Unidades Escolares e a uma média de 16 (dezesesseis) Profissionais de Apoio atuantes nestas Unidades Escolares (de uma amostra média de 400 Profissionais da Rede Municipal de Ensino). Dos sujeitos que passaram pela pesquisa, apenas os gestores da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares, participaram neste momento da validação do produto.

A coleta de dados se deu com a técnica da aplicação de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, que, devido às adaptações necessárias, ajustou-se metodologicamente ao cenário pandêmico mundial, por meio da aplicação de questionários via formulário virtual na plataforma *Google Forms*, aos informantes supracitados, objetivando captar suas explicações e interpretações acerca da realidade de atuação dos profissionais de apoio à inclusão, além dos saberes necessários para realização de sua prática profissional no processo de escolarização das referidas crianças.

Os dados coletados foram analisados e legitimados com os membros da Coordenadoria de Educação Especial, já que há ali, em seus registros, muitos saberes produzidos a respeito do perfil e da atuação dos profissionais de apoio e da inclusão dos estudantes com a SCZV e esta equipe ser responsável pelo processo formativo destes sujeitos e com os Gestores das Unidades Escolares envolvidas. Esse caminho metodológico teve por base as contribuições da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2010), para que o roteiro do curso com vistas à formação continuada e em serviço destes atores pudesse ser elaborado e sugerido a partir dos saberes coletados.

A análise dos dados contribuiu para identificar os aspectos mais relevantes com relação à garantia do suporte, atendimento aos alunos público da Educação Especial e atuação dos profissionais de apoio à inclusão nas escolas. Contribuiu ainda para a construção do produto, subsidiando e evidenciando sua urgência e necessidade, a partir do material constante nas entrevistas e levou em

consideração o panorama atual dos Profissionais de Apoio à Inclusão a partir da visão de todos os entrevistados.

Pizzani et al (2014) apresentam a técnica de Bardin como eficaz no processo de análise dos conteúdos das entrevistas, visto que garante um conjunto de procedimentos com o propósito de obter sistematicamente a descrição do conteúdo das mensagens transmitidas pelos entrevistados, bem como sugerem que diversas áreas do conhecimento vem utilizando as contribuições da análise de conteúdo de Bardin “para desvendar o teor de suas pesquisas”, logo, também a Educação Especial, que exerce grande função esclarecedora na área dos transtornos no desenvolvimento.

As entrevistas foram semiestruturadas e individuais, já que para Gil (2002), é a técnica de coleta de dados que apresenta maior flexibilidade em suas respostas e obtenção de dados com profundidade, estabelecendo todas as relações possíveis entre as múltiplas variáveis que podem interferir no problema com relação a todos os dados que se pretende obter.

Diante de tais demandas, a fundamentação teórica realizada apresenta como resultado alguns autores que contribuem para subsidiar as categorias a priori, que já existiam antes da análise e as emergentes, que “surgiram” após a pré análise. Tais autores, embora apresentem divergências em suas ideias e conceitos, complementam a temática da Síndrome e do Profissional de Apoio à Inclusão para este público, bem como o Estado da Arte. São eles: Tamarit (2004), Martins (2011), Vargas et. al (2016), Nozi e Vitalino (2017), Lopes (2018), Rocha (2018), Wheeler (2018), Mercado e Silva (2019), Batista e Moutinho (2019), Mercado e Pinto (2019), Carniel et al (2019), Bezerra (2020), Araújo (2021) e Viana (2021).

Da mesma forma, no intuito de continuar subsidiando e respondendo às categorias, além de revisar e perpassar pelos caminhos da formação e dos saberes fundamentais para esta prática colaborativa, os estudos realizados por: Pletsch (2009), Azevedo e Abib (2013), Padilha (2014), Lima, Araújo e Reis (2015), Pratis e Rosa (2017), Pereira e Guimarães (2019), Martins e Chacon (2019), Anibal e Torre (2019) e Rigoletti e Deliberato (2020), foram fundamentais.

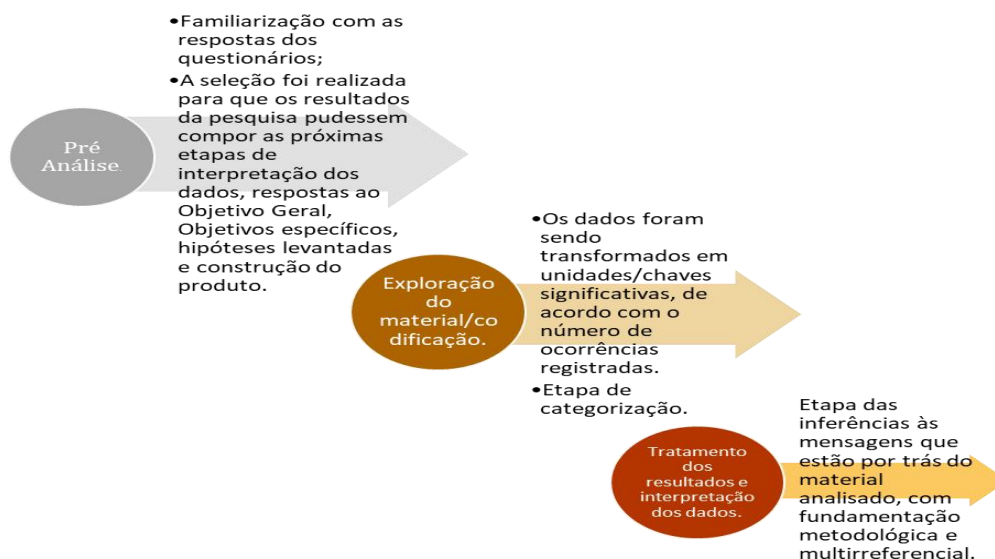
Sobre a análise do conteúdo de Bardin utilizada para observação e interpretação dos dados e consequente construção do produto educacional, utilizamos Pizzani et al (2014). A primeira etapa refere-se à pré-análise, onde se desenvolve as operações preparatórias para a análise propriamente dita. Consiste num processo de sistematização das ideias iniciais, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos da análise e elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final.

A segunda etapa da análise diz respeito à exploração do material ou codificação. É o processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes ao conteúdo existente no núcleo de compreensão expresso no texto. Foram analisados nas entrevistas, categorias, expressões ou palavras que sejam chaves significativas que representarão o material.

Já na terceira etapa será apresentado o tratamento dos resultados, a partir das categorias estabelecidas na segunda etapa, com interpretação dos dados e inferência, onde buscar-se-á destacar as informações fornecidas pela análise, através de quantificação simples (categorias que aparecem com maior e menor frequência), permitindo exibir os dados fidedignos aos resultados alcançados.

Ao longo de toda análise dos dados por meio da metodologia da análise de conteúdo de Bardin, foram feitas seleções para que os resultados da pesquisa pudessem responder os objetivos gerais e específicos, além de compor, no geral, a construção das categorias elencadas, que dialogou com diversos autores e evidenciou a importância da discussão acerca das principais atribuições e perfil dos profissionais de apoio à inclusão para a suporte junto ao estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, através das entrevistas realizadas e um diagnóstico dos saberes necessários à sua prática, além do nível de formação necessário para esta atuação.

**Figura 2 - Sequência utilizada para análise dos dados segundo referenciais de Bardin (2010):**



Fonte: Pizzani, et al (2014). Elaborado com grifos pela autora.

O primeiro passo dado sobre as entrevistas foi de decompor os dados, explorar o material, uma operação classificatória como ressalta Pizzani et al (2014). Há de se considerar a relevância da composição dos questionários, tendo em vista o que cada pergunta representa e o que objetivavam responder, como o Objetivo Geral, o objetivo específico e a construção do Produto, ou seja, parte da pesquisa evidenciou o panorama atual da Educação Especial, da atuação dos profissionais de apoio à inclusão e da escolarização das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no município de Duque de Caxias, justificando a seleção realizada e ressaltando assim, a urgência da construção dos Roteiros de Unidades para compor o curso de formação, foco principal do estudo. As perguntas foram assim divididas. Lembrando que os quadros organizados, referem-se aos três grupos de personagens entrevistados: implementadores da SME/CEE, gestores e profissionais de apoio, conforme Apêndice G.

A decomposição dos dados coletados foram divididos em perguntas que:

- foram utilizadas para compor a construção do Produto a partir do Objetivo Geral (das 19 perguntas feita às implementadoras da SME/CEE, 8 foram relevantes; de 9 perguntas aos gestores, 7 foram relevantes; de 11 perguntas aos profissionais de apoio à inclusão, 7 foram relevantes);

- utilizadas para responder e complementar os objetivos específicos I e II sobre o panorama atual (das 19 perguntas feita às implementadoras da SME/CEE, 9 foram relevantes);

- utilizadas a partir da análise de Laurence Bardin para atender o objetivo específico III, a respeito do perfil e das atribuições do Profissional de Apoio à Inclusão (das 19 perguntas feita às implementadoras da SME/CEE, 7 foram relevantes; de 9 perguntas aos gestores, 3 foram relevantes; de 11 perguntas aos profissionais de apoio à inclusão, 5 foram relevantes).

O segundo passo foi de análise das perguntas selecionadas que responderão aos objetivos específicos III, de identificar e descrever a partir do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, dos gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão, junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar. As perguntas foram divididas em:

- as que dizem respeito ao PERFIL do Profissional de Apoio à Inclusão (das 7 perguntas dedicadas às implementadoras da SME/CEE, 3 foram relevantes; das 3 perguntas dedicadas aos gestores, 1 foi relevante; das 5 perguntas dedicadas aos profissionais de apoio à inclusão, 2 foram relevantes);

- as que diz respeito às ATRIBUIÇÕES do Profissional de Apoio à Inclusão (das 7 perguntas dedicadas às implementadoras da SME/CEE, 4 foram relevantes; das 3 perguntas dedicadas aos gestores, 2 foram relevantes; das 5 perguntas dedicadas aos profissionais de apoio à inclusão, 3 foram relevantes).

Em direção à análise das respostas, foi realizado um terceiro passo, desta vez com relação ao tratamento dos dados das perguntas selecionadas anteriormente, com a finalidade de selecionar as respostas e verificar, por conseguinte, as Unidades de Ocorrência e as Unidades de Significação. Para melhor compreensão, verificar o apêndice G para análise das respostas das implementadoras da SME/CEE, quadro com as respostas dos gestores das Unidades Escolares e quadro para análise das respostas dos profissionais de apoio.

Para construção quantitativa das Unidades de Ocorrência e Significação, foi realizado o quarto passo, ainda com relação ao tratamento dos dados, sendo a



análise das respostas uma decomposição da fala dos entrevistados especificamente sobre as terminologias Atribuições e perfis dos Profissionais de Apoio à Inclusão.

O quinto passo foi o processo de categorização, de modo a identificar e interpretar os dados a respeito das atribuições e do perfil dos Profissionais de Apoio à Inclusão, agrupando todas as unidades de significação a fim de criar as categorias. Pizzani et al (2014), parafraseando Bardin, conclui que as perspectivas desta análise tornam os dados mais explícitos, sujeitos de serem tratados pelo olhar qualitativo do pesquisador e são passíveis de interpretações e inferências exatamente de acordo com a realidade em que todos os personagens estão inseridos.

As categorias construídas emergiram da análise dos dados das entrevistas, representam o conteúdo deste material e objetivam responder aos propósitos deste estudo, dialogando com os autores citados. Segue, dispostas de acordo com o quantitativo de ocorrências registradas, em 1 categoria e duas subcategorias:

Categoria 1: O contexto da inclusão escolar e suas nuances: relevâncias, caminhos e possibilidades.

Subcategoria 1: Caracterização das atribuições e perfil do Profissional de Apoio à Inclusão: legitimando a viabilidade e os benefícios deste suporte.

Subcategoria 2: Práticas, saberes indispensáveis e formação continuada em serviço.

### **3.4. Aspectos Éticos da pesquisa**

De financiamento próprio, para a realização da busca dos dados, a pesquisa foi primeiramente submetida, em forma de Projeto, ao Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire (CPFPF), Departamento responsável pela análise das pesquisas que acontecem na Rede Municipal e posteriormente aprovada. Após o recebimento das cartas de aprovação e apresentação nas Unidades Escolares, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Grande Rio (Unigranrio), tendo sido considerado aprovado, já que o estudo se configurava de grande relevância social, tendo em vista que, o parecer afirmou que conhecer os desafios dos profissionais

envolvidos com a formação de alunos público da Educação Especial, facilita a elaboração de estratégias formativas mais adequadas a estes profissionais. O parecer de aprovação foi o de nº: 5.066.808.

Os critérios de inclusão para o presente estudo foram: matrículas de estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, profissionais de apoio que façam o referido acompanhamento de inclusão, saberes necessários à atuação do PAI, processo de escolarização do estudante com a SCZV e formação, além de ler e tomar ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os riscos envolvidos na pesquisa, porém não registrados por nenhum participante entrevistado foram: possível sensação de invasão de privacidade; o questionário ter alguma questão sensível e remeter o entrevistado a lembranças indesejáveis; tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.

Uma forma de minimizar os riscos envolvidos foi garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos apenas pelo pesquisador; o questionário foi elaborado de forma a minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, apesar de sua aplicabilidade virtual.

Sobre os benefícios envolvidos na pesquisa está a devolutiva à Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, um roteiro para um curso de formação continuada e em serviço, para aperfeiçoamento e atualização da prática dos Profissionais de Apoio à Inclusão junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, já que colaborativamente com o professor do Ensino Regular Comum, contribuem para o processo de inclusão destes alunos.

## 4 RESULTADOS

A análise dos dados corroborou para o que foi preconizado neste estudo para responder às hipóteses levantadas, aos objetivos geral e específico, e principalmente sobre as discussões a respeito do exercício das atribuições dos profissionais de apoio à inclusão e a importância do trabalho colaborativo. De acordo com a literatura científica, não foram identificados estudos específicos sobre o processo de formação de profissionais de apoio à inclusão, voltados à escolarização do aluno com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, o que dá à pesquisa um grau de ineditismo, apesar das novas pesquisas que precisam ser realizadas continuamente. Estimam-se resultados confiáveis e com a possibilidade de serem utilizados posteriormente para novas pesquisas, além de servir como base para novas práticas.

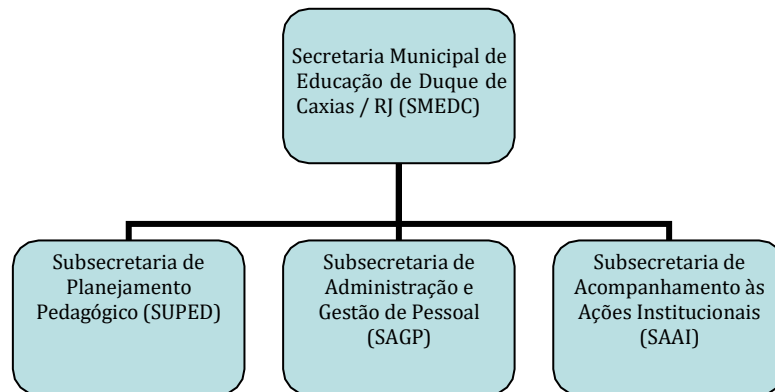
A pesquisa traz contribuições significativas para a construção de políticas públicas e ações mais efetivas, partindo da valorização daquilo que já é produzido pela Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, de legitimadas ações para a atuação do Profissional de Apoio à inclusão, a partir dos saberes produzido por estes profissionais neste cenário, já que na prática fica evidente que este profissional é muito mais do que apenas um suporte.

Os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação ou altas habilidades da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, assim que efetivam suas matrículas, são atendidos por uma rede de multiprofissionais que pensam em sua inclusão, considerando a transversalidade da Educação Especial. Isso significa que muitas equipes se debruçam sobre suas peculiaridades, desde a inserção no Ensino Regular Comum, e neste caso específico, falamos das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, na Educação Infantil, onde são acolhidos pela Coordenadoria de Educação Infantil (CEI) e pela Coordenadoria de Educação Especial (CEE).

Posteriormente à sua matrícula, a partir das ações das Unidades Escolares, com outras equipes da SMEDC, é analisado como será o traslado até suas residências para viabilizar o transporte escolar quando necessário, como no caso da Coordenadoria de Transporte (COTRAN), se o estudante demandará o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos, a alimentação

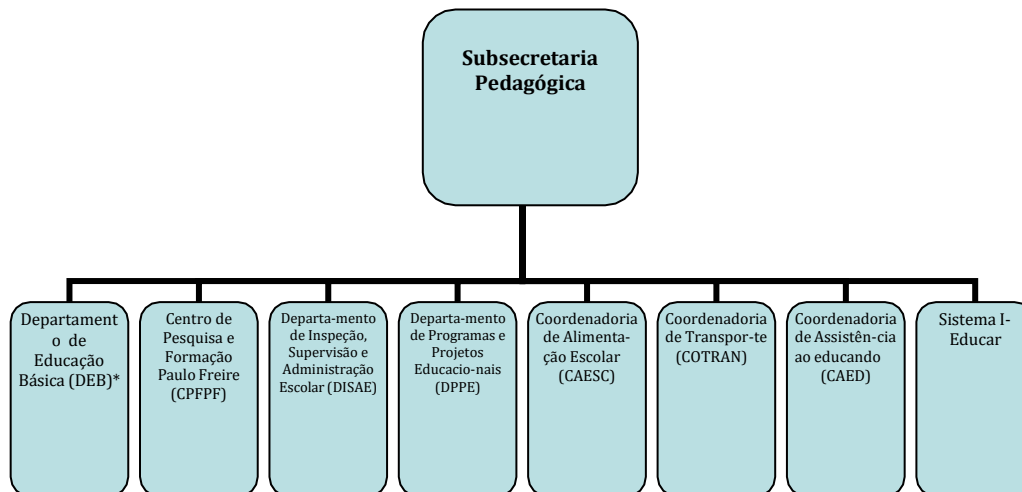
Escolar desse sujeito, com a Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAESC) e os suportes que precisará para sua plena participação no espaço da escola. Em alguns casos, os alunos são ainda acompanhados pelo Núcleo Multidisciplinar, composto por uma equipe de Psicólogos e Assistentes Sociais. Segue a divisão das equipes com dados da SMEDC/CEE, elaborados pela autora. Vejamos:

**Figura 3 - Organização da Secretaria Municipal de Educação e suas Subsecretarias:**



Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

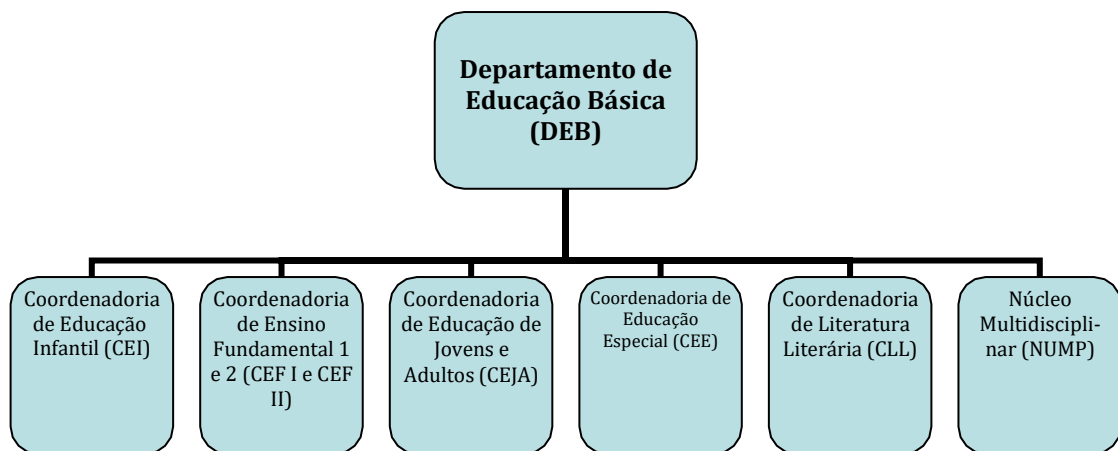
**Figura 4 - Recorte com foco na Subsecretaria de Planejamento Pedagógico (SME/SUPED):**



Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

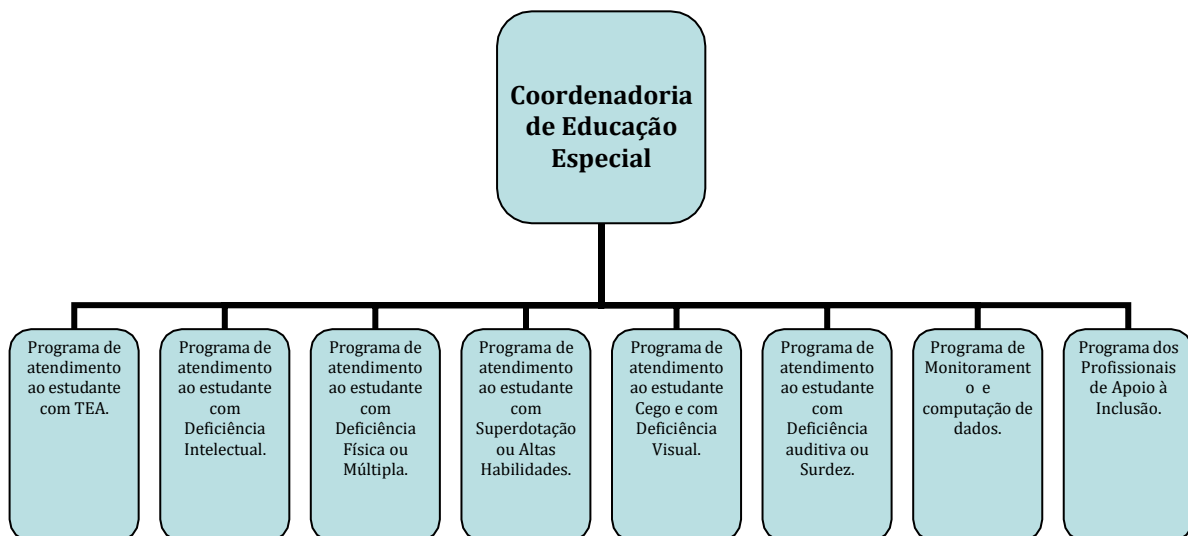
\*O Departamento de Educação Básica é subdividido conforme figura 4.

**Figura 5 - Organização do Departamento da Educação Básica (SME/SUPED/DEB):**



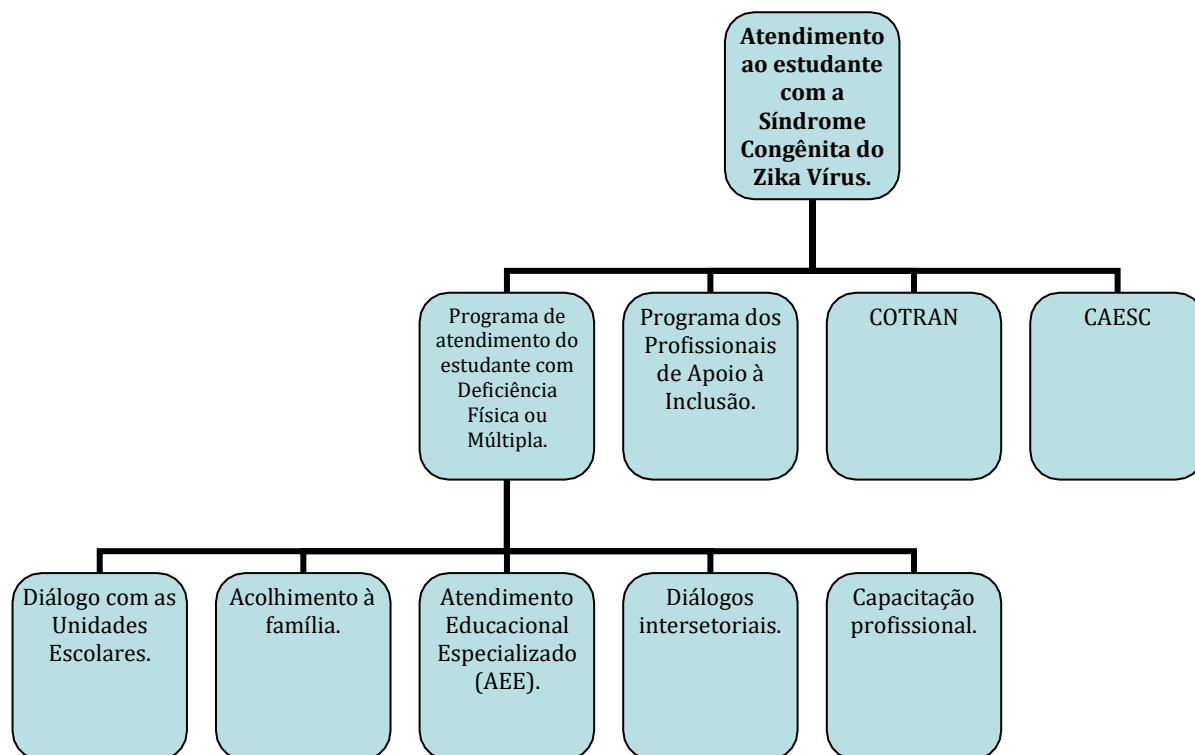
Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

**Figura 6 - Coordenadoria de Educação Especial (SME/SUPED/DEB/CEE) e sua organização para o atendimento do estudante público da Educação Especial.**



Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

**Figura 7 - Atendimento do estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus pela Coordenadoria de Educação Especial:**



Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Elaborado pela autora.

As figuras acima elaboradas têm a intenção de contribuir com a exemplificação do funcionamento interno da Secretaria Municipal de Educação e suas subdivisões em Departamentos e Coordenadorias, demonstrando a grande engrenagem envolvida na inserção do estudante público da Educação Especial no processo de escolarização em atenção ao atendimento de todas as suas especificidades.

É importante assinalar que além dos programas citados na figura 5, a Coordenadoria de Educação Especial oferta o Atendimento Pedagógico Domiciliar e Hospitalar (APDH) aos estudantes que, por questões de saúde se encontram impossibilitados de frequentar a escola por tempo indeterminado. Tal condição clínica precisa ser atestada por meio de documentos médicos. Dentro dos critérios estabelecidos, o estudante é atendido pedagogicamente no espaço de sua residência ou no ambiente hospitalar quando internados no Hospital Infantil Ismélia da Silveira. Esclarecemos que o Atendimento Pedagógico Domiciliar tem caráter substitutivo ao ensino comum e faz-se necessária a matrícula deste

estudante em uma unidade escolar da Rede, mas no Atendimento Pedagógico Hospitalar não há essas exigências.

O Ensino Regular Comum, conforme destaca Araújo (2021), é atualmente o espaço mais adequado de desenvolvimento das potencialidades desses sujeitos. Colaborativamente, todos os personagens envolvidos na prática de inclusão devem estar comprometidos em pensar a prática pedagógica sob a ótica da diversidade. O ensino regular comum permite a articulação de todos os que estão envolvidos no espaço escolar, de maneira responsável. Caberá ao profissional de apoio, nesse contexto, ser um suporte e auxiliar na promoção da acessibilidade do aluno ao cotidiano escolar, conforme documentos legais e outras orientações governamentais, nos momentos em que mais se fizerem necessários os suportes, sempre sob a orientação do professor regente, professor do AEE e Equipe Diretiva, com vistas ao desenvolvimento da sua autonomia.

Considerando as observações acima, o PAI não pode ser responsabilizado como “salvador da inclusão” e constitui crime quando a escola não acolhe o estudante em detrimento da presença do profissional. Tendo em vista o espaço escolar como o espaço privilegiado de intervenção sensorial, física e cognitiva, acesso e permanência não podem, sob hipótese alguma, conforme orientações da SMEDC/CEE, estarem condicionados à presença do Profissional de Apoio à Inclusão, que não é o único recurso a ser pensado como estratégia de inclusão para o aluno com deficiência.

O Artigo 98 da Lei Brasileira de Inclusão uma releitura da lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: I – recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência. (BRASIL, 2015)

Como ressaltado por Lopes (2018), menos ainda pode ser incumbido sozinho de solucionar os diferentes desafios que surgem no território da escola em decorrência da diversidade que é intrínseca a ela, como aparece na fala dos entrevistados desta pesquisa. Neste contexto, urge exemplificar que na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, existem cargos diferenciados, para funções diferenciadas em atenção à especificidade de seu público.

**Quadro 9 - Profissionais de apoio à inclusão atuantes na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.**

<b>Profissional de Apoio</b>	<b>Forma de Contratação atual/formação mínima exigida.</b>	<b>Carga-horária</b>	<b>Principal atuação</b>
Agente de Apoio à Inclusão I	Parceria Empresa Integradora X SME (Estagiário – vaga destinada à estudantes de Formação de Professores – nível médio ou técnico e à estudantes de Graduação em Pedagogia).	20h semanais divididas em 4h diárias.	Junto ao estudante público da EE que necessita de um suporte quando as estratégias utilizadas aos demais alunos não são o suficiente e não o auxiliam a desenvolver atividades escolares diárias com autonomia.
	PSS (vaga destinada à profissional formado com certificado de conclusão do Ensino Médio em Formação de Professores ou graduação em Pedagogia, em Educação Especial ou outras áreas de Licenciatura).	40h semanais divididas em 8h diárias.	
Agente de Apoio à Inclusão II	PSS (vaga destinada à profissional com certificado de conclusão de nível técnico de enfermagem ou enfermeiros com graduação concluída).	30h semanais divididas em 6h diárias.	Junto ao estudante público da EE que faça uso de qualquer sonda, dieta enteral, gastrostomia, colostomia, drenos, cateteres, traqueostomia ou outra condição diferenciada de saúde, que demandem cuidados de um técnico de



			enfermagem no espaço escolar.
Assistente em Educação de Surdos	PSS (vaga destinada ao profissional surdo, nativo da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua formação mínima é de nível médio ou técnico).	22h 30 min	Profissional surdo, que atua junto aos estudantes surdos, oportunizando a introdução da comunicação por meio da LIBRAS.
Instrutores de Braille	PSS (vaga destinada à profissionais videntes, com formação específica na metodologia do Sistema Braille e proficiência na escrita e na leitura em Braille e cuja formação mínima é Ensino Médio em Formação de Professores ou Graduação em Pedagogia ou outras áreas de Licenciatura Plena).	22h 30 min	Junto ao estudante cego, viabilizando a introdução da escrita Braille e do Soroban, promovendo transcrição do Braille para tinta e vice-versa.

Fonte: SMEDC/CEE, 2022. Grifos da autora.

O quadro elaborado evidencia que a formação dos profissionais de apoio à inclusão varia de acordo com o público que se beneficiará do atendimento, ainda que, conforme sinaliza Bezerra (2020), a fundamentação da atuação esteja voltada para a tríade alimentação, higiene e locomoção e o foco seja o trabalho de mediação pedagógica articulados à inclusão do estudante no ensino regular comum e no Atendimento Educacional Especializado. Segundo dois dos entrevistados na SMEDC/CEE, as melhores definições que caracterizam este profissional são:

IM 1*	Tal profissional seria aquele que constitui apoio para viabilizar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência que necessitam deste suporte. É importante pontuar que não é o agente o único responsável pela inclusão do aluno, toda escola deve se envolver neste processo.
IM 2*	Suporte humano que atua no processo de inclusão escolar de estudantes público da Educação Especial, auxiliando e/ou intervindo em/para diferentes etapas do desenvolvimento pedagógico, nas adaptações do currículo e de material, nas adaptações e adequações ao espaço físico, na mobilidade e posturação de estudantes, na mediação do aprendizado auxiliando no desenvolvimento das tarefas acadêmicas, no desenvolvimento de atividades de autocuidado como na higiene (troca de fraldas, absorventes e roupas) e alimentação, na locomoção do estudante no espaço escolar, auxilia para no desenvolvimento de atividades que visam a autonomia e independência do estudante, no desenvolvimento da comunicação, no zelo e na higiene de materiais dos estudantes etc. Este profissional, quando com formação e atuação específicas na área da saúde, pode contribuir também com as questões relacionadas à condição clínica dos estudantes, com na administração de medicamentos e cuidados como a troca de sonda e alimentação para estudantes com problemas de deglutição etc.

\*IM 1 – Implementadora 1 / IM 2 – Implementadora 2

É possível notar que está bem construído nos conceitos dos dois entrevistados, a ideia de trabalho colaborativo e o papel de suporte/apoio das/nas atividades escolares. Complementando o quadro, tem-se abaixo outra parte da entrevista que deve ser considerada, já que pode favorecer a desconstrução de funções dúbias por parte das Equipes Diretivas para com o Profissional de Apoio à Inclusão e evitar omissão e troca de papéis, impactando negativamente o desempenho de suas funções e consequentemente o processo de inclusão dos estudantes. Observa-se novamente a preocupação com um trabalho de fato inclusivo, colaborativo e sem ambiguidades no espaço escolar.

IM 1*	A relação nas Unidades Escolares deve ser colaborativa. O agente não é o único responsável pela escolarização do estudante. Toda a escola deve estar envolvida neste processo. Este profissional não substitui a presença do professor do Ensino Regular Comum, não é ele quem planeja para o aluno, mas sim, deve ser orientado sobre o que fazer com o estudante.
IM 2*	A rede educacional de Duque de Caxias é muito ampla, possui 180 unidades escolares. E por isso mesmo, muito diversa. Na minha concepção, um fator que determina a relação estabelecida entre o Profissional de Apoio e os demais profissionais da escola envolvidos no

	<p>processo de inclusão é o conhecimento na área da inclusão e o quão a cultura inclusiva está ou não fortalecida na unidade escolar. Desse modo, é natural observarmos unidades com diferentes posicionamentos em relação à temática. Felizmente não são muitas as unidades que veem o Profissional de Apoio como uma peça fora da engrenagem da inclusão. De modo geral, a relação estabelecida é de colaboração e este movimento só vem se fortalecendo na rede.</p>
--	---

\*IM 1 – Implementadora 1 / IM 2 – Implementadora 2

Sobre a garantia do direito ao profissional de apoio à inclusão e à essa rede de cuidados/suportes colaborativos que se estabelecem, podemos dizer que alinhados à todos os dispositivos legais já tratados neste estudo, endossamos a discussão afirmando que tal profissional deverá ser disponibilizado aos alunos matriculados no ensino regular em casos de comprovada a necessidade do suporte. Conforme assegura a Lei Brasileira de Inclusão (2015), estudantes com deficiência de modo geral, com pouca ou quase nenhuma autonomia, que demandem auxílio para o desenvolvimento das tarefas acadêmicas e/ou intervenções para alimentação, locomoção e higiene.

Na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, tal análise é realizada pela Equipe Pedagógica da Unidade Escolar que deverá garantir a frequência do estudante, independentemente de laudo médico e do que foi prescrito no parecer, que apesar de sua extrema importância, não tem força de lei para definir o atendimento pedagógico mais apropriado em sala de aula. A Equipe Pedagógica então realiza estudo de caso e preenche uma planilha, contendo as informações necessárias sobre o estudante e as justificativas que embasam tal solicitação e devem encaminhar à Coordenadoria de Educação Especial para análise das implementadoras pedagógicas que atuam na área.

É importante que as equipes sinalizem o tipo de suporte que o aluno necessita e indiquem quais estratégias já foram realizadas pela escola para o processo de inclusão do estudante. Segue quadro evolutivo com o atendimento realizado aos alunos público da Educação Especial na rede municipal de ensino.

Cabe aqui assinalar que a Lei Berenice Piana afirma que tal profissional somente será disponibilizado aos alunos matriculados no ensino regular em casos de comprovada necessidade e que a oferta deste profissional caberá às instituições de ensino onde estiverem matriculados.

Endossando a Lei, a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE pontua que:

O serviço do profissional de apoio, como uma medida a ser adotada pelos sistemas de ensino no contexto educacional, deve ser disponibilizado sempre que identificada a necessidade individual do estudante, visando à acessibilidade às comunicações e à atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção. Dentre os aspectos a serem observados na oferta desse serviço educacional, destaca-se que esse apoio:

- Destina-se aos estudantes que **não realizam as atividades de alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência**, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social;
- Justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes;
- Deve ser periodicamente avaliado pela escola, juntamente com a família, quanto à sua efetividade e necessidade de continuidade (grifo nosso).

**Quadro 10 - Quantitativo parcial do número de atendimentos realizado aos estudantes público da educação especial da Rede Municipal de ensino de Duque de Caxias:**

Ano Letivo						
Dados	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total de alunos da Rede Municipal	77.775	75.950	74.353	74.150	72.453	72.570
Total de alunos da Educação Especial	2316	2466	2500	2522	2393	3301
Total de Turmas de Classes Especiais	95	97	88	83	78	79

Total de turmas de AEE – Sala de Recursos	153	147	166	161	168	206
Total de Profissionais de Apoio à Inclusão	AAI: 227 Educação de surdos: 24	AAI: 338 Educação de surdos: 24	AAI: 503 Educação de surdos: 50 Instrutores de Braille: 6	AAI: 270* Educação de surdos: 50 Instrutores de Braille: 6	AAI: 418 Educação de surdos: 50 Instrutores de Braille: 5	AAI: 679 Educação de surdos: 50 Instrutores de Braille: 5

Fonte: SMEDC/CEE, 2022.

\*Dados colhidos informam que no ano de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, não houve autorização para contratação de novos profissionais, tendo em vista as condições crônicas de saúde, grande parte deste público não tinha autorização médica para frequentar presencialmente as atividades escolares.

A Coordenadoria de Educação Especial, com base na realidade das Unidades Escolares e no que vem sendo produzido no território das 181 escolas da rede ao longo de seus mais de 40 anos de história municipal, tem estabelecido como funções as seguintes atribuições para os profissionais de apoio à inclusão que atuam junto aos mais de 3.000 alunos matriculados atualmente:

➤ **Agente de Apoio à Inclusão I – PSS**

- Devem auxiliar os estudantes público da educação especial parcialmente ou totalmente no momento da alimentação (exceto via sonda), de higiene (exceto limpeza de bolsa de colostomia, traqueostomia...), de locomoção, bem como nas atividades de manipulação de objetos de escrita e/ou digitação quando os recursos não estiverem adaptados ou não forem suficientes para a autonomia do aluno;
- apoiar, prioritariamente, o estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades na execução das atividades pedagógicas (escritas, de movimento e outras) propostas pelo professor do ensino regular comum, do Atendimento Educacional Especializado, das aulas extras (sala de leitura, educação física, informática educativa, etc.) e pela equipe diretiva;

- participar na elaboração junto com o professor do ensino regular comum e do Atendimento Educacional Especializado, materiais instrucionais e recursos acessíveis às necessidades do aluno público da educação especial, de forma a mediar o acesso ao currículo para o desenvolvimento da aprendizagem;
- colaborar na organização dos ambientes e materiais utilizados;
- respeitar e valorizar os saberes e valores culturais dos alunos com o qual se relaciona;
- contribuir para a ampliação das experiências e conhecimento dos alunos em todas as situações de rotina escolar, minimizando as ocasiões de isolamento do estudante;
- mediar as relações interpessoais do aluno acompanhado, no ambiente da escola, tornando-se um facilitador nas trocas e interações sociais entre o estudante e demais personagens da unidade escolar;
- participar das atividades de vida diária do aluno, colaborando com sua higiene e alimentação, desenvolvendo hábitos e atividades saudáveis, o que inclui suporte à ida ao banheiro, troca de fralda, absorventes, vestuários e banho, quando houver necessidade;
- permanecer junto ao aluno, inclusive nos horários de alimentação, de descanso, do intervalo e das aulas extras, zelando por sua segurança;
- estimular sempre a autonomia do estudante acompanhado na realização das atividades;
- contribuir para a construção ou recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade destes estudantes, zelando pela sua aparência e bem estar;
- administrar medicamento indicado por receita médica atualizada e primeiros socorros, quando necessário;
- auxiliar o aluno em sua locomoção e mobilidade, garantindo o acesso, a permanência e favorecendo a participação e a aprendizagem destes alunos no ambiente escolar;
- manusear os equipamentos e utensílios habitualmente usados pelo estudante para alimentação e higiene, bem como realizar sua higienização;
- manter articulação permanente com a equipe pedagógica e administrativa da unidade escolar;

- pesquisar, selecionar e estudar assuntos específicos de sua área de atuação;
- cumprir os dias letivos estabelecidos, além de participar colaborativamente do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), da confecção dos relatórios descritivos, grupos de estudos, conselhos de classes, cursos, seminários ou palestras promovidos pela unidade escolar e pela Secretaria Municipal de Educação;
- colocar em prática as atividades e adequações previstas no PEI de cada aluno, sob orientação do professor do ensino regular comum, do Atendimento Educacional Especializado e da Equipe Diretiva;
- executar, na ausência do(s) estudante(s) público da educação especial, outras tarefas solicitadas pela equipe diretiva da unidade de ensino, compatíveis com a natureza da função;
- registrar e relatar ao professor e à equipe diretiva, situações excepcionais relacionadas ao estudante, bem como alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos), ocorridas antes ou depois de sua chegada à escola, descrevendo todo o atendimento/cuidado prestado ao aluno;
- participar de eventos internos ou externos, como passeios ofertados pela Unidade Escolar, acompanhando os estudantes público da Educação Especial, sempre que se fizer necessário;
- participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e às atividades de formação continuada organizados pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação;
- respeitar e preservar as normas internas da Unidade Escolar e da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, guardando sigilo acerca de toda e qualquer informação que lhe for confiada, sobre o estudante, responsáveis e profissionais, bem como o teor de documentos e demais informações institucionais que porventura tiver acesso.

➤ **Agente de Apoio à Inclusão I – Estagiário**

- devem auxiliar os estudantes público da educação especial parcialmente ou totalmente no momento da alimentação (exceto via sonda), de

higiene (exceto limpeza de bolsa de colostomia, traqueostomia...), de locomoção, bem como nas atividades de manipulação de objetos de escrita e/ou digitação quando os recursos não estiverem adaptados ou não forem suficientes para a autonomia do aluno. **Além disso, deverá, respeitando sua carga horária de estágio, desenvolver todas as funções do AAI I (PSS), citadas acima, EXCETO:**

- administrar medicamento indicado por receita médica atualizada e primeiros socorros, quando necessário;
- manipular objetos próprios do aluno com deficiência, como: próteses, cadeiras de rodas e etc. além de auxiliar o aluno em sua locomoção e mobilidade, cabendo ao professor, AAI I (PSS), AAI II (PSS) ou membro da equipe diretiva, presente na UE, realizar tal ação.

➤ **Agente de Apoio à Inclusão II - Técnico de Enfermagem**

- Devem apoiar o processo de escolarização do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, com condições diferenciadas e específicas de saúde, em função da complexidade de seu quadro clínico, tendo inviabilizada sua inserção individualmente em sala de aula, em todo período escolar, **em uma ou mais**

**Unidades de Ensino desta Rede Pública:**

- apoiar, prioritariamente, o estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades na execução das atividades pedagógicas (escritas, de movimento e outras) propostas pelo professor do ensino regular comum, do Atendimento Educacional Especializado, das aulas extras (sala de leitura, educação física, informática educativa, etc.) e pela equipe diretiva;
- participar na elaboração junto com o professor do ensino regular comum e do Atendimento Educacional Especializado, materiais instrucionais e recursos acessíveis às necessidades do aluno público da educação especial, de forma a mediar o acesso ao currículo para o desenvolvimento da aprendizagem;
- colaborar na organização dos ambientes e materiais utilizados;



- respeitar e valorizar os saberes e valores culturais dos alunos com o qual se relaciona;
- contribuir para a ampliação das experiências e conhecimento dos alunos em todas as situações de rotina escolar, minimizando as ocasiões de isolamento do estudante;
- mediar as relações interpessoais do aluno acompanhado, no ambiente da escola, tornando-se um facilitador nas trocas e interações sociais entre o estudante e demais personagens da unidade escolar;
- participar das atividades de vida diária do aluno, colaborando com sua higiene e alimentação, desenvolvendo hábitos e atividades saudáveis, o que inclui suporte à ida ao banheiro, troca de fralda, absorventes, vestuários e banho, quando houver necessidade;
- permanecer junto ao aluno, inclusive nos horários de alimentação, de descanso, do intervalo e das aulas extras, zelando por sua segurança;
- estimular sempre a autonomia do estudante acompanhado na realização das atividades;
- contribuir para a construção ou recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade destes estudantes, zelando pela sua aparência e bem estar;
- administrar medicamento indicado por receita médica atualizada e primeiros socorros, quando necessário;
- auxiliar o aluno em sua locomoção e mobilidade, garantindo o acesso, a permanência e favorecendo a participação e a aprendizagem destes alunos no ambiente escolar;
- manusear os equipamentos e utensílios habitualmente usados pelo estudante para alimentação e higiene, bem como realizar sua higienização;
- manter articulação permanente com a equipe pedagógica e administrativa da unidade escolar;
- pesquisar, selecionar e estudar assuntos específicos de sua área de atuação;
- cumprir os dias letivos estabelecidos, além de participar colaborativamente do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), da confecção dos relatórios descritivos, grupos de estudos, conselhos de classes,

cursos, seminários ou palestras promovidos pela unidade escolar e pela Secretaria Municipal de Educação;

- colocar em prática as atividades e adequações previstas no PEI de cada aluno, sob orientação do professor do ensino regular comum, do Atendimento Educacional Especializado e da Equipe Diretiva;

- executar, na ausência do(s) estudante(s) público da educação especial, outras tarefas solicitadas pela equipe diretiva da unidade de ensino, compatíveis com a natureza da função;

- registrar e relatar ao professor e à equipe diretiva, situações excepcionais relacionadas ao estudante, bem como alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos), ocorridas antes ou depois de sua chegada à escola, descrevendo todo o atendimento/cuidado prestado ao aluno;

- participar de eventos internos ou externos, como passeios ofertados pela Unidade Escolar, acompanhando os estudantes público da Educação Especial, sempre que se fizer necessário;

- participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e às atividades de formação continuada organizados pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação;

- respeitar e preservar as normas internas da Unidade Escolar e da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, guardando sigilo acerca de toda e qualquer informação que lhe for confiada, sobre o estudante, responsáveis e profissionais, bem como o teor de documentos e demais informações institucionais que porventura tiver acesso;

- executar, na ausência do(a) estudante com condição diferenciada de saúde, outras tarefas solicitadas pela equipe diretiva da unidade de ensino, compatíveis com o fazer pedagógico e da área da saúde.

**Caberá ainda ao Agente de Apoio à Inclusão II, além das ações de mediação, algumas ações inerentes ao cargo como:**

- cumprir as medidas de prevenção e controle de infecção do ambiente;

- efetuar o controle diário do material utilizado;

- realizar os cuidados com o corpo do aluno;
- executar, com segurança, as manobras posturais de transferência e de locomoção do estudante, quando necessário;
- realizar assistência aos estudantes que fazem uso de sondas, dietas enteral, gastrostomia, colostomia, drenos, catéteres, traqueostomia ou outra condição diferenciada de saúde, através de cuidados de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, garantindo o acesso, a permanência e favorecendo a participação e a aprendizagem destes alunos no ambiente escolar.

#### ➤ **Assistente em Educação de Surdos**

- Deverá promover a aquisição da Língua Brasileira de Sinais pela criança surda e o desenvolvimento da identidade e cultura surda, de forma natural com os seus pares;
- mediar o processo de aprendizagem de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares na língua do surdo;
- participar das atividades didáticas, pedagógicas e culturais em todo período letivo, em uma ou mais Unidades de Ensino desta Rede Pública e outras funções inerentes ao cargo.

#### ➤ **Instrutor do Sistema Braille**

- promover a educação dos alunos com deficiência visual (cegos) ensinando-os a ler e a escrever em Braille;
- calcular, resolver problemas matemáticos e desenvolver atividades da vida diária, respeitada a faixa etária e o nível de ensino;
- participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Escola; elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Educacional Especializado;
- organizar o tipo de atendimento, conforme a necessidade específica do aluno, definindo cronograma e a carga horária individual ou em grupo;
- programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;
- estabelecer articulação com os professores de sala de aula comum e com os demais profissionais da escola em todo período escolar, em uma ou mais Unidades de Ensino desta Rede Pública;
- informar e orientar a família acerca da proposta de Atendimento Educacional Especializado e do desempenho do aluno; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e das atividades de formação continuada organizada pela Escola e/ou Secretaria Municipal da Educação;
- organizar e manter atualizados os registros de avaliação do aluno;
- complementar as ações pedagógicas dos estudantes com deficiência visual (baixa visão), através da elaboração de atividades acessíveis, Atendimento Educacional Especializado e orientação aos professores do ensino comum sobre as adequações necessárias para baixa visão;
- executar, na ausência do(s) estudante(s) cego ou de baixa visão, outras tarefas solicitadas pela equipe diretiva da unidade de ensino, compatíveis com a natureza da função.

Outro aspecto que as entrevistas evidenciaram é sobre o acompanhamento da atuação e o desempenho das funções do Profissional de Apoio à Inclusão. As entrevistadas contribuíram alegando que os direcionamentos partem da SMEDC/CEE, que orienta os membros das equipes pedagógicas, a saber, orientadores educacionais e/ou pedagógicos de modo geral. E, de modo específico, também orienta o professor do atendimento educacional especializado (AEE). No geral, os gestores são responsáveis por responderem pelo desempenho funcional destes profissionais. Constata-se uma fragilidade que é a pouca integração entre o professor do ensino regular comum e o profissional de Apoio à Inclusão, neste caso, o professor pouco orienta o profissional de apoio no processo educacional do estudante com deficiência.

Sobre a relação dos Agentes de Apoio com as famílias dos estudantes, ação esta preconizada também nos objetivos da SMASDHDC e SMEDC, são orientados para que sejam articuladores dessa relação, por meio de ações das UEs, com o apoio e supervisão da Equipe Pedagógica e do Professor Regente. Dois entrevistados contribuem para a mesma perspectiva:

IM 1*	Deve ser intermediada pela Equipe Pedagógica da Unidade de Ensino, já que o aluno, como qualquer discente matriculado, deve ser responsabilidade da Escola e não do Agente de Apoio.
IM 2*	Sem dúvida, o Profissional de Apoio é mais um profissional que deve estabelecer vínculo de confiança e parceria com a família do estudante com deficiência. Entretanto, este profissional deve ter clareza dos limites de sua atuação como suporte ao processo educacional, não confundindo o seu papel com o papel dos professores do estudante (AEE ou regente do ensino regular comum) e dos demais profissionais, como orientadores educacionais e pedagógicos. É imprescindível o Profissional de Apoio compreender que a família do estudante acompanhado deve acionar, como de igual modo acionam as famílias dos demais estudantes, os profissionais envolvidos no processo educacional de sua criança para orientações, esclarecimento de dúvida e repasse de informações sobre o desenvolvimento pedagógico de sua criança.

\*IM 1 – Implementadora 1 / IM 2 – Implementadora 2

A equipe responsável pela formação continuada também é da SMEDC, por meio da Coordenadoria de Educação Especial (SME) conjuntamente com Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (SME), que estendem convites para os processos formativos à membros de instituições parceiras. As formações acontecem duas vezes ao ano, no mínimo, e contemplam temáticas voltadas para função/atuação do Profissional de Apoio à Inclusão no atendimento direto ao estudante com deficiência em sala de aula e no espaço escolar. Além de abranger temáticas relacionadas à participação colaborativa deste profissional no auxílio de planejamentos e ações desenvolvidas pelos demais profissionais que atuam no processo educacional de estudantes com deficiência.

A Coordenadoria de Educação Especial, segundo as entrevistadas, investe em formações contínuas, presenciais e online, e disponibiliza suas lives, de temáticas diversas, no canal da SMEDC na plataforma YouTube para que possam ser posteriormente acessadas por toda a Rede. Comumente as lives são utilizadas em Grupos de Estudos e outros encontros formativos nas Unidades Escolares. Na formação inicial dos Agentes de Apoio à Inclusão, costumam-se apresentar o

modelo de Educação Especial praticado pela Rede Municipal, as atividades da CEE, os tipos de atendimentos, as funções dos agentes, o trabalho colaborativo, legislação, caminhos possíveis para uma cultura inclusiva, capacitismo, estratégias para lidar com os estudantes com deficiência, tudo baseado em evidências. Vejamos no quadro abaixo:

**Quadro 11 - Temáticas abordadas na formação ofertada aos Profissionais de Apoio à Inclusão (2019 e 2022) pela SMEDC/CEE:**

<b>Temáticas trabalhadas na formação ofertada aos Profissionais de Apoio à Inclusão em 2019 pela SMEDC/CEE:</b>	<b>Temáticas trabalhadas na formação ofertada aos Profissionais de Apoio à Inclusão em 2022 pela SMEDC/CEE:</b>
Contextualizando a Educação Inclusiva em Duque de Caxias	A Coordenadoria de Educação Especial - programas e profissionais
Origem das demandas pelos profissionais de apoio à inclusão	Contextualização da Educação Especial na Rede Municipal de Duque de Caxias;
O Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Tipos de atendimento ofertados pela Rede Municipal de Ensino;
O Atendimento do profissional de apoio à inclusão e os seus objetivos	Coordenadoria de Educação Especial em número - quantitativo de profissionais de apoio à inclusão entre os anos de 2015 a 2022
Conceitos de igualdade e equidade	Matrícula dos estudantes com deficiência como direito - Constituição Brasileira (1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, ratificada com valor de emenda constitucional (2009) e Lei Brasileira de Inclusão (2015)
Embasamento legal - PNEEPEI de 2008; Resolução nº 04 de 2009; Nota Técnica nº 19 de 2010; Lei Berenice Piana 12764/12 e Lei Brasileira de Inclusão 13146/15.	Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva
Os profissionais de apoio à inclusão em números na Rede Municipal de Duque de Caxias (2015-2019)	Público da Educação especial
Atribuições (áreas de alimentação, mobilidade, higiene e cuidados, pedagógica e saúde)	Nomenclatura correta para se referir aos estudantes público da educação especial
Desafios e sucessos: entre o real e o ideal	Lei Berenice Piana (2012) - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista
Inclusão é estar comprometido!	Educação Especial x Escola Especial: diferenças
Ação Colaborativa do Agente de Apoio à Inclusão e a Deficiência Intelectual	Capacitismo: o preconceito contra a pessoa com deficiência
Ação Colaborativa do Agente de Apoio à	O Ensino Regular Comum e o AEE

Inclusão e as Deficiências Múltiplas	
Ação Colaborativa do Agente de Apoio à Inclusão e o TEA	Atribuições dos profissionais de apoio
Ação Colaborativa do Agente de Apoio à Inclusão e a Deficiência Visual / Cegueira	Trabalho Colaborativo e cultura inclusiva
Ação Colaborativa do Agente de Apoio à Inclusão e a Surdez	Ações colaborativas do agente de apoio à inclusão junto ao estudante com deficiência.
Superdotação ou altas habilidades	Questões administrativas (avaliação de desempenho, supervisão, cumprimento de carga-horária, férias e recesso, mudança de lotação, pagamento, acidentes e seguro e desligamento.
O que o AAI não é.	
A atuação do Profissional de Apoio à Inclusão sob a ótica da Secretaria Municipal de Saúde: a inclusão de estudantes em condições de múltiplas deficiências.	

Fonte: SMEDC/CEE. Elaboração da autora.

Ao passo que a pesquisa se desenvolveu e as entrevistas em sua totalidade foram analisadas, com a utilização da abordagem da análise de conteúdo, emergiram dados qualitativos e empíricos mais explícitos a respeito das atribuições do profissional de apoio à inclusão e os saberes indispensáveis à sua prática. A pesquisa oportunizou a interlocução de personagens que estão engajados na realidade da escolarização da criança com a SCZV e no processo de inclusão em que estão inseridos. Novas temáticas serão abordadas no Produto Educacional, resultado deste estudo.

No quadro abaixo, um demonstrativo do perfil dos entrevistados, com o tempo de atuação na área.

#### Quadro 12 - Perfil dos entrevistados:

Entrevistados	Sexo	Idade	Tempo de atuação na função
Gestores	100% F	26,7% Entre 36 a 40 anos 73,3% Acima de 41 anos	26,7% Entre 2 a 3 anos 73,3% Acima de 4 anos
PAI	87,5% F 12,5% M	12,5 % Menos de 25 anos 25,1% Entre 26 e	43,8% Menos de 1 ano 18,8% Entre 1 a 2

		40 anos 62,5% Acima de 41 anos	anos 25% Entre 2 a 3 anos 12,5% Acima de 4 anos
Implementadores SME/CEE	100% F	50% Entre 26 e 41 anos 50% Acima de 41 anos	100% Acima de 4 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

De modo a identificar e interpretar os dados a respeito das atribuições e do perfil dos Profissionais de Apoio à Inclusão, agrupou-se todas as unidades de significação a fim de criar as categorias que embasam o diálogo multirreferencial na construção do Produto. Vejamos:

**Quadro 13 - Síntese das Unidades de Significação (US), o total de ocorrências (UR) ligados ao tema central, as categorias da análise de conteúdo, segundo Bardin e o total de UR reagrupadas.**

Unidades de Significação (US)	Total de ocorrências (UR) ligados ao tema central da US.	Categorias	Total de UR reagrupadas para formar as Categorias.
Promover suporte necessário ao aluno.	15	Caracterização	
Auxiliar na realização das atividades diárias.	1		
Atendimento às necessidades específicas do estudante.	17		
Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.	8		
Nomenclatura utilizada.	1		
Caracterização da função.	2		



Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.	5	das atribuições e perfil do Profissional de Apoio à Inclusão: legitimando a viabilidade e os benefícios deste suporte.	66
Caracterização das competências profissionais.	1		
Pensar estratégias diferenciadas.	4		
Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.	6		
Desafios do início do suporte.	1		
Desafios ao longo do suporte.	3		
Construção de rotina.	1		
Uso de recursos tecnológicos.	1		
Ausência de conhecimento sobre os benefícios da inclusão escolar.	2		
Garantia do direito de aprender.	16		
Construção da autonomia do sujeito.	5		
Trabalho colaborativo.	8		
Integração.	2		
Inclusão Escolar.	3		
Cultura inclusiva na escola.	5		
Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.	5		
Condições estruturais da escola.	4		
Questões contratuais que afetam o desempenho das	2		

funções.			
Baixa frequência estudantil.	1		
Escassez de profissional.	4		
Evasão dos estudantes.	1		
Parceria família x escola.	2		
Mais de um estudante para dar suporte na mesma sala de aula.	1		
Atrasos de pagamento.	1		
Desafios da distância entre teoria e prática.	2		
Impacto da questão econômica.	1		
Ampliação do suporte.	1		
Necessidade de ações intersetoriais eficientes.	1		
Baixo conhecimento das famílias sobre as dificuldades de seus filhos.	1		
Humanização da ação profissional na educação.	3		
Medição do desempenho do estudante.	1		
Esgotamento profissional.	1		
Cumprimento da legislação.	2		
Participação do aluno em atividades diversas.	1		
Necessidade de formação.	3		
Desvalorização profissional.	1		
Formação acadêmica profissional.	7		
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre o	1		

estudante.		Práticas, saberes indispensáveis e formação continuada em serviço.	49
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre educação.	2		
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre saúde.	1		
Formação continuada.	2		
Reflexão sobre a prática.	1		
Formação mínima.	4		
Formação superior.	1		
Formação específica.	11		
Formação continuada em serviço.	9		
Não considera formação importante.	2		
Necessidade de saberes/conhecimentos específicos sobre a síndrome.	2		
Necessidade de aperfeiçoamento profissional.	1		
Importância da formação.	1		

Vale considerar que as perguntas dos questionários tinham como foco o tratamento dos dados com relação ao perfil profissional e as atribuições dos Profissionais de Apoio à Inclusão, no entanto, é possível observar que alguns dos participantes confundem os termos e atribuem às suas respostas, conceitos semelhantes para as duas terminologias. Quando nos referimos ao perfil profissional, queremos dizer as características profissionais que representam as habilidades, competências, qualificações e experiências do sujeito.

O perfil profissional dos profissionais de apoio à inclusão, a partir do que foi descrito pelos entrevistados, no geral, sugere profissionais formados na área da educação, com especialização em educação especial, quando sua função não exigir conhecimentos específicos na área da saúde. Profissionais que atuem colaborativamente, na inserção de seus alunos, num ambiente onde a cultura inclusiva esteja estabelecida, a diversidade considerada e relações de afeto e estímulo aos estudantes sejam constantes. Processos inclusivos, ambientes acolhedores, favorecer a autonomia diariamente, são alguns dos desafios deste perfil de profissional.

AAI 15*	Trabalhar o desenvolvimento da criança de acordo com sua especificidade com intervenções e estratégias.
G10*	Ações diárias para o desenvolvimento integral da criança, de modo a contemplar os aspectos cognitivos, físicos e socioemocionais.

\*AAI 15 – Agente de Apoio à Inclusão 15 / G 10 – Gestor 10

Como é possível observar, nos dados das entrevistas tratados abaixo, há uma equivalência com relação a alguns temas que emergiram sobre as atribuições e os perfis dos profissionais de apoio, assim, é possível dialogar também com as categorias de análise. Alguns registros enfatizam a importância sobre a oferta de suporte necessário ao aluno, de auxiliar na realização das atividades diárias em atendimento às necessidades específicas do estudante.

Sobre os desafios, afirmam que são existentes desde o início até o desenvolvimento de todo do suporte ofertado, logo pensar estratégias diferenciadas, conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito, construção de rotina, uso de recursos tecnológicos, participação do aluno em atividades diversas, para garantia do direito de aprender e construção da autonomia do sujeito são algumas das saídas encontradas.

Outros desafios que impactam no desempenho de suas funções podem ser considerados, como: as condições estruturais das escolas, questões contratuais que afetam o desempenho das funções, atrasos de pagamento, que impactam na questão econômica dos profissionais, esgotamento profissional, desafios da distância do diálogo entre teoria e prática, a baixa frequência estudantil e até a

evasão dos estudantes, a escassez de profissional, quando há mais de um estudante para dar suporte na mesma sala de aula, sendo necessária a ampliação do suporte segundo a concepção deles. A parceria família x escola, apesar de ser um grande benefício, ainda aparece como um caminho a ser percorrido, inclusive ao considerar que algumas famílias têm baixo conhecimento sobre as dificuldades de seus filhos e a necessidade de ações intersetoriais eficientes.

Outros três desafios elencados surgem com apenas um registro e não são objetos de estudo neste momento, porém precisam ser considerados para que os dados sejam fidedignos como a necessidade de humanização da ação profissional na educação, a necessidade de medição do desempenho do estudante e o cumprimento da legislação.

Sobre a questão formativa, alguns entrevistados alegam ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão, o que afeta no desempenho do papel do Profissional de Apoio e na sua desvalorização profissional. Algumas falas sugerem a importância de clareza na caracterização das competências desses profissionais e a necessidade de Formação continuada, em serviço com foco nos saberes/conhecimento específico que permitam reflexão sobre a prática, sobre o estudante, sobre educação, saúde e as deficiências e a síndrome no caso deste estudo. Apenas um registro não considera formação importante, ressaltando que o tempo de experiência contribuiu mais para sua atuação. Alguns entrevistados demonstram interesse numa formação acadêmica profissional mínima, específica e também superior.

Foi observado falta de conhecimento sobre os benefícios da inclusão escolar, gerando confusão inclusive com o termo “integração”, porém a maioria dos participantes demonstra os benefícios do trabalho colaborativo para uma cultura inclusiva na escola e num caminho para contribuir para o desenvolvimento integral da criança.

De acordo com os estudos de Lopes (2018), a inconsistência na formação do Profissional de Apoio e os equívocos quanto à sua função evidenciam uma série de outros equívocos dentro de sala de aula, uma vez que este é responsabilizado muitas vezes pelas tarefas pedagógicas cabíveis ao professor, precarizando cada vez mais o trabalho prestado, o que deveria ser atenuado cada vez mais, já que o estudante que necessita desse atendimento, comumente são

alunos em situações de ausência de autonomia no desenvolvimento pedagógico ou nas atividades de vida diária, bem como na locomoção, comunicação, orientação, mobilidade, incluindo também a higiene e a alimentação.

Araújo (2021), destaca que a temática de formação continuada em serviço ganha destaque nos resultados de pesquisas sobre a formação docente. Na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, a SME/CEE investe em formações contínuas aos seus profissionais e comumente acontecem separadamente por tipo de atendimento que é prestado aos estudantes, segundo dados da SMEDC/CEE. Araújo (2021) ainda sinaliza fragilidades que são reais, comuns às redes municipais e o curso, produto desta pesquisa, tem a intenção de minimizar.

Apesar da existência de cursos de capacitação para a formação continuada dos profissionais, os sujeitos, muitas vezes, argumentam que eles são insuficientes; não contemplam a variedade das necessidades das redes e nem os aspectos pedagógicos e práticos, sendo embasados em questões teóricas com pressupostos nas características diagnósticas dos sujeitos.

Outrossim, as falas encontradas em algumas pesquisas revelam que os cursos – em sua grande maioria - são voltados apenas aos profissionais da Educação Especial, não contemplando os professores regentes do ensino regular e outros profissionais que lidam diretamente com os sujeitos com deficiências. Intensificamos que, enquanto não se pensar a inclusão como uma concepção que perpassa a todos os atores educacionais, a perspectiva inclusiva não se tornará a realidade prática das creches e das pré-escolas. (ARAUJO, 2021, p. 34)

#### **Quadro 14 - Temáticas propostas para compor o processo formativo dos profissionais de apoio:**

<b>Implementadoras da SMEDC/CEE</b>	<b>Gestores das escolas</b>	<b>Profissionais de Apoio à Inclusão</b>
Tecnologia Assistiva com foco na Comunicação Alternativa; Estimulação essencial; Autonomia e protagonismo do estudante com deficiência; Sexualidade e	Deficiências mais atendidas em alunos da Rede com suas principais características, relação com as famílias dos alunos atendidos entendendo suas ansiedades e temores.	Posicionar a criança de modo a favorecer a interação com o ambiente utilizando recursos adequados. Utilização de texturas, brinquedos com sons e luzes, brinquedos fáceis de pegar para explorar o chocalhar e o jogar.

deficiência;  Brincadeiras inclusivas.	Técnicas de Primeiro Socorros a formação sobre SCVZ e como auxiliar o aluno na interação com os outros indivíduos que vão participar da sua escolarização.	Deficiências de crianças
	Prática pedagógica direcionada à inclusão e Tecnologia assistiva.	Curso de primeiros socorros Cursos de autismo
	A Prática no cotidiano da sala de aula com crianças portadoras de deficiência.  Como buscar a essência da criança portadora de deficiência para a realização do SER.	Elaborar atividades com músicas e jogos, inserir como temática a compreensão do processo educacional inclusivo, com alternativas. Práticas em ambientes coletivos, (sala regulares) legislação e noção do PEI (plano educacional individualizado).
	Primeiros socorros e estratégias de aprendizagem	Primeiros socorros, estratégias de aprendizagem, regras de convivência em grupo.
A ação colaborativa do Agente de Apoio aos demais profissionais envolvidos no processo educacional do público-alvo da Educação Especial;  Atuação e limites do Agente de Apoio em situações de crise com risco para o estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Como lidar com o aluno incluído? A relação interpessoal.	Treinamento dos profissionais e esclarecimento nas escolas da função dos Agentes de apoio.
	A inclusão sem exclusão.	
	Mediação do processo pedagógico; autismo.	Troca de experiência e intervenções.
	Formação específica SCZV. Formação específica para inclusão de TEA.  Formação em primeiros socorros.	Desmitificar ou Desconstruir que os alunos com deficiência são problemas que chegam.  Conhecendo os diversos tipos de deficiência e como lidar com eles.
Inclusão de crianças com autismo na escola e	Educação inclusiva e primeiros socorros.	

	Plano Educacional Individualizado (Construção e Execução).	
	Alimentação e Saúde	Atendimento a crianças portadoras de necessidades especiais e cursos de especialização.
	A importância da inclusão; Implementação de um documento que oriente sua real função.	Sugestões de atividades (estimulações); Rede de apoio.
	Características das síndromes e possibilidades de atuação. Oficinas de atividades práticas.	Conhecer o problema e muita dedicação
	Amor e Boa vontade.	Amor pelo que se faz, e ter empatia
	Qualquer temática que ajude no desenvolvimento neurológico e motor dessas crianças.	Recursos e inovações tecnológicas e tec. assistiva
	Autismo e apoio emocional.	Sua função principal é facilitar a acessibilidade do aluno com deficiência e facilitar a inserção delas na sala de aula da melhor maneira possível.

Fonte: Elaborado pela autora.

A grande inovação do produto será aglutinar a pesquisa e a inovação em um só projeto, ao invés de trabalhar separadamente cada etapa. As temáticas acima surgem na pesquisa como um desafio de sanar as necessidades na formação dos profissionais de apoio à inclusão na escolarização do estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e conseqüentemente, atenuar os desafios outrora mencionados.



A extensão do produto educacional e a inovação está no processo de capacitação de tais profissionais para aprimorar a sua prática e expandir a temática nas suas escolas de lotação. Espera-se que a pesquisa e o produto educacional contribuam diretamente para o processo de inclusão da criança com Síndrome Congênita do Zika Vírus, tendo ela a possibilidade de acesso, permanência e participação na aprendizagem diante das propostas curriculares de seus professores.

Inicialmente, a abrangência territorial será nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro, logo, estima-se que o resultado dos estudos ganhe maior amplitude, no sentido de subsidiar diversos outros municípios no processo de formação profissional de seus Agentes de Apoio à Inclusão (AAI), nomenclatura utilizada pela Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.

## **5 O PRODUTO EDUCACIONAL**

### **5.1. Descrição**

A partir de entrevistas virtuais semiestruturadas, via Plataforma Google, realizada com os Gestores das Unidades Escolares que possuem alunos com a SCZV matriculados entre os anos de 2019 - 2022 e Profissionais de Apoio em seu quadro de funcionários, com a principal finalidade de coletar dados importantes sobre a visão da gestão, com perguntas previamente elaboradas, abertas e fechadas, foi levantado, dentre outras informações extremamente relevantes para a pesquisa, as principais atribuições dos profissionais de apoio para a mediação junto a esse estudante e os saberes indispensáveis para esta prática.

Após análise do registro dos entrevistados sobre as atribuições do profissional de apoio para o atendimento ao aluno com a SCZV e análise das atribuições já existentes, predefinidas pela Coordenadoria de Educação Especial, buscou-se pensar a formação básica necessária para atuação no espaço escolar e as temáticas mais urgentes e atuais para o processo de formação em serviço deste sujeito.

Tendo em vista o material que foi coletado, o curso almeja ser uma formação em serviço, de caráter inicial ou complementar e objetiva subsidiar e potencializar as ações do profissional de apoio junto a esse aluno da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva. Os roteiros propõem um curso com 08 Unidades abordando diferentes áreas temáticas, oriundas das contribuições dos dados coletados através de conceitos descritos na literatura especializada e da análise acerca do conteúdo da pesquisa de campo.

Esta estrutura de roteiro para compor o Curso de formação do Profissional de Apoio à Inclusão vai ao encontro da necessidade de atender a uma lacuna, demanda que vem sendo sinalizada por autores, como Lopes (2018) a respeito da defasagem existente no nível de formação destes agentes, o que vem se refletindo diretamente em suas práticas. Outra contribuição aponta para a implementação de políticas públicas acerca da atuação deste profissional enquanto sujeito integrante do processo de escolarização da criança com Síndrome Congênita do Zika Vírus.

Outro resultado deste material de suporte é a instrumentalização dos Profissionais de Apoio com novas experiências de aprendizagens e de inclusão da criança com SCZV, uma vez que Barbosa e Balbino (2014 apud Drago e Oliveira, p.116), salientam as dificuldades encontradas por estes profissionais neste processo escolar, tendo em vista as trocas de papéis que podem acarretar em muitas situações, estes profissionais estarem substituindo as funções pedagógicas do professor, gerando um novo processo de integração, o qual não desejamos.

A organização pedagógica do curso possui um viés efetivamente inclusivo, a exemplo do “Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: discutindo caminhos para a qualificação da formação docente”, da Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), explicitado no texto de Siluk, Rampeloto e Corte (2012 apud Siluk, 2012), como uma estratégia de alcançar um maior número de profissionais, em todo o território nacional, dentro dos horários e demandas dos cursistas, levando-os ao desenvolvimento de uma aprendizagem autônoma.

Segundo as autoras, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) permite a expansão da formação para diversas redes de ensino, disponibilizando ainda recursos, serviços e diferentes estratégias de acessibilidade, assim como contribuem para a construção de planos de ação que visam eliminar as barreiras no processo de escolarização do estudante. Costa e Souza (2017, p. 226) entendem que: “pode-se afirmar que cada vez mais as pessoas interatuam na sociedade por meio das TICs (...) é possível perceber o quanto o seu uso pode potencializar a disseminação, manipulação, transformação e produção de conhecimento”.

Destacam ainda:

Diante do exposto, é importante que o professor reconheça que a sociedade atual vem cada vez mais exigindo do professor um conhecimento mais holístico acerca das TICs, sendo indispensável que sua formação inicial e continuada lhe proporcione um domínio significativo destes novos instrumentos pedagógicos e que reconheçam às modificações que as novas tecnologias provocam nos processos de aprendizagem (COSTA; SOUZA, 2017, p. 227).

O uso da tecnologia para a aplicabilidade de uma formação pareceu ser no cenário de pandemia, de medidas de prevenção ao Covid-19, o mais adequado, no sentido de articular conhecimentos, processos educacionais, computacionais e design, como sugerem Alvez, Cathcart e Hostins (2015), com maior segurança e em preservação à vida. Ademais, o intuito primeiro com este produto, é que ele possa ser ofertado de maneira síncrona ou assíncrona e não encontre barreiras para chegar ao seu destino, ou seja, que seja um instrumento de novas experiências de aprendizagem e de inclusão, primeiramente, na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.

No atual contexto, atividades online, remotas e/ou EaD vem ganhando visibilidade e destaque. Presume-se, ainda sem pesquisas científicas comprovadas, que depois deste período pandêmico, em termos de trabalho e formação por meios virtuais, que muitas atividades não sejam retomadas em sua totalidade no formato presencial. Matérias de jornais e revistas salientam a ampliação deste tipo de uso e surgem dados, imaturos ainda, do tipo de benefício para o avanço tecnológico e social desta ação.

Desenvolver a inteligência, as habilidades e principalmente, as atitudes. Ajudar o educando a adotar atitudes positivas, para si mesmo e para os outros. Aqui reside o ponto crucial da educação: ajudar o educando a encontrar um eixo fundamental para a sua vida, a partir do qual possa interpretar o mundo (fenômenos de conhecimento), desenvolva habilidades específicas e tenha atitudes coerentes para a sua realização pessoal e social (MORIN, 2007, p. 3).

A fundamentação teórica para este modelo de curso está baseada em autores que discorrem sobre a formação utilizando-se das tecnologias educacionais como recurso, como Morin (2007), Pletsch (2009), Mendes et al. (2010), Siluk (2012), Egler (2014), Nascimento (2019), dentre outros autores.

O caminho percorrido para criação do produto foi inicialmente de seleção dos critérios teóricos metodológicos, elaboração do roteiro do curso de formação, definição das temáticas semanais de formação, definição dos subtemas para compor o programa de cada Unidade, organização da Matriz Curricular, busca por referências bibliográficas adequadas, revisão, adaptação e validação do produto.

O conteúdo para organização do roteiro, emergiu do estudo realizado do referencial teórico e das entrevistas.

Na etapa de criação e de desenvolvimento das temáticas propostas no roteiro, considera-se que a produção se desenvolva ao longo de uma média de 08 semanas, na modalidade de Educação a Distância (EaD), em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a ser definido pela instituição organizadora. Na hipótese do roteiro do curso ser ofertado presencialmente, por uma equipe de profissionais, sobre o perfil desses formadores, estima-se que sejam profissionais de áreas afins, com titulação mínima de especialização. Sugere-se uma equipe organizacional com membros de apoio para a implementação do conteúdo programático, avaliação, revisão de materiais e demais atividades necessárias, que em diálogo com a metodologia de pesquisa utilizada, atentam pela qualidade e reconhecimento público e social do produto. A equipe técnica deverá contar ainda com a presença de um Intérprete de Libras para garantir acessibilidade ao público que se beneficiará do material.

Para a dinâmica pedagógica do curso e maior interação do cursista da teoria com a prática virtualmente, o roteiro já propõe um acervo atualizado de materiais didáticos e bibliográficos que poderão contribuir para o processo de formação e aperfeiçoamento dos participantes, além da proposta de confecção e utilização de materiais adaptados para a inclusão e efetivo acesso a aprendizagem. Ainda como apontam Siluk, Rampeloto e Corte (2012 apud SILUK, 2012), o curso deverá contribuir para o desenvolvimento de competências para dominar o referencial teórico básico correspondente às áreas estudadas.

O material produzido começa com a apresentação das autoras, o Sumário e logo conta com uma apresentação da proposta do curso, motivando o cursista a envolver-se com as temáticas propostas, lembrando do quanto é imprescindível que haja dedicação para o bom desempenho em cada Unidade e que as mesmas permitirão o diálogo indiscutivelmente importante, da teoria com a prática vivida em cada território escolar.

A estrutura pedagógica do curso almeja ser uma formação, em serviço, de caráter inicial e complementar, com a proposta de provocar um diálogo entre teoria e prática no que tange ao perfil e às atribuições do Profissional de Apoio à Inclusão no processo de escolarização da criança com a SCZV. Objetiva subsidiar e

potencializar as ações do profissional de apoio que atua junto ao aluno público da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva. Cada temática tem em média, 4 (quatro) horas corridas de estudo, com propostas de atividades a serem desenvolvidas e uma média de 4 (quatro) horas de leitura, reflexão e registros, totalizando 8 horas dedicadas ao material, por Unidade. O tempo dedicado às atividades práticas exigirá do cursista um diálogo pleno com o contexto da sala de aula, onde terá a oportunidade de articular os conceitos, conhecimentos prévios e adquiridos com situações de aprendizagem vivenciadas pelos alunos, visando sempre seu desenvolvimento e autonomia conforme dito alhures.

As Unidades de estudo são compostas por um programa de textos, vídeos e atividades, repletos de reflexões que permitem que a teoria e a prática dialoguem. O conteúdo programático de cada Unidade pode variar parcialmente.

- Uma temática central;
- Os objetivos específicos de aprendizagem;
- Um texto introdutório;
- Texto explicativo sobre o tema, composto por dados atualizados e legislações;
- Atividades complementares;
- Atividade final da Unidade;
- Referências bibliográficas para leitura obrigatória
- Vídeos obrigatórios;
- Sugestões de vídeos complementares;
- Sugestões de leituras complementares;
- Links importantes para estudos complementares;
- Links de vídeo-aulas obrigatórias.

Quanto às habilidades e competências a serem conquistadas, destacam-se aquelas voltadas ao auxílio/mediação ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus de maneira colaborativa ao professor, em atenção às suas necessidades específicas.

Os recursos e materiais necessários para acesso ao curso são: computador ou smartphone com acesso à internet e dedicação de 8 horas por unidade de ensino. A carga horária total do curso é de 64 horas. Ao longo dos módulos o cursista terá acesso à bibliográfica básica do curso, bem como a referências

avançadas, também essenciais ao processo formativo e à prática do profissional de apoio.

A proposta de avaliação dos participantes é contínua e formativa a partir do desenvolvimento de cada cursista que se inscrever e acessar a plataforma virtual, com os conteúdos disponibilizados, através de vídeos, textos e links. O acesso ao Fórum de discussão, disponibilizado pela instituição responsável, será capaz de promover um diálogo entre os alunos e o formador responsável por este curso, bate-papo para resolução de dúvidas, troca de experiências e debate de temas importantes, registros e realização das atividades propostas, dentre outras formas de interação a distância. Para que o cursista consiga ser certificado pela conclusão do curso, precisará seguir alguns critérios preestabelecidos, como a participação nos encontros online, participação e interação nos fóruns, confecção das atividades de todos os módulos e entrega do Trabalho Final.

## **5.2. Validação do produto**

Tendo realizado a etapa de pesquisa e construção dos roteiros com vistas ao curso de formação, após a apresentação dos resultados do presente estudo, o produto, que é fruto desta pesquisa foi validado a partir do parecer técnico da SME/CEE e pelos gestores, para compor posteriormente o plano de ação das referidas equipes nos próximos anos letivos.

Algumas etapas foram construídas para o processo de validação do produto. Conforme previsto anteriormente e tendo em vista o grau de formação e o tempo de experiência na função por parte dos profissionais de apoio que participaram da entrevista, apenas os gestores e as implementadoras da SMEDC/CEE foram convidadas a participar deste processo.

O questionário foi distribuído a 17 sujeitos, destes, apenas 14 demonstraram interesse em realizar a validação. Objetivou primeiramente ouvir os gestores a fim de registrar e validar cada contribuição para a finalização do Roteiro, lembrando que, depois de totalmente finalizado, será publicado e estará disponível para consulta e aplicabilidade em diferentes ambientes virtuais, de forma a contribuir para seu alcance, por todos os Profissionais de Apoio à Inclusão, a nível nacional.

Sobre o perfil dos personagens que participaram da validação, neste momento é importante mencionar que todas já atuaram como docentes, apenas duas não passaram por qualquer tipo de capacitação na área da Educação Especial, apenas 4 não participaram de nenhuma formação ofertada sobre crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e à nível de formação, todas possuem Ensino Superior, sendo 1 graduada, 10 à nível de especialização, 2 mestres e 1 à nível de doutorado.

- Amostragem quantitativa a respeito da validação do produto educacional:

**Quadro 15 - Quanto aos objetivos que se desejava atingir com a formação para os profissionais de apoio:**

Perguntas	Totalmente Adequado	Adequado
Os roteiros elaborados para a proposta de formação atende os objetivos por ela propostos?	71,43%	28,57%
Esta formação contribuirá para a prática do profissional de apoio à inclusão junto às crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	78,57%	21,43%
As unidades da formação proporcionam reflexões importantes sobre o processo de escolarização das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	64,29%	35,71%

\*Não houve respostas que optassem por parcialmente adequado ou inadequado.

**Quadro 16 - Sobre a forma de apresentação das orientações, o que inclui a organização geral, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação:**

Perguntas	Totalmente Adequado	Adequado
A capa é atraente e indica o conteúdo do material?	71,43%	28,57%
Os tópicos têm sequência lógica?	78,57%	21,43%
O número de páginas está adequado?	78,57%	21,43%
Os temas retratam aspectos importantes?	85,71%	14,29%

\*Não houve respostas que optassem por parcialmente adequado ou inadequado.



**Quadro 17 - No que tange às características linguísticas, compreensão e estilo da escrita do material da formação:**

Perguntas	Totalmente Adequado	Adequado
A escrita está em estilo adequado?	78,57%	21,43%
O texto é atrativo?	64,29%	35,71%
O vocabulário é acessível?	85,71%	14,29%
Há associação do tema de cada unidade ao texto correspondente?	78,57%	21,43%
A redação do texto é compatível com o nível do seu conhecimento?	78,57%	21,43%

\*Não houve respostas que optassem por parcialmente adequado ou inadequado.

**Quadro 18 - Em relação à capacidade da formação em impactar, motivar, interessar, assim como ao grau de significação do material educativo apresentado:**

Perguntas	Totalmente Adequado	Adequado
O material é apropriado para a formação de profissionais de apoio à inclusão?	78,57%	21,43%
Os conteúdos propostos no roteiro da formação se apresentam de forma lógica?	71,43%	28,57%
O material da formação estimula a interação?	71,43%	28,57%
A formação aborda os temas necessários para a prática do profissional de apoio à inclusão junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	85,71%	14,29%
As referências obrigatórias e complementares atendem a proposta da formação?	78,57%	21,43%
A formação gerou reflexões sobre a escolarização dos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	78,57%	21,43%

\*Não houve respostas que optassem por parcialmente adequado ou inadequado.

Vale considerar os apontamentos ainda realizados diante da proposta do curso, que foi aprovado por todos os gestores, todos com experiência, ainda que básica, na área da Educação Especial, com dados bastantes significativos. Observamos que uma média de 80 % dos participantes consideraram o roteiro totalmente adequado e 20%, adequado. Todos os que se propuseram a validar o material, indicariam a proposta de formação continuada para profissionais de apoio à inclusão que atendem estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus a outros profissionais. Segue comentários extras:

- *“O produto supera as expectativas para formação profissional na área que se propõe, excelente proposta. Material atrativo visualmente, didático, com muita interatividade na literatura, com referências obrigatórias e complementares. A diversidade de gênero com vídeos, links para estudos complementares, referências textuais e outras é um diferencial do produto. Excelente! O que mais me chamou atenção foram os temas propostos por unidades e, em especial, a unidade que se dedica a discutir famílias e rede apoio, um diferencial do produto. Excelente!” IM 2*

- *“Gostaria de agradecer e parabenizar o projeto inovador que trouxe grandes aprendizados aos envolvidos pois possibilitou a troca entre Universidade, profissionais da educação e familiares. Lidar requer muito estudo mas muita afeto e cuidado. E com este projeto ratificamos o zelo e amor pela Educação Especial! Parabéns!” Gestor 1*

- *“Acredito que essa formação continuada para os profissionais que atendem estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus só terá a acrescentar como conhecimento e principalmente uma ampliação acerca do assunto, proporcionando uma maior interação entre o profissional, a família e o estudante. O intuito desta formação é exatamente atender anseios, dúvidas, angústias de toda comunidade escolar e assim não paramos por aí, dando continuidade com as experiências que acarretarão.” Gestor 2*

- *“Material de grande valia. Apesar de eu não me apropriar do assunto, após a leitura do conteúdo, consegui ter uma ampla visão do tema.” Gestor 4*

- *“A formação traz elementos importantíssimos para a inclusão dos alunos no espaço escolar. Sua implementação reflete na garantia dos direitos dos alunos e direciona o trabalho dos profissionais escolares”. Gestor 6*

- *“O curso contribui significativamente para fomentar reflexões, acerca da proposta de trabalho junto aos alunos com síndrome congênita do Zika Vírus.” Gestor 8*

- *“Material excelente, indico que todos os agentes façam a formação que muito contribuirá na escolarização / atendimento dos alunos com a síndrome congênita do zika vírus.” Gestor 11*

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que se refere aos desafios da inclusão escolar da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, verifica-se o grande benefício do convívio destes estudantes com seus pares, em turmas do Ensino Regular Comum. A inclusão gera, neste sentido, efeitos positivos, principalmente sobre a valorização da diversidade, a construção de pensamentos cada vez menos capacitistas e ações mais colaborativas nos personagens envolvidos, favorecendo a socialização e o desenvolvimento das habilidades dos alunos.

Foi possível identificar que o ineditismo da Síndrome, os severos comprometimentos no quadro clínico das crianças que foram acometidas pelo vírus ainda em fase gestacional, os problemas de acessibilidade da estrutura física da escola, a escassez de recursos humanos e suportes materiais, a ausência de capacitação profissional para todos os personagens envolvidos neste processo, além da significativa ausência de parceria entre os equipamentos responsáveis pelo atendimento deste sujeito são agravantes que vem impedindo o processo de inclusão acontecer de forma eficiente.

Os estudantes devem ser considerados a partir de programas e políticas públicas intersetoriais, com a finalidade de assegurar a atenção integral ao indivíduo com a SCZV. Neste contexto, a escola é um espaço de relevância para seu desenvolvimento e para suas famílias, podendo contribuir, de modo especial, para o pleno atendimento de suas necessidades e também de seu aprendizado. É necessário o investimento na capacitação de profissionais que atuarão no processo educacional desses estudantes.

A pesquisa conseguiu articular as ideias e as vivências de diversos profissionais que atuam diretamente no território da escola com crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. As contribuições se deram para a organização dos saberes e a elaboração dos roteiros das Unidades do curso de formação dos profissionais de apoio à inclusão a partir de uma reflexão sobre sua atuação e o perfil encontrado. Ao que se propõe o curso, os roteiros trazem a essência de cada área temática proposta e que configuram junto a construção do perfil e das atribuições do profissional de apoio à inclusão.

É imperioso apontar as contribuições que a pesquisa oferta no fomento de ações efetivas e legitimadas para o atendimento dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação ou altas habilidades, com a construção de diretrizes que auxiliem na definição do perfil e das atribuições dos Profissionais de Apoio no espaço da escola, incluindo seu processo formativo contínuo. A pesquisa evidencia sua prática e constata a fundamental construção colaborativa desta atuação, já que não há uma normativa sobre a formação mínima desse profissional e muitos municípios lançam mão deste suporte sem qualquer regulamentação no uso de suas atribuições, perfil e nomenclatura.

Outro aspecto importante de apontar refere-se à compreensão da importância do processo formativo desses profissionais. À medida que há a capacitação, tornam-se aptos a atuar com eficácia nas demandas específicas deste processo educacional, encontrando caminhos possíveis para incluir através do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e das adequações curriculares construídas colaborativamente e que levem em consideração as especificidades de cada aluno, além de suas habilidades motoras, de comunicação, intelectuais, sensoriais e sociais.

Ao que diz respeito ao produto educacional, estima-se que a partir desta proposta de formação para os Profissionais de Apoio, seja possível, dentro de uma perspectiva colaborativa, associar processos pedagógicos e formativos, além de assegurar avanços na construção de novos conhecimentos e habilidades indispensáveis ao processo de escolarização da criança com Síndrome Congênita do Zika Vírus. A pesquisa contribuirá ainda para o compartilhamento dos benefícios da construção destes roteiros de formação com diferentes redes de ensino, cada qual adequado à sua realidade.

Lopes (2018) assinala, considerando que existem ainda muitas lacunas a serem pesquisadas diante do cenário apresentado, que é necessário um longo investimento acadêmico na temática sobre a formação dos Profissionais de Apoio à Inclusão e sua contribuição para a escolarização dos estudantes público da Educação Especial. Precisa-se de mais estudos, pesquisas de campo, inclusive para investigar outras realidades e levar para as universidades e escolas essa discussão, ainda em estado muito incipiente, com o intuito de, cada vez mais, aprimorar as práticas e identificar diretrizes de atuação que atenda sem prejuízos os alunos e a

escola, construindo uma legislação que as determine, defina e que auxilie os municípios.

O estudante público da Educação Especial precisa ter assegurado, seu direito de acesso, permanência e participação em todas as oportunidades de aprendizagem no interior de suas escolas. É urgente romper com a crença da incapacidade de aprender e conviver dos alunos com deficiência.

Até o presente momento, no contato com as Unidades Escolares, com os alunos da Rede Municipal de Ensino, o diálogo e as ações intersetoriais e todas as políticas públicas que emanam de um atendimento de qualidade na escola pública, aprendi tudo o que sei sobre inclusão. Aprendi que não há construção de resultados sem uma rede de apoio e um trabalho colaborativo. A Educação precisa ser de fato para todos, de qualidade, com condições equânimes de acesso, permanência e participação na aprendizagem. Comprovadamente, essa é uma via de mão dupla, ora ensinamos, ora aprendemos e o território da escola pública é, sem dúvida, um solo fértil de muitas descobertas, aprendizagens e compartilhamentos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. P. M. et al. Epidemia de microcefalia e vírus Zika: a construção do conhecimento em epidemiologia. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 10, p. 10-11, out. 2018.

ANIBAL, S. F. & TORRE, P. D. Tendências acerca da formação docente em periódicos acadêmicos brasileiro. In: CARVALHO, M. G. M. (Coord.). **Linguagens, Educação e Sociedade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI/Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação, Teresina, Ano 24, n. 42, Maio/Ago. 2019, p. 335-370.

ARAÚJO, P. C. M. A. **A chegada de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus na educação infantil: formação de professores e inclusão educacional**. 2021. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/RJ, 2021.

AZEVEDO, M. N. & ABIB, M. L. V. S. Pesquisa-ação e a elaboração de saberes docentes em ciências. In: **Investigações em Ensino de Ciências** – V. 18, p. 55-75, 2013.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 2 edição, Lisboa. Edições 70, 2010.

BATISTA, G. M; MOUTINHO, A. K. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika: o olhar docente**. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil, vol. 32, 2019. Publicação contínua. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36360>.

BEZERRA, G. F. O profissional de apoio à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v. 26, n.4, p. 673-688, out.-dez., 2020.

BOGDAN, R.C; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal. Porto Editora, 1994.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 06 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 06 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, 27 de dezembro de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 06 mar 2020

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, 06 de Julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 06 mar 2020

\_\_\_\_\_. **Diretrizes de Estimulação Precoce, de crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor**. Secretaria de Atenção à saúde. Ministério da Saúde. Brasília, DF. 2016.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas: Boletim Epidemiológico**. Ministério da Saúde. Semanas Epidemiológicas 45/2015 a 52/2018, Mar. 2019. Acesso em: 06 mar 2020.

CARNIEL, A. et al. Do apoio à autonomia: o papel do tutor. **Internacional Journal of Developmental and Educational Psychology**, v. 2, n. esp. 1, p. 375-386, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3498/349860126035/349860126035.pdf> Acesso em: 23 Jul 2022

CAXIAS, D. Secretaria Municipal de Educação. Mar.2020. Disponível em <[https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=1098792900471451&id=385805905103491](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1098792900471451&id=385805905103491)>. Acesso em 27 Abril 2020.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. - São Paulo. Cortez, 2000.

COSTA, M. C.; SOUZA, M. A. S. **O uso das TICs no processo ensino e aprendizagem na escola alternativa “Lago dos Cisnes”**. Revista Valore, Volta Redonda, 2017. Disponível em <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/70>

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. SUR, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/abstract/?lang=pt> Acesso em: 07 Set 2022

DRAGO, S. L.; OLIVEIRA, A. A. S. Auxiliar de Vida Escolar: análise do Projeto Rede do município de São Paulo. In: OLIVEIRA, A.A.S.; PAPIM, A. A. P.; PAIXÃO, K. M. G. **Educação Especial e Inclusiva: Contornos contemporâneos em educação e saúde**. Editora CRV, Curitiba, 2018.

EGLER, T. T. C. (Org.). **De baixo para cima: política e tecnologia na educação**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2014.

EICKMANN, S. H. et. al. **Síndrome da infecção congênita pelo vírus Zika**. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 32, n. 7, p. 1-3, jul. 2016.

GARCIA, L. P. **Epidemia do vírus Zika e microcefalia no Brasil: Emergência, evolução e enfrentamento**. 2018. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8282/1/td\\_2368.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8282/1/td_2368.pdf)>. Acesso em: 06 mar 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002.

GOLDENSTEIN, H. **Como realizar uma pesquisa bibliográfica e escrever uma monografia em Ciência e Engenharia de materiais**. 2014. Disponível em: <<http://www.pmt.usp.br/pmt5783/monograf.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Duque de Caxias. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>>. Acesso em: 18 Abril 2022.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Keele Technical Report SE0401 and NICTA technical report 0400011T.1, 2004.

LAMÔNICA, D. A. C.; RIBEIRO, C. C. Zika Vírus, Microcefalia e Estimulação Precoce: a urgência do debate. In: OLIVEIRA, A.A.S.; PAPIM, A. A. P.; PAIXÃO, K. M. G. **Educação Especial e Inclusiva: Contornos contemporâneos em educação e saúde**. Editora CRV, Curitiba, 2018.

LIMA, M. F. C.; ARAÚJO, D. F.; REIS, M. M. D. A formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: reflexões a partir da perspectiva Histórico-Cultural. In: PLETSCHE, M. D. & SOUZA, F. F. (Org.). **Observatório de educação especial e inclusão escolar: balanço das pesquisas e das práticas na Baixada Fluminense**. São Carlos, Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015, p. 79-88.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, SP, 2018.

LUZ, F. S; CARVALHO, A. S. **Curso de extensão em língua espanhola**. IFF, 2020. Produto Educacional. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572348>

MARTINS, J. B. **Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 26, p. 85-94, Agosto. 2004. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000200007&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 02 abr. 2022.

MARTINS, S. M. **O profissional de Apoio na Rede Regular de Ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2011.

MARTINS, B. A.; CHACON, M. C. M. Autoeficácia docente e Educação Especial: revisão da produção de conhecimento nacional e internacional com ênfase na



formação de professores. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil, V. 32, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/35883> acesso em 10 de Nov 2020.

MERCADO, E. L. O.; PINTO, F. R. S. **Crianças com síndrome congênita do Zika chegaram às creches: o que dizem professores e gestores**. In: Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar. 2019. Florianópolis, UFSC, Anais, 2019.

MERCADO, E. L. O.; SILVA, C. S. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome Congênita do Zika na rede de ensino de Maceió**. In: Colóquio Internacional de Educação Especial e Inclusão Escolar. 2019. Florianópolis, UFSC, Anais, 2019.

MINGUELA, A. D; HIGÓN, D. A. TED-Ed: una herramienta online para fomentar el autoaprendizaje. **Revista d'Innovació Docent Universitària**, n.7, p.15-19, 2015. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RIDU/article/view/RIDU2015.7.2/13766>.

NASCIMENTO, T. M. **Produto educacional: videoaula - determinação da DDP de limiar de um led**. Dissertação de Mestrado Profissional em Física. Programa de Pós Graduação de Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, 2019.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes de professores propícios à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: condições para sua construção. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil, vol. 30, núm. 59, septiembre-diciembre, pp. 589-602, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28080> acesso em 25 Nov 2020.

OSÓRIO, A. C. do N. Escolarização: práticas sociais, culturais e pedagógicas – fragmentos de uma realidade seletiva. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.) **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Ed. Junqueira & Marin, Araraquara/SP, 2010.

PADILHA, A. M. L. Desenvolvimento Cultural e Educação Escolar: aporte teórico para pensar o desenvolvimento psíquico do deficiente intelectual. In: OMOTE, S.; OLIVEIRA, A. A. S.; CHACON, M. C. M. **Ciência e conhecimento em educação especial**. São Carlos. Marquezine & Manzini. ABPEE, p. 89-114, 2014.

PAULINO, V. C. **Efeitos do coensino na mediação pedagógica para estudantes com cegueira congênita**. Tese de Doutorado. Universidade de São Carlos. SP. 2017.

PEREIRA, C. A. R.; GUIMARAES, S. A Educação Especial na Formação de Professores: um Estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 571-586, Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382019000400571&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000400571&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 25 Nov 2020.

PIZZANI, L.; LOPES, J. F.; MANZINI, M.G., MARTINEZ, C.M.S. A contribuição da análise de conteúdo nos estudos na área de Educação Especial e sua interface com a prematuridade. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 49, p. 459-470, Maio/Ago., Santa Maria, 2014.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa**. Paraná, 2009. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=pt)>. Acesso em 20 de Maio de 2020.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma Análise. **Revista Educação Especial** | v. 30 | n. 57 | p. 129-144, Jan./Abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19833> Acesso em 20 Nov 2020.

RIGOLETTI, V. C.; DELIBERATO, D. Mediações pedagógicas com alunos com deficiência e necessidade complexa de comunicação: percepção dos professores. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil, **vol 33, 2020**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/37968/0> Acesso em 20 Nov 2020.

ROCHA, M. G. S. R. **Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2014.

ROCHA, M. G. S.; & PLETSCHE, M. D. Deficiência múltipla, sistemas de apoio e processos de escolarização. **Horizontes**, volume 36 nº 3, p. 99-110. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.700>. Acesso em: 05 Maio 2022.

SÁ, M. R. C.; PLETSCHE, M. D.; A participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: interseções entre o modelo bioecológico e a funcionalidade humana. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2117383, p. 1-15, 2021.

SAMPAIO, G. S. et al. Expansão da circulação do vírus Zika da África à América, 1947-2018: revisão da literatura. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 28, n. 2, e2018411, jun. 2019. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742019000200043&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742019000200043&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 Nov 2020.

SANTOS, F. M. T.; GRECA, I. M. **Metodologias de pesquisa no ensino de ciências na américa latina**: Como pesquisamos na década de 2000. In: *Ciência & Educação*, v. 19, n. 1, p. 15-33, 2013.

SILUK, A. C. P.; RAMPELOTO, E.; CORTE, J. D. Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado: discutindo caminhos para a

qualificação da formação docente. In: SILUK, A. C. P. (Org). **Atendimento Educacional Especializado**: contribuições para a Prática Pedagógica. Santa Maria, 2012.

VARGAS, A. et al. Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 691-700, out. 2016.

VIANA, V. G. S. M. **Educação Especial na perspectiva das Humanidades Digitais**: o que dizem os bancos de dados da Capes e do IBICT sobre a síndrome congênita do zika vírus? 2021. 170f. Dissertação (Mestrado em Humanidades Digitais). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu/RJ, 2021.

WHEELER, A. C. Development of Infants With Congenital Zika Syndrome: What Do We Know and What Can We Expect? **Pediatrics**. [S.I.] v. 141, n. 2, p. 154-160, fev. 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Solicitação de autorização para pesquisa no Município



UNIGRANRIO



#### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NO MUNICÍPIO

Duque de Caxias, 20 de Maio de 2021.

Ao Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (CPFPF).

Município de Duque de Caxias/ RJ

Eu, Renata Souza Vogas, responsável principal pelo projeto de pesquisa, o qual pertence ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu, do Curso de Mestrado Profissional da Universidade do Grande Rio, venho pelo presente, solicitar, através do Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire, autorização para realizar a pesquisa no Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, sob o título **FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS, RJ**, com o objetivo de desenvolver como produto, no formato de roteiros para um Curso de formação para profissionais de apoio no processo de escolarização de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, de turmas da Educação Infantil.

Ressalto que o presente projeto de pesquisa, com previsão de duração entre o período de Junho de 2021 a Março de 2022, tem como orientadora a Professora Dr<sup>a</sup> Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis.

Deixo o contato do pesquisador principal: Renata Souza Vogas (21) 983505641/ email: [renatavogas@bol.com.br](mailto:renatavogas@bol.com.br) e da Orientadora: Haydéa Maria Marinho (21) 99859-5277/ e-mail: [hmaria@unigranrio.edu.br](mailto:hmaria@unigranrio.edu.br).

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, a coleta de dados deste projeto será iniciada.

Contendo com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Renata Souza Vogas

Mestranda do PPGEC - Unigranrio

Dr<sup>a</sup> Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis.

Orientadora - PPGEC - Unigranrio

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO VÍRUS ZIKA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS, RJ**. Você foi selecionado sob a justificativa de ser Gestor ou Profissional de Apoio de uma Unidade Escolar que possua matrícula de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, porém, sua participação não é obrigatória.

Enquanto Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino das Ciências, da Universidade do Grande Rio, no curso de Mestrado Profissional no Ensino das Ciências, desejo iniciar um processo de investigação qualitativa a respeito da atuação dos profissionais de apoio na escolarização da criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, em turmas de Educação Infantil, o que é inovador em termos de pesquisa atualmente, já que não identificamos na literatura científica muitos registros e estudos específicos sobre a formação de profissionais de apoio à inclusão voltados a esta Síndrome.

Para prosseguimento dos estudos referentes a esta pesquisa é indispensável a contribuição dos seus saberes para responder às hipóteses levantadas e construir um panorama municipal a respeito da Formação do Profissional de Apoio na Inclusão dos alunos com Síndrome Congênita do Vírus Zika na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, RJ.

A pesquisa tem como objetivo, identificar e sistematizar dados sobre essa atuação em 12 Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, porém principalmente, enquanto produto deste Mestrado Profissional, criar um roteiro para um curso de formação em serviço e visando contribuir qualitativamente para o desenvolvimento profissional deste agente de apoio e suas atribuições no espaço escolar.

A pesquisa iniciará, de acordo com seu aceite voluntário, com entrevistas individuais semiestruturadas presencial ou virtualmente, conforme a sua escolha, em forma de respostas abertas e fechadas a um questionário. Serão identificadas e sistematizadas os principais saberes e as principais atribuições dos profissionais de apoio para a mediação junto a esse estudante através da entrevista realizada e um diagnóstico do nível de formação necessário para esta atuação.

Estabeleceremos em algum momento, um diálogo sobre sua compreensão no que diz respeito à Educação Especial, a Inclusão, o profissional de apoio e a criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, para que a pesquisa seja empírica e baseada no que de fato acontece no cenário escolar. Sua participação poderá ser iniciada ou cancelada em qualquer momento, caso não se sinta à vontade de contribuir com alguma pergunta, esta pode ser deixada em branco.

Os riscos envolvidos no projeto são: possível sensação de invasão de privacidade; o questionário ter alguma questão sensível e remeter o entrevistado a lembranças indesejáveis; tomar o tempo do sujeito ao responder o questionário/entrevista. No entanto, uma forma de minimizar os riscos envolvidos será garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos apenas pelo pesquisador, o questionário será elaborado de forma a minimizar desconfortos que podem surgir, garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras.

Já sobre os benefícios envolvidos no projeto está a devolutiva a Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, um rotelro para um curso de formação com Multiprofissionais, para aperfeiçoamento da prática dos Profissionais de Apoio à Inclusão que atuam junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, já que colaborativamente com o professor do Ensino Regular Comum, contribuem para o processo de inclusão destes alunos.

As respostas das entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas pela pesquisadora, permanecendo toda ela, sempre confidencial. O uso das informações será com nomes fictícios e transformados em dados municipais neste contexto, através de relatórios gerados, juntamente com outros dados coletados em documentos, legislações, artigos, dissertações e teses já existentes associadas à esta pesquisa.

Informo em tempo, que não haverá nenhum tipo de gasto, reembolso ou gratificação decorrente da sua participação nesta pesquisa, que acontecerá de maneira totalmente colaborativa, sendo esta uma das temáticas a ser abordada.

Deixo registrado e reafirmo neste termo que todos os colaboradores terão acesso aos resultados da pesquisa, que visa trazer grandes benefícios a esta rede municipal de ensino ao que se refere à capacitação os profissionais de apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV, assim como em oportunizá-los novas experiências de aprendizagens na área da inclusão da criança com SCZV. As dúvidas que surgirem ao longo do tempo, poderão ser sanadas nos dados para contato abaixo.

Logo, informo em tempo que uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis e para definitivamente oficializar esta parceria, convido o (a) sr. (sra.) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada: "FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM SÍNDROME CONGÊNITA DO VÍRUS ZIKA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS, RJ.", a qual é realizada como parte do Mestrado Profissional no Ensino das Ciências, do Programa de Pós Graduação em Ensino das Ciências, da Universidade do Grande Rio, sob a responsabilidade de Renata Souza Vogas, orientada pela professora Doutora Haydeia Maria Marino de Santanna Reis.

Respeitosamente,  
Contamos com sua valiosa participação!

Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Grande Rio nos endereços abaixo. O Comitê de Ética é a instância responsável por examinar os aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos, zelando pela proteção à dignidade, autonomia e direitos dos participantes.

**Dados para contato:**

Universidade do Grande Rio  
Rua Professor José de Souza Herdy, 1160 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto,  
Duque de Caxias - RJ, 25071-202  
Telefone da Instituição: (21) 2672-7763  
Telefone da Pesquisadora: (21) 98350-6641

**Declaração de aceite:**

Eu, \_\_\_\_\_, após ter lido e compreendido o termo acima, sinto-me esclarecido e a vontade para participar voluntariamente desta pesquisa, concordando livremente em contribuir com o fornecimento dos dados necessários, referentes ao espaço escolar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizado na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21) 2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: [cep@unigranrio.com.br](mailto:cep@unigranrio.com.br)

Duque de Caxias, 28 de Maio de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário

Renata Souza Lopes  
Assinatura da pesquisadora

Henrique  
Assinatura da orientadora

Este documento (TCLE) encontra-se impresso em duas vias originais, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo participante e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um.

## APÊNDICE C – Entrevistas com gestores

### Entrevista semiestruturada com Gestor de Unidade Escolar

#### **Dados pessoais:**

Nome completo:

Sexo:

Idade:

Estado civil:

#### **Dados da atuação:**

Escola em que atua:

Cargo que ocupa:

Tempo de atuação na função:

Quantidade de alunos atendidos no geral:

Quantidade de alunos público da Educação Especial:

Quantidade de alunos com SCZV:

Quantidade de Profissionais de Apoio:

Número de turmas:

#### **Perguntas:**

1. Ao que se refere ao público que tem direito a este suporte humano no espaço escolar, especifique uma necessidade e apresente uma justificativa para tal acompanhamento:
2. Na sua opinião, de acordo com as atribuições definidas pela CEE, qual deveria ser a relação estabelecida entre o Professor do Ensino Regular Comum e este profissional?
3. Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o profissional de apoio pudesse desenvolver bem suas funções?
4. Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação em serviço dos Profissionais de Apoio:
5. Você considera relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio:
6. Você considera que a presença da criança com a SCZV na escola, somente possa acontecer quando há a presença do Profissional de Apoio?



7. Como você considera que deve ser o processo de contratação destes profissionais? (Contrato, concurso público para quadro permanente, estágio, dentre outros.)

8. Relate com suas palavras:

\* 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV:

\* 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática:

9. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV:

## **APÊNDICE D – Entrevistas com profissionais de apoio**

### **Entrevista semiestruturada com os Profissionais de Apoio à Inclusão**

#### **Dados pessoais:**

Nome completo:

Sexo:

Idade:

Estado civil:

#### **Dados da atuação:**

Escola em que atua:

Cargo que ocupa:

Tempo de atuação na função:

Quantidade de alunos atendidos no geral:

Quantidade de alunos público da Educação Especial:

Quantidade de alunos com SCZV:

Quantidade de Profissionais de Apoio da Unidade Escolar em que atua:

Número de turmas:

#### **Perguntas**

1. Qual a sua formação para atuar como Profissional de Apoio à Inclusão? Você a considera suficiente para atuar na função?

2. Na sua opinião, qual seria a nomenclatura e a definição mais apropriada que caracterize o Profissional de Apoio à Inclusão?

3. Que saberes você considera necessários ao Profissional de Apoio à Inclusão para lidar com a criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?

4. Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o PAI pudesse desenvolver bem suas funções?

5. Relate com suas palavras:

\* 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV:

\* 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática:

6. Dê a sua opinião sobre a inclusão da criança com a SCZV:

7. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV:

8. Sugira duas temáticas que você considere indispensável para a formação em serviço dos PAI:

9. Você considera relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio:

10. De acordo com a sua realidade, qual a sua sugestão para que ocorra os encontros de formação? (Oficina, aulas práticas, teóricas, dentre outras.)

11. Você considera que as atribuições definidas pela SME/CEE atende as especificidades apresentadas pelos alunos no espaço escolar?

## **APÊNDICE E – ENTREVISTAS COM SME/CEE**

### **Entrevista semiestruturada com representantes da SME/CEE/DC**

#### **Dados pessoais (não obrigatório)**

Nome completo:

Sexo:

Idade:

Estado civil:

#### **Dados da atuação:**

Setor em que atua:

Cargo que ocupa:

Tempo de atuação na função:

Quantidade de alunos público da Educação Especial no município:

Quantidade de escolas com crianças com a SCZV matriculadas:

Quantidade de alunos com SCZV:

Quantidade de Profissionais de Apoio:

#### **Perguntas:**

1. Há quanto tempo este setor existe no município? Ele é formado por quantos profissionais? De que forma é organizado?

2. Quais suportes são oferecidos aos estudantes público da Educação Especial ao para sua escolarização?

3. Qual (s) a(s) nomenclatura(s) utilizada oficialmente no município para os Profissionais de Apoio e a definição mais apropriada que caracterize este profissional.

4. Descreva sobre a carga horária trabalhada, a remuneração, o tipo de contrato utilizado para a seleção destes profissionais e as exigências para a contratação:

5. Qual o perfil do Profissional de Apoio? Que tipo de formação (básica ou complementar) é necessária para atuar na função?
6. Quantos profissionais de apoio atuam na Rede Municipal de Ensino no momento? Quantos estão dando suporte aos alunos com a SCZV? O número de profissionais é considerado suficiente para o atendimento da atual demanda da Rede, com relação a todos os estudantes público da Educação Especial hoje?
7. Que saberes são necessários e considerados essenciais à atuação do Profissional de Apoio para atuar junto à criança com a SCZV?
8. Ao que se refere ao público, quem tem direito a este suporte humano no espaço escolar? Especifique uma necessidade e apresente uma justificativa para tal acompanhamento.
9. Qual seria o passo a passo para comprovar a real necessidade deste profissional para cada aluno? Quem valida essa necessidade e oferece o Profissional? Como ocorre a distribuição destes sujeitos?
10. Quais seriam as principais funções atribuídas ao Profissional de Apoio na Rede Municipal de Ensino? O que muda quando se trata da escolarização da criança com SCZV?
11. De acordo com as atribuições elencadas acima, qual é e qual deveria ser a relação estabelecidos entre o Profissional de Apoio e os demais profissionais da escola, envolvidos no processo de inclusão?
12. Quem norteia e acompanha a atuação dos Profissionais de Apoio? Quem é o responsável e como acontece a formação continuada destes atores? Com que periodicidade? Quais temáticas são trabalhadas?
13. Existe algum serviço exercido no dia a dia, que você considera que não faça parte do quadro de funções do Profissional de Apoio dentro da escola?
14. Existe algum documento de âmbito nacional, estadual ou municipal que subsidie legalmente a atuação do Profissional de Apoio? Existem documentos internos norteadores?
15. Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação continuada dos Profissionais de Apoio e cite dois profissionais de outras áreas que você considere essencial para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio:
16. Relate com suas palavras:
  - \* 2 contribuições da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV (pontos positivos):
  - \* 2 desafios encontrados pelos Profissionais de Apoio para sua prática (pontos negativos):
17. Dê sua opinião sobre a inclusão da criança com SCZV:

18. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV:
19. Qual deveria ser a relação deste profissional com a família do estudante?

## APÊNDICE F - Entrevista semiestruturada de validação do produto educacional com gestores e SMEDC/CEE



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPEP)  
Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências  
Curso de Mestrado Profissional

### QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado Gestor, estamos na etapa final de construção do Produto Educacional **Roteiro de curso de formação continuada para profissionais de apoio à inclusão que atuam junto ao estudante com a Síndrome Congênita do Zika Vírus**. Neste momento, sua participação é indispensável, tendo em vista o objetivo de registrar e validar, através deste questionário, sua contribuição para a finalização do Roteiro, lembrando que este produto, depois de totalmente finalizado, será publicado e estará disponível para consulta e aplicabilidade em diferentes ambientes virtuais, de forma a contribuir para seu alcance, por todos os Profissionais de Apoio à Inclusão, a nível nacional.

#### 1) Caracterização dos participantes:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

- Qual a sua última titulação acadêmica?

- ( ) Pós-doutorado  
( ) Doutorado  
( ) Mestrado  
( ) Especialização  
( ) Graduação  
( ) Ensino Médio (magistério)

- Você já lecionou/atuou para/com estudantes com deficiência?

- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Estou lecionando/atuando atualmente

- Você participou de alguma formação continuada (curso de extensão ou especialização) voltada à atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência?

- ( ) Sim  
( ) Não

Estou participando

- Você participou de alguma formação continuada voltada à atuação pedagógica junto a estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?

Sim

Não

Estou participando

## 2) Instruções:

Leia minuciosamente o Roteiro para formação básica. Em seguida, utilize o instrumento educativo, marcando um X em um dos números que estão na frente de cada afirmação. Dê sua opinião de acordo com a opção que melhor represente o ponto de vista sobre cada critério abaixo:

Valoração	
1-Totalmente adequado	2-Adequado
3-Parcialmente adequado	4-Inadequado

Caso você escolha as opções 3 e 4 como valoração, por favor, redija o motivo pelo qual levou a tal apreciação. É importante pontuar que não há respostas certas ou erradas, a sua opinião é o mais importante. Não existem respostas corretas ou erradas. Sua opinião é o mais importante, assim como a resposta para todos os itens.

## 3) Questões de validação do produto educacional:

- a) Quanto aos objetivos que se deseja atingir com a formação para os profissionais de apoio, marque com um X a valoração que considerar mais adequada.

Os roteiros elaborados para a proposta de formação atende os objetivos por ela propostos?	1	2	3	4
Esta formação contribuirá para a prática do profissional de apoio à inclusão junto às crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	1	2	3	4
As unidades da formação proporcionam reflexões importantes sobre o processo de escolarização das crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	1	2	3	4

---



---



---



---

- b) Sobre a forma de apresentação das orientações, o que inclui a organização geral, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação, marque com um X a valoração que considerar mais adequada.

A capa é atraente e indica o conteúdo do material?	1	2	3	4
Os tópicos têm sequência lógica?	1	2	3	4
O número de páginas está adequado?	1	2	3	4
Os temas retratam aspectos importantes?	1	2	3	4

---



---



---



---

- c) No que tange às características linguísticas, compreensão e estilo da escrita do material da formação, marque com um X a valoração que considerar mais adequada.

A escrita está em estilo adequado?	1	2	3	4
O texto é atrativo?	1	2	3	4
O vocabulário é acessível?	1	2	3	4
Há associação do tema de cada unidade ao texto correspondente?	1	2	3	4
A redação do texto é compatível com o nível do seu conhecimento?	1	2	3	4

---



---



---



---

- d) Em relação à capacidade da formação em impactar, motivar, interessar, assim como ao grau de significação do material educativo apresentado, marque com um X na valoração que considerar mais adequada.

O material é apropriado para a formação de profissionais de apoio à inclusão?	1	2	3	4
Os conteúdos propostos no roteiro da formação se apresentam de forma lógica?	1	2	3	4



O material da formação estimula a interação?	1	2	3	4
A formação aborda os temas necessários para a prática do profissional de apoio à inclusão junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	1	2	3	4
As referências obrigatórias e complementares atendem a proposta da formação?	1	2	3	4
A formação gerou reflexões sobre a escolarização dos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	1	2	3	4

---



---



---

e) Você indicaria esta proposta de formação continuada para profissionais de apoio à inclusão que atendem estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?

Sim

Não

Espaço destinado a comentários gerais e observações:

---



---



---

Grata, Renata Souza Vogas.

## APÊNDICE G – ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Decomposição dos dados coletados

**Quadro 1 – A partir do Instrumento utilizado para entrevista com representantes da SMEDC:**

Perguntas às implementadoras	Utilizadas para compor a construção do Produto a partir do Objetivo Geral.	Utilizadas para responder e complementar os objetivos específicos I e II sobre o panorama atual.	Utilizadas a partir da análise de Laurence Bardin para atender o objetivo específico III, a respeito do perfil e das atribuições do Profissional de Apoio à Inclusão.
1. Há quanto tempo este setor existe no município? Ele é formado por quantos profissionais? De que forma é organizado?	X	X	—
2. Quais suportes são oferecidos aos estudantes público da Educação Especial ao para sua escolarização?	X	X	—
3. Qual (s) a(s) nomenclatura(s) utilizada oficialmente no município para os Profissionais de Apoio e a definição mais apropriada que caracterize este profissional?	—	—	X
4. Descreva sobre a carga horária trabalhada, a remuneração, o tipo de contrato utilizado para a seleção destes profissionais e as exigências para a contratação.	—	X	—

5. Qual o perfil do Profissional de Apoio? Que tipo de formação (básica ou complementar) é necessária para atuar na função?	—	—	X
6. Quantos profissionais de apoio atuam na Rede Municipal de Ensino no momento? Quantos estão dando suporte aos alunos com a SCZV? O número de profissionais é considerado suficiente para o atendimento da atual demanda da Rede, com relação a todos os estudantes público da Educação Especial hoje?	—	X	—
7. Que saberes são necessários e considerados essenciais à atuação do Profissional de Apoio para atuar junto à criança com a SCZV?	—	—	X
8. Ao que se refere ao público, quem tem direito a este suporte humano no espaço escolar? Especifique uma necessidade e apresente uma justificativa para tal acompanhamento.	—	X	—
9. Qual seria o passo a passo para comprovar a real necessidade deste profissional para cada aluno? Quem valida essa necessidade e oferece o Profissional? Como ocorre a distribuição destes sujeitos?	—	X	—
10. Quais seriam as principais funções atribuídas ao Profissional de Apoio na Rede Municipal de Ensino? O que	X	X	X

muda quando se trata da escolarização da criança com SCZV?			
11. De acordo com as atribuições elencadas acima, qual é e qual deveria ser a relação estabelecidos entre o Profissional de Apoio e os demais profissionais da escola, envolvidos no processo de inclusão?	X	—	—
12. Quem norteia e acompanha a atuação dos Profissionais de Apoio? Quem é o responsável e como acontece a formação continuada destes atores? Com que periodicidade? Quais temáticas são trabalhadas?	X	—	—
13. Existe algum serviço exercido no dia a dia, que você considera que não faça parte do quadro de funções do Profissional de Apoio dentro da escola?	—	—	X
14. Existe algum documento de âmbito nacional, estadual ou municipal que subsidie legalmente a atuação do Profissional de Apoio? Existem documentos internos norteadores?	X	—	—
15. Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação continuada dos Profissionais de Apoio e cite dois profissionais de outras áreas que você considere essencial para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio.	X	—	—

16.1. Relate com suas palavras: 2 contribuições da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV (pontos positivos).	—	—	X
16.2. Relate com suas palavras: 2 desafios encontrados pelos Profissionais de Apoio para sua prática (pontos negativos).	—	—	X
17. Dê sua opinião sobre a inclusão da criança com SCZV.	—	X	—
18. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV.	—	X	—
19. Qual deveria ser a relação deste profissional com a família do estudante?	X	—	—

**Quadro 2 – A partir do Instrumento utilizado para entrevista com representantes das Unidades Escolares - Gestores:**

Perguntas aos Gestores	Utilizadas para compor a construção do Produto a partir do Objetivo Geral.	Utilizadas a partir da análise de Laurence Bardin para atender o objetivo específico III, a respeito do perfil e das atribuições do Profissional de Apoio à Inclusão.
1. Ao que se refere ao público que tem direito a este suporte humano no espaço escolar, especifique uma necessidade e apresente uma justificativa para tal acompanhamento.	X	—
2. Na sua opinião, de acordo com as atribuições definidas pela CEE, qual deveria ser a relação estabelecida entre o Professor do Ensino Regular Comum e este profissional?	X	—
3. Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o profissional de apoio pudesse desenvolver bem suas funções?	—	X
4. Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação em serviço dos Profissionais de Apoio.	X	—
5. Você considera	X	—

relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio.		
6. Você considera que a presença da criança com a SCZV na escola, somente possa acontecer quando há a presença do Profissional de Apoio?	X	—
7. Como você considera que deve ser o processo de contratação destes profissionais? (contrato, concurso público para quadro permanente, estágio, dentre outros.)	X	—
8.1. Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV.	—	X
8.2. Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática.	—	X
9. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV.	X	—

**Quadro 3 – A partir do Instrumento utilizado para entrevista com representantes das Unidades Escolares – Profissionais de Apoio à Inclusão:**

Perguntas aos Agentes de Apoio à Inclusão	Utilizadas para compor a construção do Produto a partir do Objetivo Geral.	Utilizadas a partir da análise de Laurence Bardin para atender o objetivo específico III, a respeito do perfil e das atribuições do Profissional de Apoio à Inclusão.
1. Qual a sua formação para atuar como Profissional de Apoio à Inclusão? Você a considera suficiente para atuar na função?	X	—
2. Na sua opinião, qual seria a nomenclatura e a definição mais apropriada que caracterize o Profissional de Apoio à Inclusão?	X	—
3. Que saberes você considera necessários ao Profissional de Apoio à Inclusão para lidar com a criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	—	X
4. Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o PAI pudesse desenvolver bem suas funções?	—	X
5.1. Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV:	—	X



5.2. Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática:	—	X
6. Dê a sua opinião sobre a inclusão da criança com a SCZV:	X	—
7. Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV:	X	—
8. Sugira duas temáticas que você considere indispensável para a formação em serviço dos PAI:	X	—
9. Você considera relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio:	X	—
10. De acordo com a sua realidade, qual a sua sugestão para que ocorra os encontros de formação? (Oficina, aulas práticas, teóricas, dentre outras.)	X	—
11. Você considera que as atribuições definidas pela SME/CEE atende as especificidades apresentadas pelos alunos no espaço escolar?	—	X

### ANÁLISE DOS DADOS COM BARDIN

#### 2º PASSO – Análise das Perguntas

Quadro 1 – Análise de dados da pesquisa com participantes da SME

Perguntas	Objetivo específico III - identificar e descrever a partir do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, dos gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão, junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar.	
	Ao que diz respeito ao PERFIL do Profissional de Apoio à Inclusão	Ao que diz respeito às ATRIBUIÇÕES do Profissional de Apoio à Inclusão
Qual (s) a(s) nomenclatura(s) utilizada oficialmente no município para os Profissionais de Apoio e a definição mais apropriada que caracterize este profissional?	X	—
Qual o perfil do Profissional de Apoio? Que tipo de formação (básica ou complementar) é necessária para atuar na função?	X	—
Que saberes são necessários e considerados essenciais à atuação do Profissional de Apoio para atuar junto à criança com a SCZV?	X	—

<p>Quais seriam as principais funções atribuídas ao Profissional de Apoio na Rede Municipal de Ensino? O que muda quando se trata da escolarização da criança com SCZV?</p>	<p>—</p>	<p>X</p>
<p>Existe algum serviço exercido no dia a dia, que você considera que não faça parte do quadro de funções do Profissional de Apoio dentro da escola?</p>	<p>—</p>	<p>X</p>
<p>Relate com suas palavras: 2 contribuições da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV (pontos positivos).</p>	<p>—</p>	<p>X</p>
<p>Relate com suas palavras: 2 desafios encontrados pelos Profissionais de Apoio para sua prática (pontos negativos).</p>	<p>—</p>	<p>X</p>

**Quadro 2 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Gestores**

Perguntas	Objetivo específico III - identificar e descrever a partir do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, dos gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão, junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar.	
	Ao que diz respeito ao PERFIL do Profissional de Apoio à Inclusão	Ao que diz respeito às ATRIBUIÇÕES do Profissional de Apoio à Inclusão
Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o profissional de apoio pudesse desenvolver bem suas funções?	X	—
Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV.	—	X
Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática.	—	X

**Quadro 3 – Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares – Profissionais de Apoio à Inclusão**

Perguntas	Objetivo específico III - identificar e descrever a partir do ponto de vista da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, dos gestores das unidades escolares e dos profissionais de apoio à inclusão, qual o perfil e as atribuições dos profissionais de apoio à inclusão, junto aos estudantes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus no contexto escolar.	
	Ao que diz respeito ao PERFIL do Profissional de Apoio à Inclusão	Ao que diz respeito às ATRIBUIÇÕES do Profissional de Apoio à Inclusão
Que saberes você considera necessários ao Profissional de Apoio à Inclusão para lidar com a criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	X	—
Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o PAI pudesse desenvolver bem suas funções?	X	—
Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV:	—	X
Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática:	—	X
Você considera que as atribuições definidas pela SME/CEE atende as especificidades apresentadas pelos	—	X

alunos no espaço escolar?		
---------------------------	--	--

### **TRATAMENTO DOS DADOS COM BARDIN**

#### 3º PASSO – Análise da Resposta

#### **Quadro 1 – Análise de dados da pesquisa com participantes da SME**

Perguntas	Participante: IM 1 (implementadora 1)	Participante: IM 2 (implementadora 2)
	Respostas:	Respostas:
Qual (s) a(s) nomenclatura(s) utilizada oficialmente no município para os Profissionais de Apoio e a definição mais adequada que caracterize este profissional?	Agente de Apoio à Inclusão. Tal profissional seria aquele que constitui apoio para viabilizar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência que necessitam deste suporte. É importante pontuar que não é o agente o único responsável pela inclusão do aluno, toda escola deve se envolver neste processo.	Agente de Apoio à Inclusão.  Suporte humano que atua no processo de inclusão escolar de estudantes público da Educação Especial, auxiliando e/ou intervindo em/para diferentes etapas do desenvolvimento pedagógico, nas adaptações do currículo e de material, nas adaptações e adequações ao espaço físico, na mobilidade e posturação de estudantes, na mediação do aprendizado auxiliando no desenvolvimento das tarefas acadêmicas, no desenvolvimento de atividades de autocuidado como na higiene (troca de fraldas, absorventes e roupas) e alimentação, na locomoção do estudante no espaço escolar, auxilia para no desenvolvimento de atividades que visam a autonomia e independência do estudante, no

		desenvolvimento da comunicação, no zelo e na higiene de materiais dos estudantes etc. Este profissional, quando com formação e atuação específicas na área da saúde, pode contribuir também com as questões relacionadas à condição clínica dos estudantes, com na administração de medicamentos e cuidados como a troca de sonda e alimentação para estudantes com problemas de deglutição etc.
Qual o perfil do Profissional de Apoio? Que tipo de formação (básica ou complementar) é necessária para atuar na função?	<p>AAI 1 – área pedagógica – Aqueles que prestam suporte pedagógico ao estudante, apoiando-os também nas atividades de vida prática e diária. Há necessidade de ter concluído o nível médio em formação de professores ou graduação em Pedagogia ou outras áreas de licenciatura.</p> <p>AAI 2 – área da saúde – o profissional necessita de certificado/diploma de curso técnico de enfermagem ou superior em enfermagem.</p> <p>Estagiários – necessitam ser estudantes do curso de formação de professores ou graduação em Pedagogia.</p> <p>Tanto o edital do PSS quanto a seleção dos estagiários não requerem nenhuma formação específica ou</p>	<p>Para o cargo de agentes de apoio à inclusão (AAI 1) não é exigida nenhuma formação complementar, apenas que o profissional (processo seletivo simplificado) tenha o curso de formação de professores em nível médio ou o curso de pedagogia em nível superior. Para estagiários que atuam como AAI 1 é exigido estar cursando graduação em licenciatura ou na área de Psicologia, sem exigência de período específico.</p> <p>Para o cargo de agente de apoio à inclusão (AAI 2) também não é exigida formação completar, apenas que o profissional (processo seletivo simplificado) tenha formação técnica em enfermagem ou em nível</p>

	complementar para o exercício da função.	de graduação.
Que saberes são necessários e considerados essenciais à atuação do Profissional de Apoio para atuar junto à criança com a SCZV?	Tais saberes vão variar de acordo com as especificidades do estudante com a SCZV, alguns precisarão de suporte na área da saúde devido às questões clínicas.	É essencial que este profissional tenha formação na área da saúde e conhecimento/saberes específicos na área da educação.
Quais seriam as principais funções atribuídas ao Profissional de Apoio na Rede Municipal de Ensino? O que muda quando se trata da escolarização da criança com SCZV?	<p>Promover suporte necessário junto aos estudantes com deficiência, com vistas a atender as limitações motoras, de comunicação, de orientação, de mobilidade e locomoção, bem como auxiliar na realização das atividades diárias, o que inclui higiene e a alimentação. Além dessas atribuições, os agentes da área da saúde, devem “realizar assistência aos estudantes que fazem uso de sondas, dietas enteral, gastrostomia, colostomia, drenos, cateteres, traqueostomia ou outra condição de saúde diferenciada, garantindo o acesso, a permanência e favorecendo a participação e aprendizagem destes alunos no ambiente escolar”, conforme previsto no Edital nº 002/2019.</p> <p>Ambos os profissionais estão aptos ao apoio à inclusão do estudante com a SCZV, no entanto, a condição do aluno, o tipo de suporte necessário,</p>	<p>As principais funções junto ao estudante são a de mediação das atividades acadêmicas em sala de aula, auxílio e acompanhamento do estudante no espaço escolar, como o auxílio para alimentação, locomoção e higiene pessoal; enfim, intervenções e auxílio em atividades que visem o desenvolvimento da autonomia do estudante e assegurem a participação plena do estudante com deficiência em todas as atividades oferecidas no espaço escolar, com vistas na contribuição do aprendizado.</p> <p>Este profissional atua também, de forma colaborativa, na confecção do Planejamento Educacional Especializado (PEI) do estudante. Participa de espaços como Conselho de Classe (COC), auxilia professores na adaptação do currículo, adaptação de materiais e nas</p>



	<p>serão levados em consideração para determinar o perfil do agente que irá acompanhá-lo. Muitos estudantes com a SCZV, apresentam perfil de alunos com deficiências múltiplas, os quais a Rede Municipal de Ensino já recebe há muitos anos.</p>	<p>adequações curriculares de modo geral.</p> <p>Quando se trata da escolarização da criança com SCZV prioriza-se, quando comprovada a necessidade, o suporte do AAI 2 a este estudante. O Agente de Apoio à Inclusão 2 é profissional com formação na área de enfermagem, em nível técnico ou superior. Este profissional está apto a atuar em demandas específicas apresentadas geralmente por este público e que são de ordem da área da saúde, como a administração de medicamentos no horário escolar (desde que comprovada a prescrição médica), intervenção na posturação do estudante em sala de aula e nos demais espaços escolares, manuseio de equipamentos específicos como bótons, máquinas de oxigênio, troca de sondas urinárias e outras. Além de atuar no reconhecimento de condições de saúde que possam demandar socorro médico; e zelar pelo bem-estar e segurança da saúde do estudante no espaço escolar.</p>
<p>Existe algum serviço exercido no dia a dia, que você considera que não faça parte do quadro de funções do Profissional</p>	<p>A partir do relato de alguns agentes em nossas formações e no atendimento que prestamos, ficamos</p>	<p>Exercido não. Mas há relato de que algumas unidades desviam este profissional para outras funções ou que enviasam</p>

<p>de Apoio dentro da escola?</p>	<p>sabendo de alguns diretores que exigem que o estudante (estagiário) assuma turma quando algum docente falta.</p> <p>Observa-se também, que algumas unidades transferem total responsabilidade em relação ao estudante com deficiência, ao agente de apoio. O aluno deixa de ser responsabilidade da escola e passa a ser unicamente do agente.</p>	<p>a função que este profissional deveria desenvolver junto ao estudante com deficiência.</p>
<p>Relate com suas palavras: 2 contribuições da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV (pontos positivos).</p>	<p>-Apoio à socialização do estudante com a SCZV, isto é, estimular a comunicação com outros alunos, funcionários da UE e acompanhar os estudantes em todas as atividades vivenciadas pelos demais alunos da turma regular.</p> <p>- Desenvolvimento de habilidades do estudante, o que deve ser realizado de forma colaborativa e não unicamente pelo agente.</p>	<p>- garantia da participação do estudante em todas as atividades escolares;</p> <p>- segurança para participação plena no processo educacional.</p>
<p>Relate com suas palavras: 2 desafios encontrados pelos Profissionais de Apoio para sua prática (pontos negativos).</p>	<p>- Trabalho colaborativo – infelizmente ainda há a tendência de colocar toda a responsabilidade do estudante com deficiência nas mãos do agente de apoio (adaptação de conteúdo, avaliações, permanência no espaço escolar, carga horária completa...)</p> <p>- Capacitismo – alguns profissionais das Unidades de Ensino poderão realizar</p>	<p>- falta de investimento em formações;</p> <p>- remuneração abaixo do mercado de trabalho.</p>

	comentários capacitistas, desconsiderando as habilidades de cada indivíduo e os benefícios da inclusão escolar.	
--	---	--

**Quadro 2 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Gestores**

Participante (G - Gestor)	Pergunta:  Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o profissional de apoio pudesse desenvolver bem suas funções?	Pergunta:  Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV.	Pergunta:  Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática.
	Respostas:	Respostas:	Respostas:
G 1	No mínimo formação de professores, mas o ideal que seja Ensino Superior em Pedagogia.	Integrar o aluno à escola, garantir sua permanência nas atividades da turma.	Lidar com as questões de saúde do aluno que sempre nos deixam receosas, adaptar o currículo do Ensino Fundamental para esse aluno que ficou afastado por 2 anos devido à Pandemia de COVID-19.
G 2	Acredito que o profissional com graduação em pedagogia ou técnico em enfermagem com especialização em Inclusão seria o mais adequado para assistir as necessidades dos nossos alunos inclusos. Uma formação continuada com os profissionais que atuam em sala de aula seria também de grande valia para todos os envolvidos.	O apoio do PAI no processo de escolarização do aluno com SCZV é muito importante para acontecer uma inclusão de fato do aluno.	Acredito que a falta de formação especializada é o maior desafio para o PAI.

G 3	Formação de professores com especialização em educação especial.	Facilitar a inserção do aluno no ambiente escolar através de processos inclusivos e ambientes acolhedores.	A estrutura do própria escola.
G 4	Curso de especialização/aperfeiçoamento, voltada para as crianças portadoras de deficiência.	Relação de afeto, respeito e estímulo contínuo.	A perseverança destes profissionais...vem contribuindo muito para minha prática enquanto gestor. Venho percebendo que é notório ver o crescimento de alguma forma na vida dessas crianças portadoras de deficiência.
G 5	Curso normal e cursos de aperfeiçoamento.	A experiência que tivemos aqui, essa profissional foi de total importância. O comprometimento dela foi essencial para a inclusão satisfatória da criança.	O tipo de vínculo e o salário
G 6	Ter um entendimento sobre a necessidade específica de cada inclusão.	Não há profissional de Apoio para a aluna com SCZV	A falta de formação
G 7	Formação na área de educação especial	Auxiliar a criança contribuindo para sua autonomia e ampliação de participação no ambiente escolar	Pensar estratégias diferenciadas para que os alunos possam participar das atividades propostas.
G 8	Formação de professores e curso de especialização para inclusão escolar. Ou no caso de profissional de enfermagem, também curso específico para inclusão escolar.	A atuação dos profissionais de apoio a inclusão é muito relevante no processo de inclusão dos alunos com SCZV, pois auxilia o professor a mediar as situações de aprendizado, para	Talvez a necessidade da implementação de uma proposta de formação continuada, para que o agente esteja sempre refletindo sobre sua prática.

		que cada vez mais o aluno torne-se autônomo.	
G 9	Curso Normal, nível médio.	Auxílio nas demandas adaptativas das atividades.	A infrequência destas crianças.
G 10	Professor com especialização em educação especial.	As ações diárias para o desenvolvimento integral da criança, de modo a contemplar os aspectos cognitivos, físicos e socioemocionais.	Em nossa Unidade, foi na alimentação. Pois a criança "engasgava" constantemente.
G 11	Formação na área de educação e saúde	São profissionais dedicados e envolvidos no processo de Inclusão	Acompanhar o processo pedagógico e suas nuances.
G 12	Formação de professores e/ou pedagogia para os da área da Educação ou Auxiliar de enfermagem para os da saúde	Apesar da frequência ser oscilante da nossa aluna, a mediação da profissional é essencial porque permite a interação mais efetiva, como por exemplo, retirá-la adequadamente da cadeira e colocá-la na rodinha de conversa, auxiliar no manuseio de brinquedos, mansinho entre outros.	Para as que são da área da saúde, vejo como um desafio ter um olhar mais pedagógico, levando em consideração que não estamos num espaço hospitalar. Vejo também como desafio as escalas de trabalho que muitas vezes não coincidem com a nossa rotina que é dex5 dias na semana, seg. à sex, sem escala.
G 13	Sinceramente, acho que deveria ter amor e não formação específica em alguma área.	Ajuda a criança na interação com todos da escola.	O número elevado de crianças para poucos profissionais.
G 14	No mínimo ensino médio com formação de professores.	A confecção de atividades e materiais específicos para essa aluna.	Falta de mobília e material pedagógico apropriado.
G 15	Ensino médio formação de professores	Apoio físico, motivação, cuidado e atenção.	Atenção redobrada, falta de conhecimento prático e muitas

			vezes preparo.
--	--	--	----------------

**Quadro 3 – Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares – Profissionais de Apoio**

Participante (AAI – Agente de Apoio à Inclusão)	Pergunta:  Que saberes você considera necessários ao Profissional de Apoio à Inclusão para lidar com a criança com a Síndrome Congênita do Zika Vírus?	Pergunta:  Na sua opinião, qual seria a formação básica necessária para que o PAI pudesse desenvolver bem suas funções?	Pergunta:  Relate com suas palavras: 1 contribuição da atuação do Profissional de Apoio para o processo de escolarização da criança com a SCZV:	Pergunta:  Relate com suas palavras: 1 desafio encontrado pelo Profissional de Apoio para sua prática:	Pergunta:  Você considera que as atribuições definidas pela SME/CEE atende as especificidades apresentadas pelos alunos no espaço escolar?
	Respostas:	Respostas:	Respostas:	Respostas:	Respostas:
AAI 1	Cuidados básicos com a criança e ter conhecimento sobre síndrome.	Formação pedagógica e cursos de formação em educação especial.	Contribuir com o desenvolvimento de funções sensoriais, motoras, afetivas e de socialização.	Falta de recursos materiais.	Sim.
AAI 2	Precisamos saber o grau da deficiência e sua dificuldade para poder atuar. Saber sobre a patologia para poder atuar e ter os cuidados necessários	Técnico e Auxiliar de enfermagem	Ajudar no aprendizado junto ao professor e os cuidados da área da saúde e atenção	O início do atendimento das crianças quando ainda não a conhecemos é não temos muitas informações	As atribuições teriam que ser mais definidas claramente
AAI 3	Primeiro o amor, depois se qualifica em cursos para pode	Ter o técnico em enfermagem, ter a formação de	Incluir o aluno em todas as atividades escolares,	Alguns espaços do ambiente escolar não são	Sim.

	saber lidar com esse tipo de aluno, porque cada aluno tem uma deficiência diferente, e sempre coloca o aluno em todas as atividades dentro da UE.	professores, curso de auxiliar de creche, curso mediador escolar.	como: educação física, sala de leitura, sala de recursos, etc., para que o aluno possa interagir com as outras crianças da maneira dele, com um sorriso, com um gesto com as mãos, atividades com massinha, tintas, papel picados, etc.	adaptado para esse tipo de aluno, como trocador de fraldas nos banheiros, a própria sala de aula, uma mesa adaptada para melhor estudo do mesmo, matérias para os agentes de apoio para trabalhar com eles.	
AAI 4	Muita calma e um olhar diferenciado.	Participar de palestras, e ter um acompanhamento com psicóloga, acrescentando a importância da formação em educação especial.	Interagir com as atividades, mas sempre está atenta o que irritar o aluno, observando quais despertam maior interesse no mesmo.	A evasão dificulta no trabalho que é elaborado.	Não, pois é necessário um local mais amplo, com materiais de acordo com a necessidade de cada aluno.
AAI 5	Enfermagem, estratégias pedagógicas.	Curso Normal, enfermagem.	Paciência e carinho.	Parceria com a família da criança.	Nem sempre
AAI 6	Profissionais formados para lidar com alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras.	Uma formação técnica para os agentes.	Promover a inclusão do aluno nas atividades diárias da escola.	A falta de um treinamento específico e a quantidade de alunos assistidos por vez.	Nem sempre, pois somos direcionados a vários tipos de alunos, com deficiências diversas, acredito que nossa formação deveria ser diferenciada



					para atender com eficácia cada aluno com deficiência.
AAI 7	Curso de capacitação.	Além de capacitação nessa área, o profissional deve ter o apoio da lei de inclusão sendo cumprida através do apoio de terapias para o aluno fora do ambiente escolar como equinoterapia, natação, psicólogos, neurologistas e tudo que for necessário para o desenvolvimento do aluno, só escola não adianta, o aluno deve ser amparado em atividades físicas. E as autoridades tem que dar conta dessa necessidade de urgência.	Afetividade.	O salário sempre pago com atraso de mais de 30 dias.	Não
AAI 8	É indispensável e fundamental estudar no sentido de buscar conhecimento	Sou profissional de saúde; porém a SME poderia promover cursos de especialização	Vou falar por mim, como Agente de Apoio à Inclusão II (Enfermeiro). Uma das principais	Conseguir tirar do papel (teoria) as metas e planos traçados para poder pôr em	Na teoria sim; porém na prática nem sempre devido a N motivos. Existem poucos

	<p>os específicos e atualizar-se sobre o assunto Síndromes Congênitas para saber como agir com os alunos; levando em consideração as particularidades de cada criança e assim poder construir uma estratégia de forma individual para cada caso, afim de contribuir para o desenvolvimento deste indivíduo não apenas no aqui e agora, mas prepara-lo para a vida futura com os desafios que inevitavelmente irão surgir no decorrer de seu desenvolvimento.</p>	<p>o direcionados para os diversos tipos de deficiências específicas; com horários flexíveis para contemplar o maior número de profissionais para que todos possam ter o mesmo entendimento sobre a diversidade de casos e poder construir em equipe o melhor plano de ação para atender cada aluno.</p>	<p>contribuições é poder compartilhar o conhecimento técnico de cada caso (cada deficiência) e a partir deste conhecimento, fazer uma parceria com o corpo docente que já possui um conhecimento e experiência pedagógica no que diz respeito à educação; sendo assim os dois profissionais (da saúde e da educação) conseguem trocar experiências e agregarem mais conhecimentos, onde o objetivo em comum é promover a independência e capacidade de aprendizado/alfabetização destas crianças para que no futuro quando chegarem na fase adulta</p>	<p>prática, pois infelizmente a realidade principalmente financeiras de algumas instituições educacionais não permitem que alcancemos passos mais largos, devido muitas barreiras que vão surgindo no decorrer do processo. Muitas vezes surgem várias ideias que tornam-se inviáveis com a realidade encontrada no ambiente escolar.</p>	<p>profissionais de saúde, cada unidade deveria ter pelo menos 2. Um no turno da manhã e outro no turno da tarde. Eu por exemplo oficialmente tenho 1 criança específica, mas em determinados momentos presto assistência a outras crianças por necessidade momento e/ou por ter um olhar holístico e perceber lacunas que precisam ser preenchidas. Obviamente com ciência e permissão da Direção. Lembrando também que o Agente de Apoio está acompanhando para somar, mas não deve interferir no plano pedagógico traçado pelo professor(a) que está</p>
--	--	--	--	---	---

			tornem-se maus fortes e consigam ser o mais independente possível.		capacitada para isto; você irá apoiar, trabalhar em conjunto para obter resultados positivos.
AAI 9	Está por dentro das complicações citadas no laudo de cada criança e procurar saber da anamnese da mesma.	Ensino Médio e o técnico também.	Tentar se adaptar a criança e observar o que ela tem para nos oferecer, para que possamos desenvolver um trabalho com essa criança.	Atividades práticas não só para os alunos com SCZV, mas com os alunos portador da deficiência física.	Sim
AAI 10	Cuidados de saúde	Magistério e cursos específicos	Atendimento individual	Falta de conheciment o sobre a síndrome	Não
AAI 11	Conhecer e entender a síndrome; Pesquisar sempre atividades que possam auxiliar esse indivíduo na sala de aula; Criatividade e muito amor.	Acho que não necessariame nte precisa ter uma formação, mas estudar e pesquisar sobre é essencial para isso.	Auxílio na inclusão dele à outras crianças com ou sem deficiência. Além de ajudar de forma lúdica e intencional seu ensino- aprendizagem .	O pagamento atrasado; A falta de suporte e esclarecime ntos; Falta de cursos de capacitação	Sim
AAI 12	Humanização , estudo do desenvolvim ento humano, criatividade, estímulos.	Graduação; diálogo constante com a família.	Acolhimento; olhar potencializad or.	Intersetorial idade real.	As práticas inclusivas precisam ser reais e constantes. As atribuições precisam ser colocadas em prática com conheciment

					o e humanização.
AAI 13	Conhecer a criança no aspecto psicológico e físico e conhecer um pouco da Síndrome para lhe ajudar. É primordial ter amor e paciência.	Pesquisar sobre como atuar com a criança nesse caso específico.	Auxiliar a criança corpo a corpo em suas tarefas ao qual tem dificuldade.	Falta de conhecimento dos pais em relação as dificuldades da criança.	Não
AAI 14	Amor pelo que se faz, não só para as crianças com síndrome congênita mas em geral	Poderia ter um curso de capacitação para que pudéssemos desenvolver melhor nossas funções	Com muito carinho e paciência	Cada dia um novo desafio, onde ensino e aprendo com eles	Sim
AAI 15	Além de toda técnica e rotina diária construída e realizada no cotidiano... o carinho, o amor, o cuidado e o olhar que abraça a causa faz a diferença.	Formação de professores. Seria muito bom para cada profissional, ter a oportunidade de realizar cursos e formação continuada inerentes a função.	Trabalhar o desenvolvimento da criança de acordo com sua especificidade com intervenções e estratégias.	Os recursos, o planejamento individual, atividades flexibilizadas de acordo com a necessidade da criança.	SIM
AAI 16	Envolve todo grupo de alunos, Sempre trazer o tema, respeitar o tempo do outro, das habilidades individuais e	O profissional deve estar capacitado para o trabalho, porém se não estiver, cabe a ele ou a instituição oferecer cursos para	A inclusão escolar tem justamente o intuito de promover a integração entre os alunos com desenvolvimento padrão e os que	Os maiores desafios que encontramos em uma instituição como a escola ou em uma sociedade que não avançou no	Em partes sim mas, se faz necessário investir mais conhecimento sobre o assunto.

<p>das diferenças para sua prática; intervenções pedagógicas adequadas para o estudante, preparo do corpo docente. ... Adaptação do projeto pedagógico. ... Uso da tecnologia. ... Medição do desempenho. ... Conhecer o estudante de forma integral. Fomentar um ambiente de cooperação e livre de preconceitos. Parceria entre escola e família.</p>	<p>que ele se capacite para que possa suprir as necessidades intelectuais do educando.</p>	<p>apresentam maneiras diferentes de aprendizado. Dessa forma, entende-se que todas as crianças aprenderão com as diferenças, sabendo respeitar mais uns aos outros. Tendo este profissional um olhar mais específico em relação ao aluno que está sendo incluso.</p>	<p>sentido da inclusão, é repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar a partir de práticas naturalmente e excludentes, que consideram as diferenças em alguns e não em todos. É preciso que escola, família e sociedade andem juntas.</p>
--	--	---	---

**4º PASSO – Análise das Respostas – Decomposição da fala dos entrevistados sobre Atribuições e perfis dos Profissionais de Apoio à Inclusão.**

**Quadro 1 – Análise de dados da pesquisa com participantes da SME ao que se refere à terminologia ATRIBUIÇÃO:**

Atribuições (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
Promover suporte necessário.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Auxiliar na realização das atividades diárias.	1	Auxiliar na realização das atividades diárias

Realizar assistência aos estudantes.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Garantir o acesso, a permanência.	1	Garantia do direito de aprender.
Favorecer a participação e aprendizagem.	2	Garantia do direito de aprender.
Mediação das atividades acadêmicas.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Auxílio e acompanhamento do estudante no espaço escolar.	2	Promover suporte necessário ao aluno.
Auxílio para alimentação, locomoção e higiene	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Intervenções e auxílio em atividades que visem o desenvolvimento da autonomia.	1	Construção da autonomia do sujeito.
Atua também, de forma colaborativa, na confecção do Planejamento Educacional Especializado (PEI).	1	Trabalho Colaborativo.
Participa de espaços como Conselho de Classe (COC).	1	Trabalho Colaborativo.
Auxilia professores na adaptação do currículo.	1	Trabalho Colaborativo.
Adaptação de materiais.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Atuar em demandas específicas.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Intervenção na posturação do estudante em sala de aula e nos demais espaços escolares.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Manuseio de equipamentos específicos como bótons, máquinas de oxigênio, troca de sondas urinárias e outras.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Atuar no reconhecimento de condições de saúde que possam demandar socorro médico.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Zelar pelo bem-estar e segurança da saúde do estudante	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Diretores que exigem que	1	Ausência de clareza sobre

o estudante (estagiário) assuma turma quando algum docente falta.		as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Transferem total responsabilidade em relação ao estudante com deficiência, ao agente de apoio.	2	Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Algumas unidades desviam este profissional para outras funções.	1	Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Apoio à socialização do estudante com a SCZV.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Estimular a comunicação com outros alunos, funcionários da UE.	1	Garantia do direito de aprender.
Acompanhar os estudantes em todas as atividades vivenciadas pelos demais alunos da turma regular.	1	Garantia do direito de aprender.
Desenvolvimento de habilidades do estudante.	1	Garantia do direito de aprender.
Garantia da participação do estudante em todas as atividades escolares.	1	Garantia do direito de aprender.
Segurança para participação plena no processo educacional.	1	Garantia do direito de aprender.
Alguns profissionais das Unidades de Ensino poderão realizar comentários capacitistas, desconsiderando as habilidades de cada indivíduo e os benefícios da inclusão escolar.	1	Ausência de conhecimento sobre os benefícios da inclusão escolar.
Falta de investimento em formações.	1	Necessidade de formação.
Remuneração abaixo do mercado de trabalho.	1	Desvalorização profissional.

**Quadro 2 - Análise de dados da pesquisa com participantes da SME ao que se refere à terminologia PERFIL:**

Perfil (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
Agente de Apoio à Inclusão.	2	Nomenclatura utilizada.
Constitui apoio/suporte para viabilizar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência.	2	Caracterização da função.
Não é o agente o único responsável pela inclusão do aluno.	1	Caracterização da função.
Auxiliando e/ou intervindo em/para diferentes etapas do desenvolvimento pedagógico.	1	Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.
Quando com formação e atuação específicas na área da saúde, pode contribuir também com as questões relacionadas à condição clínica dos estudantes.	1	Caracterização das competências profissionais.
AAI 1 – área pedagógica	2	Formação acadêmica do profissional.
Aqueles que prestam suporte pedagógico ao estudante.	2	Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.
Há necessidade de ter concluído o nível médio em formação de professores ou graduação em Pedagogia ou outras áreas de licenciatura.	2	Formação acadêmica do profissional.
Não é exigida nenhuma formação complementar.	2	Formação acadêmica do profissional.
AAI 2 – área da saúde	2	Formação acadêmica do profissional.
O profissional necessita de certificado/diploma de curso técnico de enfermagem ou superior em enfermagem.	2	Formação acadêmica do profissional.



Estagiários - necessitam ser estudantes do curso de formação de professores ou graduação em Pedagogia.	2	Formação acadêmica do profissional.
Para estagiários que atuam como AAI 1 é exigido estar cursando graduação em licenciatura ou na área de Psicologia, sem exigência de período específico.	1	Formação acadêmica do profissional.
Tais saberes vão variar de acordo com as especificidades do estudante com a SCZV, alguns precisarão de suporte na área da saúde devido às questões clínicas.	2	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre o estudante.
Essencial que este profissional tenha formação na área da saúde.	1	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre saúde.
Conhecimento/saberes específicos na área da educação.	1	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre educação.

**Quadro 3 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Gestores - ao que se refere à terminologia ATRIBUIÇÃO:**

Atribuições (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
Integrar o aluno à escola.	1	Integração.
Garantir sua permanência nas atividades da turma.	1	Garantia do direito de aprender.
Acontecer uma inclusão de fato.	1	Inclusão Escolar.
Facilitar a inserção do aluno no ambiente escolar.	1	Garantia do direito de aprender.
Processos inclusivos e ambientes acolhedores.	3	Cultura inclusiva na escola.
Relação de afeto, respeito.	1	Cultura inclusiva na escola.
Estímulo contínuo.	1	Garantia do direito de aprender.
Não há profissional de Apoio para a aluna com SCZV.	1	Escassez de profissional.

Contribuindo para sua autonomia.	2	Construção da autonomia do sujeito.
Ampliação de participação no ambiente escolar.	1	Garantia do direito de aprender.
Auxilia o professor.	1	Trabalho Colaborativo.
Mediar as situações de aprendizado.	1	Garantia do direito de aprender.
Auxílio nas demandas adaptativas das atividades.	2	Trabalho Colaborativo.
Ações diárias para o desenvolvimento integral da criança.	1	Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.
Contemplar os aspectos cognitivos, físicos e socioemocionais.	1	Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.
Retirá-la adequadamente da cadeira e colocá-la na rodinha de conversa.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Auxiliar no manuseio de brinquedos, mansinho entre outros.	1	Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.
Ajuda na interação com todos da escola.	2	Promover suporte necessário ao aluno.
Apoio físico, motivação, cuidado e atenção.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Lidar com as questões de saúde do aluno.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Adaptar o currículo do Ensino Fundamental.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Acredito que a falta de formação especializada.	4	Necessidade de formação.
A estrutura da própria escola.	2	Condições estruturais da escola.
É notório ver o crescimento de alguma forma na vida dessas crianças portadoras de deficiência.	1	Cultura inclusiva na escola.
O tipo de vínculo e o salário.	1	Questões contratuais que afetam o desempenho das funções.
Pensar estratégias diferenciadas.	1	Pensar estratégias diferenciadas.
Talvez a necessidade da implementação de uma proposta de formação continuada.	1	Formação continuada.
Sempre refletindo sobre sua prática.	1	Reflexão sobre a prática.
A infrequência destas crianças.	1	Baixa frequência estudantil.
Foi na alimentação. Pois a criança "engasgava"	1	Atendimento das necessidades específicas do

constantemente.		estudante.
Acompanhar o processo pedagógico e suas nuances.	1	Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.
Para as que são da área da saúde, vejo como um desafio ter um olhar mais pedagógico.	1	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre educação.
As escalas de trabalho que muitas vezes não coincidem com a nossa rotina.	1	Questões contratuais que afetam o desempenho das funções.
O número elevado de crianças para poucos profissionais.	1	Escassez de profissional.
Falta de material pedagógico apropriado.	1	Condições estruturais da escola.
Atenção redobrada.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.

**Quadro 4 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Gestores - ao que se refere à terminologia PERFIL:**

Perfil (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
No mínimo formação de professores.	9	Formação mínima.
Ideal que seja Ensino Superior em Pedagogia.	3	Formação Superior.
Técnico em enfermagem.	3	Formação específica.
Uma formação continuada com os profissionais que atuam em sala de aula.	1	Formação continuada em serviço.
Curso de especialização/aperfeiçoamento.	2	Formação continuada.
Formação na área de educação especial.	1	Formação específica.
Curso de especialização para inclusão escolar.	6	Formação específica.
Formação na área de educação e saúde	1	Formação específica.
Sinceramente, acho que deveria ter amor e não formação específica em alguma área.	1	Não considera formação importante.

**Quadro 5 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Profissionais de Apoio - ao que se refere à terminologia ATRIBUIÇÃO:**

Atribuições (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
Contribuir com o desenvolvimento de funções sensoriais, motoras, afetivas e de socialização.	1	Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.
Ajudar no aprendizado junto ao professor.	1	Trabalho Colaborativo.
Cuidados da área da saúde e atenção.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Para que o aluno possa interagir com as outras crianças da maneira dele, com um sorriso, com um gesto com as mãos, atividades com massinha, tintas, papel picados, etc.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Interagir com as atividades.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Está atenta o que irritar o aluno, observando quais despertam maior interesse no mesmo.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Paciência e carinho.	2	Humanização da ação profissional na educação. / Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Promover a inclusão do aluno nas atividades diárias da escola.	2	Garantia do direito de aprender.
Afetividade.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Compartilhar o conhecimento técnico científico de cada caso (cada deficiência).	1	Formação continuada em serviço.
Parceira com o corpo docente que já possua um conhecimento e experiência pedagógica.	1	Formação continuada em serviço.
Promover a independência e capacidade de aprendizado/alfabetização destas crianças.	2	Construção da autonomia do sujeito.
Chegarem na fase adulta	1	Construção da autonomia do

tornarem-se mais fortes.		sujeito.
Tentar se adaptar a criança e observar o que ela tem para nos oferecer.	1	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Atendimento individual.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Auxílio na inclusão dele à outras crianças com ou sem deficiência.	1	Inclusão Escolar.
Ajudar de forma lúdica e intencional seu ensino-aprendizagem.	1	Garantia do direito de aprender.
Acolhimento.	1	Garantia do direito de aprender.
Olhar potencializador.	1	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Auxiliar a criança corpo a corpo em suas tarefas ao qual tem dificuldade.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Trabalhar o desenvolvimento da criança de acordo com sua especificidade.	2	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Com intervenções e estratégias.	1	Pensar estratégias diferenciadas.
Promover a integração entre os alunos com desenvolvimento padrão e os que apresentam maneiras diferentes de aprendizado.	1	Integração / Inclusão Escolar.
Falta de recursos materiais.	2	Condições estruturais da escola.
O início do atendimento das crianças quando ainda não a conhecemos.	1	Desafios do início do suporte.
Alguns espaços do ambiente escolar não são adaptado para esse tipo de aluno, como trocador de fraldas nos banheiros, a própria sala de aula, uma mesa adaptada para melhor estudo do mesmo, matérias para os agentes de apoio para trabalhar com eles.	2	Condições estruturais da escola.
A evasão dificulta.	1	Evasão dos estudantes.
Parceria com a família da criança.	2	Parceria família e escola.
Quantidade de alunos assistidos por vez.	1	Mais de um estudante para dar suporte na mesma sala de aula.

O salário sempre pago com atraso de mais de 30 dias.	2	Atrasos de pagamento.
Conseguir tirar do papel (teoria) as metas e planos traçados para poder pôr em prática.	1	Desafios da distância entre teoria e prática.
Realidade principalmente financeiras de algumas instituições educacionais.	1	Impacto da questão econômica.
Barreiras que vão surgindo no decorrer do processo.	1	Desafios ao longo do suporte.
Atividades práticas não só para os alunos com SCZV, mas com os alunos portador da deficiência física.	1	Ampliação do suporte.
Falta de conhecimento sobre a síndrome.	6	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre a Síndrome.
Intersetorialidade real.	1	Necessidade de ações intersetoriais eficientes.
Falta de conhecimento dos pais em relação as dificuldades da criança.	1	Baixo conhecimento das famílias sobre as dificuldades dos filhos.
Cada dia um novo desafio, onde ensino e aprendo com eles.	1	Desafios ao longo do suporte.
O planejamento individual.	1	Desafios ao longo do suporte.
Atividades flexibilizadas de acordo com a necessidade da criança.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar a partir de práticas naturalmente excludentes, que consideram as diferenças em alguns e não em todos.	1	Cultura inclusiva na escola / Desafios da distância entre teoria e prática.
As atribuições teriam que ser mais definidas claramente.	1	Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Somos direcionados a vários tipos de alunos, com deficiências diversas.	1	Pensar estratégias diferenciadas.
Nossa formação deveria ser diferenciada para atender com eficácia cada aluno com deficiência.	1	Formação específica.
Existem poucos profissionais de saúde, cada unidade deveria ter pelo menos 2.	1	Escassez de profissional.
Perceber lacunas que precisam ser preenchidas.	1	Promover suporte necessário ao aluno.

O Agente de Apoio está acompanhando para somar, mas não deve interferir no plano pedagógico traçado pelo professor(a) que está capacitada para isto; você irá apoiar.	1	Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.
Trabalhar em conjunto para obter resultados positivos.	1	Trabalho colaborativo.
As práticas inclusivas precisam ser reais e constantes. As atribuições precisam ser colocadas em prática com conhecimento e humanização.	1	Cultura inclusiva na escola.

**Quadro 6 - Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares – Profissionais de Apoio - ao que se refere à terminologia PERFIL:**

Perfil (UR)	Ocorrência (UR)	Unidades de Significação (US)
Cuidados básicos com a criança.	3	Promover suporte necessário ao aluno.
Ter conhecimento sobre síndrome.	8	Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre a Síndrome.
Carinho e amor.	6	Humanização da ação profissional na educação. / Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Qualifica em cursos para poder saber lidar com esse tipo de aluno.	7	Necessidade de aperfeiçoamento profissional.
Coloca o aluno em todas as atividades dentro da UE.	2	Garantia do direito de aprender.
Muita calma.	2	Humanização da ação profissional na educação. / Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Olhar diferenciado.	2	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Profissionais formados para lidar com alterações visuais, auditivas e neuropsicomotoras.	1	Necessidade de formação.
Levando em consideração as particularidades de cada criança.	3	Atendimento das necessidades específicas do estudante.

Construir uma estratégia de forma individual para cada caso.	4	Pensar estratégias diferenciadas.
Contribuir para o desenvolvimento deste indivíduo.	1	Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.
Prepara-lo para a vida futura.	1	Construção da autonomia do sujeito.
Procurar saber da anamnese da mesma.	1	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Cuidados de saúde.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Criatividade.	2	Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.
Humanização, estudo do desenvolvimento humano.	1	Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.
Estímulos.	1	Promover suporte necessário ao aluno.
Além de toda técnica, rotina diária construída.	1	Construção de rotina.
Sempre trazer o tema.	1	Formação continuada em serviço.
Respeitar as habilidades individuais e das diferenças para sua prática.	2	Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.
Preparo do corpo docente.	1	Formação continuada em serviço.
Adaptação do projeto pedagógico.	1	Atendimento das necessidades específicas do estudante.
Uso da tecnologia.	1	O uso de recursos tecnológicos.
Medição do desempenho.	1	Medição do desempenho do estudante.
Fomentar um ambiente de cooperação.	1	Trabalho colaborativo.
Ambiente livre de preconceitos.	1	Ausência de conhecimento sobre os benefícios da inclusão escolar.
Parceria entre escola e família.	2	Parceria família e escola.
Formação pedagógica.	3	Formação mínima.
Cursos de formação em educação especial.	2	Formação específica.
Técnico e Auxiliar de enfermagem.	4	Formação específica.
Curso de auxiliar de creche.	1	Formação específica.
Curso mediador escolar.	1	Formação específica.
Participar de palestras.	1	Formação continuada em serviço.
Ter um acompanhamento com psicóloga.	1	Esgotamento profissional.



Uma formação técnica para os agentes.	3	Formação continuada em serviço.
Apoio da lei de inclusão sendo cumprida através do apoio de terapias.	1	Cumprimento da legislação.
O aluno deve ser amparado em atividades físicas.	1	Participação do aluno em atividades diversas.
As autoridades tem que dar conta.	1	Cumprimento da legislação.
A SME poderia promover cursos de especialização direcionados para os diversos tipos de deficiências específicas.	1	Formação continuada em serviço.
Formação com horários flexíveis para contemplar o maior número de profissionais para que todos possam ter o mesmo entendimento/conhecimento sobre a diversidade de casos.	1	Formação continuada em serviço.
Ensino Médio.	1	Formação mínima.
Magistério.	1	Formação mínima.
Cursos específicos.	1	Formação específica.
Não necessariamente precisa ter uma formação.	1	Não considera formação importante.
Estudar e pesquisar sobre é essencial para isso.	1	Importância da Formação.
Graduação.	1	Formação específica.

**5º PASSO - De modo a identificar e interpretar os dados a respeito das atribuições e do perfil dos Profissionais de Apoio à Inclusão, partiu-se para a próxima etapa de análise, agrupando todas as unidades de significação a fim de criar as categorias que embasarão o diálogo multirreferencial na construção do Produto.**

Unidades de Significação (US)	Total de ocorrências (UR) ligados ao tema central da US.	Categorias	Total de UR reagrupadas para formar as Categorias.
Promover suporte necessário ao aluno.	15		
Auxiliar na realização das atividades diárias.	1		
Atendimento às necessidades específicas do estudante.	17		
Ausência de clareza sobre as reais funções do profissional de apoio à inclusão.	8		
Nomenclatura utilizada.	1		

Caracterização da função.	2	Categoria A – Caracterização das atribuições e perfil do Profissional de Apoio à Inclusão: legitimando a viabilidade e os benefícios deste suporte.	66
Desempenho do papel do Profissional de Apoio à Inclusão.	5		
Caracterização das competências profissionais.	1		
Pensar estratégias diferenciadas.	4		
Conhecimento das habilidades/potencialidades do sujeito.	6		
Desafios do início do suporte.	1		
Desafios ao longo do suporte.	3		
Construção de rotina.	1		
Uso de recursos tecnológicos.	1		
Ausência de conhecimento sobre os benefícios da inclusão escolar.	2		
Garantia do direito de aprender.	16		
Construção da autonomia do sujeito.	5		
Trabalho colaborativo.	8		
Integração.	2		
Inclusão Escolar.	3		
Cultura inclusiva na escola.	5		
Contribuir para o desenvolvimento integral da criança.	5		
Condições estruturais da escola.	4		
Questões contratuais que afetam o desempenho das funções.	2		
Baixa frequência estudantil.	1		
Escassez de profissional.	4		
Evasão dos estudantes.	1		
Parceria família x escola.	2		
Mais de um estudante para dar suporte na mesma sala de aula.	1		
Atrasos de pagamento.	1		
Desafios da distância entre	2		

teoria e prática.		possibilidades.	
Impacto da questão econômica.	1		
Ampliação do suporte.	1		
Necessidade de ações intersetoriais eficientes.	1		
Baixo conhecimento das famílias sobre as dificuldades de seus filhos.	1		
Humanização da ação profissional na educação.	3		
Medição do desempenho do estudante.	1		
Esgotamento profissional.	1		
Cumprimento da legislação.	2		
Participação do aluno em atividades diversas.	1		
Necessidade de formação.	3		
Desvalorização profissional.	1		
Formação acadêmica profissional.	7		
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre o estudante.	1		
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre educação.	2		
Necessidade de saberes/conhecimento específico sobre saúde.	1		
Formação continuada.	2		
Reflexão sobre a prática.	1		
Formação mínima.	4		
Formação superior.	1		
Formação específica.	11		
Formação continuada em serviço.	9		
Não considera formação importante.	2		
Necessidade de saberes/conhecimentos específicos sobre a síndrome.	2		
Necessidade de aperfeiçoamento profissional.	1		
Importância da formação.	1		

## 6º PASSO

Quadro 1 – Análise de dados da pesquisa com participantes da SME

Perguntas:	IM 1	IM 2
Há quanto tempo este setor existe no município? Ele é formado por quantos profissionais? De que forma é organizado?	A organização da Educação Especial de Duque de Caxias, data da década de 1970, nos seus anos finais. Na presente data, a CEE apresenta vinte funcionários ativos, dentre implementadoras, intérpretes de Libras, Assistentes em educação de Surdos e Apoio Administrativo.	A Coordenadoria de Educação Especial (CEE) conta com 21 (vinte e um) profissionais em sua equipe. É organizada por programas de atuação, além de contar com profissionais de apoio administrativo e de acessibilidade, a saber: programa de deficiência intelectual, programa de educação de estudantes surdos, programa de baixa visão, programa de autismo, programa de altas habilidades e superdotação, programa de deficiência física e múltipla, apoio pedagógico domiciliar e apoio pedagógico hospitalar, programa de monitoramento e controle de dados, programa de agentes de apoio à inclusão, apoio administrativo e o apoio de acessibilidade com profissionais intérpretes de libras e instrutores de educação de surdos.
Quais suportes são oferecidos aos estudantes público da Educação Especial ao para sua escolarização?	Para os estudantes matriculados no ensino regular comum, o município oferta matrícula no Atendimento Educacional Especializado no contraturno. Há oferta de Agente de Apoio à inclusão, desde que comprovada necessidade. Tal análise é realizada pela Equipe Pedagógica da Unidade Escolar. O município conta com Classes Especiais, mas para matricular nelas, o estudante precisa ser avaliado pela Equipe da CEE e somente por meio de encaminhamento emitido por este setor, que o aluno poderá ser matriculado em Classe Especial.	Suportes humano, de comunicação, material, adaptação e adequação do espaço físico e de adequações curriculares, de modo geral.

<p>Quais seriam as principais funções atribuídas ao Profissional de Apoio na Rede Municipal de Ensino? O que muda quando se trata da escolarização da criança com SCZV?</p>	<p>Promover suporte necessário junto aos estudantes com deficiência, com vistas a atender as limitações motoras, de comunicação, de orientação, de mobilidade e locomoção, bem como auxiliar na realização das atividades diárias, o que inclui higiene e a alimentação. Além dessas atribuições, os agentes da área da saúde, devem “realizar assistência aos estudantes que fazem uso de sondas, dietas enteral, gastrostomia, colostomia, drenos, cateteres, traqueostomia ou outra condição de saúde diferenciada, garantindo o acesso, a permanência e favorecendo a participação e aprendizagem destes alunos no ambiente escolar”, conforme previsto no Edital nº 002/2019.</p> <p>Ambos os profissionais estão aptos ao apoio à inclusão do estudante com a SCZV, no entanto, a condição do aluno, o tipo de suporte necessário, serão levados em consideração para determinar o perfil do agente que irá acompanhá-lo. Muitos estudantes com a SCZV, apresentam perfil de alunos com deficiências múltiplas, os quais a Rede Municipal de Ensino já recebe há muitos anos.</p>	<p>As principais funções junto ao estudante são a de mediação das atividades acadêmicas em sala de aula, auxílio e acompanhamento do estudante no espaço escolar, como o auxílio para alimentação, locomoção e higiene pessoal; enfim, intervenções e auxílio em atividades que visem o desenvolvimento da autonomia do estudante e assegurem a participação plena do estudante com deficiência em todas as atividades oferecidas no espaço escolar, com vistas na contribuição do aprendizado.</p> <p>Este profissional atua também, de forma colaborativa, na confecção do Planejamento Educacional Especializado (PEI) do estudante. Participa de espaços como Conselho de Classe (COC), auxilia professores na adaptação do currículo, adaptação de materiais e nas adequações curriculares de modo geral.</p> <p>Quando se trata da escolarização da criança com SCZV prioriza-se, quando comprovada a necessidade, o suporte do AAI 2 a este estudante. O Agente de Apoio à Inclusão 2 é profissional com formação na área de enfermagem, em nível técnico ou superior. Este profissional está apto a atuar em demandas específicas apresentadas geralmente por este público e que são de ordem da área da saúde, como a administração de medicamentos no horário</p>
---	---	---

		escolar (desde que comprovada a prescrição médica), intervenção na posturação do estudante em sala de aula e nos demais espaços escolares, manuseio de equipamentos específicos como bótons, máquinas de oxigênio, troca de sondas urinárias e outras. Além de atuar no reconhecimento de condições de saúde que possam demandar socorro médico; e zelar pelo bem-estar e segurança da saúde do estudante no espaço escolar.
De acordo com as atribuições elencadas acima, qual é e qual deveria ser a relação estabelecidos entre o Profissional de Apoio e os demais profissionais da escola, envolvidos no processo de inclusão?	A relação deve ser colaborativa, o agente não é o único responsável pela escolarização do estudante. Toda a escola deve ser envolvida neste processo. Este profissional não substitui o professor do Ensino Regular Comum, não é ele quem planeja para o aluno, mas sim orientado sobre o que fazer com o estudante.	A rede educacional de Duque de Caxias é muito ampla, possui 180 unidades escolares. E por isso mesmo, muito diversa. Na minha concepção, um fator que determina a relação estabelecida entre o Profissional de Apoio e os demais profissionais da escola envolvidos no processo de inclusão é o conhecimento na área da inclusão e o quão a cultura inclusiva está ou não fortalecida na unidade escolar. Desse modo, é natural observarmos unidades com diferentes posicionamentos em relação à temática. Felizmente não são muitas as unidades que veem o Profissional de Apoio como uma peça fora da engrenagem da inclusão. De modo geral, a relação estabelecida é de colaboração e este movimento só vem se fortalecendo na rede.
Quem norteia e acompanha a atuação dos Profissionais de Apoio? Quem é o responsável e como acontece a formação continuada destes atores? Com que periodicidade? Quais temáticas são	No caso dos profissionais com vínculo temporário (PSS), a equipe da Unidade de Ensino preenche ficha de desempenho funcional. Quanto aos estagiários, o supervisor do estágio, geralmente o diretor da UE em que se encontra lotado,	Nas unidades escolares, os Profissionais de Apoio são orientados e acompanhados pelos membros da equipe, orientadores educacionais e/ou pedagógicos de modo geral. E, de modo específico, pelo professor do atendimento educacional especializado

trabalhadas?	preenche fichas de avaliação do desenvolvimento do estagiário. É importante pontuar que a CEE está sempre aberta ao diálogo e disponível para esclarecer dúvidas e ouvir tanto profissionais de apoio quanto os supervisores/diretores/Equipes das UES.	<p>(AEE). Uma fragilidade é a pouca integração entre o professor do ensino regular comum e o profissional de Apoio à Inclusão, que pouco orienta o profissional de apoio no processo educacional do estudante com deficiência.</p> <p>O responsável pela formação continuada é a Coordenadoria de Educação Especial (SME) conjuntamente com Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (SME). As formações acontecem duas vezes ao ano, no mínimo, e contemplam temáticas voltadas para função/atuação do Profissional de Apoio à Inclusão no atendimento direto ao estudante com deficiência em sala de aula e no espaço escolar. Além de contemplar temáticas relacionadas a participação colaborativa deste profissional no auxílio de planejamentos e ações desenvolvidas pelos demais profissionais que atuam no processo educacional de estudantes com deficiência.</p>
Existe algum documento de âmbito nacional, estadual ou municipal que subsidie legalmente a atuação do Profissional de Apoio? Existem documentos internos norteadores?	No que se refere à existência de normativas sobre a atuação do profissional de apoio, desconheço. A CEE apresenta documento de uso interno sobre tais profissionais. Há alguns anos, acho que em 2017, foi distribuído para a Rede, um folder com as funções dos agentes.	Não, a única referência é a Nota Técnica 24/2013 MEC/SECADI/DPPE que destaca o perfil de estudante que o apoio se destina, dialogando, de certo modo, com algumas das funções que são desenvolvidas pelos profissionais de apoio como suporte aos estudante em atividades de alimentação, higiene, locomoção, comunicação e outras que contribuam para o desenvolvimento de sua autonomia.

<p>Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação continuada dos Profissionais de Apoio e cite dois profissionais de outras áreas que você considere essencial para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio.</p>	<p>Tecnologia Assistiva com foco na Comunicação Alternativa; estimulação essencial; Autonomia e protagonismo do estudante com deficiência; Sexualidade e deficiência; brincadeiras inclusivas.</p> <p>Sobre os profissionais de outras áreas de atuação, seria interessante a participação de fisioterapeutas e fonoaudiólogos.</p>	<p>Tema 1: A ação colaborativa do Agente de Apoio aos demais profissionais envolvidos no processo educacional do público-alvo da Educação Especial.</p> <p>Tema 2: Atuação e limites do Agente de Apoio em situações de crise com risco para o estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA).</p> <p>Considero importante um diálogo com profissionais da área da saúde, como psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e enfermeiros.</p>
<p>Qual deveria ser a relação deste profissional com a família do estudante?</p>	<p>Deve ser intermediada pela Equipe Pedagógica da Unidade de Ensino, já que o aluno, como qualquer discente matriculado, deve ser responsabilidade da Escola e não do Agente de Apoio.</p>	<p>Sem dúvida, o Profissional de Apoio é mais um profissional que deve estabelecer vínculo de confiança e parceria com a família do estudante com deficiência. Entretanto, este profissional deve ter clareza dos limites de sua atuação como suporte ao processo educacional, não confundindo o seu papel com o papel dos professores do estudante (AEE ou regente do ensino regular comum) e dos demais profissionais, como orientadores educacionais e pedagógicos. É imprescindível o Profissional de Apoio compreender que a família do estudante acompanhado deve acionar, como de igual modo acionam as famílias dos demais estudantes, os profissionais envolvidos no processo educacional de sua criança para orientações, esclarecimento de dúvida e</p>



		repasse de informações sobre o desenvolvimento pedagógico de sua criança.
--	--	---

**Quadro 2 – Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares – Gestores**

Participante	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:
	Ao que se refere ao público que tem direito a este suporte humano no espaço escolar, especifique uma necessidade e apresente uma justificativa para tal acompanhamento.	Na sua opinião, de acordo com as atribuições definidas pela CEE, qual deveria ser a relação estabelecida entre o Professor do Ensino Regular Comum e este profissional?	Sugira no mínimo duas temáticas que você considere relevante para a formação em serviço dos Profissionais de Apoio.	Você considera relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio.	Você considera que a presença da criança com a SCZV na escola, somente possa acontecer quando há a presença do Profissional de Apoio?	Como você considera que deve ser o processo de contratação destes profissionais? (Contrato, concurso público para quadro permanente, estágio, dentre outros).	Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV.
G 1	Eles devem auxiliar aos alunos na adaptação curricular individualizada, tornando a estadia no ambiente escolar mais eficaz para a aprendizagem e socialização dos mesmos	Relação de parceria visando sempre o crescimento do aluno, tornando sua adaptação à escola algo prazeroso.	Deficiências mais atendidas em alunos da Rede com suas principais características, relação com as famílias dos alunos atendidos entendendo suas ansiedades e temores.	Sim, todos os possíveis: Psicólogo, fonoaudiólogo, educador físico (psicomotricidade), assistente social.	No caso do nosso aluno sim, pois ele tem várias especificidades quanto a sua saúde que precisam do olhar mais atento do agente de apoio.	O ideal é sempre o concurso público, mas a contratação por PSS atende de forma melhor que a forma de estágio do CIEE/ e ou Primeira Chance.	Todos devem se envolver de forma coerente para que possamos caminhar na escolarização: a família garantindo o atendimento da parte médica e multidisciplinar, a frequência à escola, o poder público

							garantindo a permanência no espaço escolar de forma eficiente com a presença de agente de apoio e formação para os professores.
G 2	O aluno incluso precisa de suporte do PAI para que ocorra a escolarização de fato, esses alunos precisam de estratégias que supram as suas necessidades e principalmente um olhar que facilite esse momento de aprendizagem, tornando funcional e prazeroso.	O PAI e o professor do Ensino Regular precisam trabalhar sempre alinhados, desde o momento do planejamento até a atuação em sala de aula. Precisam estar caminhando juntos para que o aluno incluso consiga uma escolarização no tempo dele e principalmente utilizando estratégias que respeite as suas necessidades.	Uma temática importante seria técnicas Primeiro Socorros a formação sobre SCVZ e como auxiliar o aluno na interação com os outros indivíduos que vão participar da sua escolarização.	Sim, é muito importante a formação do PAI junto a uma equipe multiprofissional para dar um suporte melhor ao Profissional de Apoio a Inclusão. É importante que esse profissional tenha formação básica em primeiros socorros, apoio de um psicólogo, fisioterapeuta ou profissional de educação física e sempre alinhado ao pedagogo.	Sim é necessário a presença do PAI para auxiliar o aluno no momento de aprendizagem e para promover segurança no que tange a saúde do aluno.	Desde que tenha uma formação continuada em serviço o processo de contratação de indifere.	Precisa de uma integração da família e todos educadores que atuam na escola para que este aluno tenha um atendimento integral e sua escolarização se torne possível.
G 3	Temos uma aluna com paralisia cerebral e cadeirante. A aluna necessita de acompanhamento	Uma relação de parceria, começando pelo planejamento integrado.	Prática pedagógica direcionada à inclusão e Tecnologia assistiva.	Sim. Psicopedagogo, fisioterapeuta, neurologista, psicólogo e fonoaudiólogo.	Sim	Concurso público	Nosso primeiro desafio ao recebê-lo foi em relação a família, pois não conseguimos perceber um

	específico e individualizado para que tenha sua rotina atendida de maneira adequada.						envolvimento, principalmente por parte da mãe em relação ao processo de escolarização do aluno. Apesar de ficado pouco tempo, conseguimos alguns avanços significativos através da atuação da agente de apoio a inclusão.
G 4	"O professor regente na atuação do cotidiano escolar, precisa dar suporte, assistência e fazer intervenções quando necessário, além de mediar conflitos que possam surgir, observando-os, validando a essência de cada criança.	Relação de companheirismo, respeito e a garantia de espaços para a troca de experiências.	"1. A Prática no cotidiano da sala de aula com crianças portadoras de deficiência.  2. Como buscar a essência da criança portadora de deficiência para a realização do SER. "	Sim, OP, OE, Professores, Fonoaudiólogo, psicólogo, neuropediatra, Gestor, Fisioterapeuta e Responsáveis.	Sim Considero de extrema importância pelo fato das necessidades que a criança apresenta.	Concurso público e/ou contrato	"É uma mistura que envolve amor, cuidado e acreditar que juntos podemos contribuir para o crescimento dessa criança, que nos é entregue pelos pais onde depositam toda confiança no nosso trabalho, toda comunidade escolar é responsável. Uma criança indefesa e que está no espaço da escola para exercer o seu

							direito, todos somos personagens em garantir o cumprimento dele. Não só a escola, mas um suporte eficaz da SME e órgãos afins.
G 5	As crianças necessitam de mais atenção e mais cuidados na rotina da Creche	Deve existir uma relação de total parceria e trabalho em conjunto.	Primeiros socorros e estratégias de aprendizagem	Psicólogo, enfermeiro, pediatra, assistente social, fonoaudiólogo.	Na maioria das vezes, o ideal é ter o agente de apoio, por conta da dificuldade de locomoção.	Concurso público	Para que haja uma verdadeira inclusão, os profissionais da Escola precisam estar envolvidos emocional e pedagogicamente na causa da criança. Aqui, tivemos êxito e uma bela parceria.
G 6	Alunos com deficiência intelectual que apesar da idade de 15 anos, ainda não tem autonomia, necessitando de auxílio.	A agente de apoio que acompanha um aluno autista que está matriculado na Unidade, participa do planejamento em conjunto com o professor da turma, pois estabelecem as necessidades do	"Como lidar com o aluno incluso? A relação interpessoal.  A inclusão sem exclusão."	Sim. Todos que atuam dentro de uma Unidade Escolar	Deveria ser, mas a realidade não é essa.	Pode ser qualquer tipo de processo, contanto que tenha o profissional.	A professora da turma regular é totalmente envolvida e dedicada

		aluno, as atividades que serão executadas em parceria também com a professora da sala de recursos.					
G 7	O PAI é necessário para o aluno com deficiência que apresenta maior necessidade para a plena participação nas propostas pedagógicas, assim como nas necessidades físicas e de higiene.	Uma relação de parceria e troca na condução de propostas que permitam o desenvolvimento da criança.	Mediação do processo pedagógico; autismo.	Sim. Psicopedagogo, profissionais da saúde especializados na área de deficiências (neuropediatras, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas) e outros.	Não. Nem todas as crianças com deficiência precisam desse profissional, depende da especificidade de cada criança mesmo que ela precise e não tenha esse profissional a escola precisa pensar estratégias para a participação dessa criança	Concurso público ou contrato, pessoa com formação.	Os profissionais precisam ter um planejamento integrado que vise a participação de todos alunos, um diálogo constante com a família e parceria em todas as esferas de atendimento à essa criança.
G 8	Alguns dos alunos em nossa unidade que mais precisam de apoio individualizado são aqueles que podem trazer perigo de se machucar para si	De parceria e de sintonia no trabalho. Temos trabalho constantemente com as agentes e professoras para que realizem um trabalho de	Formação específica SCZV. Formação específica para inclusão de TEA. Formação em primeiros socorros.	Considero importante que médicos especialistas e psicólogos possam integrar formação dos profissionais de apoio a inclusão.	Não. Há casos em que não há a necessidade do agente. Em nossa unidade já tivemos alunos que precisaram de muito apoio profissional	Concurso público, pois pode vislumbrar que os profissionais se engajem em sua formação pessoal e continuada.	"O trabalho pedagógico inclusivo acontece em todos os lugares em uma unidade escolar. Desde o momento em que o aluno é transportado para

	<p>ou para os demais. Existem casos de TEA que ainda não tiveram muitas experiências de contato ou interação social. Sendo assim, muitas vezes esses alunos precisam de apoio mais individualizado. Temos também em nossa unidade um caso mais complexo de microcefalia, em que torna-se necessário o apoio de uma profissional de enfermagem, visto que a aluna apresenta necessidades específicas na alimentação.</p>	<p>verdadeira inclusão, apoiando os alunos em suas necessidades individuais, integrando-os em todas as atividades, fazendo com que gradativamente esses alunos se tornem mais independentes.</p>			<p>específico e outros em que o trabalho do professor e dos agentes de Creche foi suficiente para realizar um trabalho pedagógico inclusivo. Considero muito importante que esses alunos frequentem o espaço escolar desde cedo, pois é perceptível os avanços significativos que o espaço escolar pode proporcionar no desenvolvimento.</p>	<p>a escola, quando entra na portaria da unidade escolar, através do espaço organizado e pensado nas suas necessidades individuais, na alimentação específica preparada ele, até chegar na sala de aula, com os profissionais trabalhando em uma perspectiva inclusiva e de apoio as necessidades individuais de cada um. Com uma equipe diretiva engajada em avaliar e observar as intervenções mais cabíveis para o processo de inclusão. Ou seja, compreendo que o processo de inclusão acontece em todos os ambientes da escola e considero</p>
--	---	--	--	--	--	---

							importantíssimo que esses alunos iniciem seu processo de escolarização desde cedo, pois assim poderemos obter significativos avanços em seu desenvolvimento. Tenho o prazer de sempre fomentar esse olhar em minha equipe e perceber o comprometimento de todos os profissionais da escola neste sentido. Desta forma, com um trabalho verdadeiramente inclusivo, podemos vislumbrar os pressupostos de uma educação humana e dialógica.
G 9	Cuidados relacionados à sua higiene, já que o regente não	Parceria contínua, desde o planejamento, execução,	Inclusão de crianças com autismo na escola e Plano	Psicólogos, fonoaudiólogos, técnico de enfermagem e	Sim, devido as peculiaridades apresentadas neste público	O ideal é sempre o concurso público.	Seria muito importante que as famílias conseguissem



	<p>conseguiria acompanhá-lo até um espaço adequado, pois existem outros alunos sob sua responsabilidade na sala de aula.</p> <p>Cuidados relacionados à inquietação e agitação que por vezes gera uma flexibilidade quanto à sua permanência dentro de "4 paredes" por 4 horas, impossibilitando o regente de flexibilizar isso, já que a turma toda esta na sala e ele não pode se ausentar.</p> <p>Fora as questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem e a necessidade de um Planejamento Individualizado e</p>	inclusive a avaliação.	Educacional Individualizado (Construção e Execução).	psicopedagoga.	alvo. Costumam ser crianças extremamente dependentes para demandas básicas do cotidiano, como beber água, se alimentar, trocar fralda, etc. Diria que vai além, pois dependemos mesmo do agente de apoio à inclusão formado em enfermagem. Sem contar as demandas de infraestrutura que também precisam estar bem preparadas para que de fato a inclusão ocorra.		para além da vaga e manutenção da criança no espaço escolar, que elas tivessem acesso à todas terapias que tem direito e necessidade. Por estarmos muito distante dos principais centros de atendimento gratuitos, a maior parte dos alunos não faz terapia, inclusive a que possui SCZV.
--	---	------------------------	--	----------------	--	--	---

	Adaptado para atender as demandas desse aluno.						
G 10	Acessibilidade. O suporte do profissional (PAI) é fundamental.	A inclusão escolar deve englobar todos da Unidade Escolar. Principalmente professor e Profissional de apoio à inclusão para o desenvolvimento global do estudante.	Alimentação e Saúde	Psicólogos, Enfermeiros, Pedagogos, Assistente Social	Além de ser direito da criança, vejo como essencial para o atendimento ao estudante.	Concurso Público	A atuação de todos é de suma importância para o desenvolvimento global da criança.
G 11	Esse aluno necessita de suporte para acompanhar as atividades. Muitos familiares não têm a habilidade e competência para ajudar seus filhos, essa responsabilidade passa ser nossa, a partir da matrícula deste aluno. Devemos atender cada aluno dentro da sua individualize.	Uma relação de união/ equipe	* A importância da inclusão * implementação de um documento que oriente sua real função.	Fonoaudióloga, Psicóloga (para a criança e para a família) Enfermeira	Sim. No nosso caso são bebês de 1 a 4 anos com grande dependência do mediador.	Concurso com exigência de formação.	Todos os profissionais estão envolvidos em parceria com a família

G 12	Necessidade de contínua formação em serviço a fim de aprimorar a prática	Relação de respeito e parceria com muita troca de informações a fim de desenvolverem atividades que alcancem o aluno	Características das síndromes e possibilidades de atuação. Oficinas de atividades práticas.	Com certeza. Um olhar multidisciplinar ajuda a entender e atuar	Sim, pois possuem muitas limitações, assim como alimentação, que só um profissional ou responsável são capazes de lidar. Já houve caso de engasgo com nossa SCZV em que a profissional teve dificuldades em retirar. Se ela não estivesse, não sei como seria.	Concurso público	Todos da escola e família precisam estar unidos na inclusão da aluna. Cozinha, sala de aula, equipe Pedagógica, direção, portaria.... Apesar da aluna não ter uma frequência regular, procuramos manter comunicação constante com a família e entre a equipe escolar a fim de proporcionar qualidade na permanência da aluna na unidade. O cuidado com a comida, principalmente é nosso foco principal, tendo em vista que é uma dificuldade da aluna e com engasgo na unidade. É um desafio mas também uma
------	--	--	---	---	--	------------------	---

							alegria para nós pois todos aprendem e crescemos enquanto pessoas.
G 13	Autistas severos, microcefalia, paralisia cerebral, entre outras...	Muito próxima, de cumplicidade em prol do aluno. Sim.	Amor e Boa vontade.	Sim, psicólogos, pediatras, fonoaudiólogos, oftalmologistas, enfermeiros, profissionais da área da saúde.	Não, porém seria mais seguro para todas as partes envolvidas.	Contrato, a princípio.	Todos se esforçam para fazer o melhor.
G 14	Os estudantes hoje na unidade tem necessidades diferentes. Alguns tem dificuldade de locomoção. Outros precisam de acompanhamento para que realize as atividades juntos com os alunos.	Acredito que a relação deveria ser de total parceria, desde o planejamento das atividades até a realização das atividades.	Qualquer temática que ajude no desenvolvimento neurológico e motor dessas crianças.	Sim, muito relevante. Fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, pediatras e todos que participam ativamente na formação desse aluno.	No caso da creche, conseguimos atender basicamente pois temos ADEBs que conseguem suprir as necessidades básicas dessa criança. Na escola já não vejo possibilidade.	Concurso público.	Nesse momento todos os profissionais da creche fazem parte dessa escolarização e todos entendem sua importância no desenvolvimento da aluna. Por isso, a aluna sempre, sem exceção, está incluída em toda e qualquer atividade da creche, estando com a agente de apoio ou não.
G 15	Apoio cognitivo, físico e cooperativo. Maior apoio e	"Troca de ideias, parceria, apoio pedagógico e integração do	Autismo e apoio emocional.	Psicóloga, psicopedagogo, pedagogo e	Sim. Por conta de uma necessidade física e cognitiva. A fim de	Concurso público seria o ideal mas a necessidade é muito grande.	A equipe, professores e agente de apoio tentam apoiar

	integração do aluno ao meio e a turma.	trabalho desenvolvido.		fonoaudiólogo.	conquistarmos uma maior integração e desenvolvimento do aluno em questão.	Acredito que estagiários na área pedagógica e na Educação Especial também seriam bem inseridos.	família e aluno na rotina escolar. Inserem objetos e situações de interesse do aluno. Motivam e impulsionam suas habilidades. Mas cuidados físicos nos restringem.
--	--	------------------------	--	----------------	---	---	--

**Quadro 3 – Análise de dados da pesquisa com participantes das Unidades Escolares - Profissionais de apoio**

Participante	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:	Pergunta:
	Qual a sua formação para atuar como Profissional de Apoio à Inclusão? Você a considera suficiente para atuar na função?	Na sua opinião, qual seria a nomenclatura e a definição mais apropriada que caracterize o Profissional de Apoio à Inclusão?	Dê a sua opinião sobre a inclusão da criança com a SCZV:	Fale de uma forma geral sobre a atuação de todos os personagens envolvidos na escolarização da criança com a SCZV:	Sugira duas temáticas que você considere indispensável para a formação em serviço dos PAI:	Você considera relevante que multiprofissionais participem da formação do PAI? Que profissionais seriam esses, de outras áreas de atuação (para compor uma equipe multiprofissional) para uma parceria com vistas ao processo formativo do Profissional de Apoio:	De acordo com a sua realidade, qual a sua sugestão para que ocorra os encontros de formação? (Oficina, aulas práticas, teóricas, dentre outras.)
AAI 1	Professora de Educação Física Licenciatura Plena. Me considero preparada para a função.	Agentes de apoio à educação inclusiva.	A inclusão de crianças com a síndrome Zica vírus não acontece de forma satisfatória, pois existe a necessidade de maior aprofundamento de estudos sobre a síndrome e à Inclusão escolar.	Os pais, cuidadores, professores e toda equipe pedagógica podem auxiliar no desenvolvimento das crianças através do envolvimento em atividades cotidianas e no brincar. Toda a comunidade escolar é muito importante para	Posicionar a criança de modo a favorecer a interação com o ambiente utilizando recursos adequados. Utilização de texturas, brinquedos com sons e luzes, brinquedos fáceis de pegar para explorar o chocalhar e o	Sim. Fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, assistente social e fisioterapeuta.	Sugiro que seja encontros de 6 em 6 meses para melhor conhecimento das práticas pedagógicas.

				à Inclusão da criança com a síndrome congênita do zika vírus.	jogar.		
AAI 2	Técnica de enfermagem. Precisamos sempre nos atualizar	Essa nomenclatura é apropriada mas a palavra auxiliar também seria apropriada.	Embora com toda dificuldade da criança é importante que a criança esteja na escola para socializar	"Percebo que todos se envolvem e tem carinho e cuidado com a criança"	Deficiências de crianças	Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional...	Aulas práticas, oficinas
AAI 3	Técnico em enfermagem, sim.	O profissional que realmente faz a inclusão do aluno especial com a turma, inclui o aluno em todas as atividades escolares, e o trata com todo carinho.	E muito importante para eles, o meu aluno quando chegou se assustada com o barulho do ambiente escolar, hoje em dia o aluno já não se assustada mais.	Muito importante também, todos se envolve com o aluno, criando um carinho com o aluno.	Curso de primeiros socorros Cursos de autismo	Psicólogos  Não só para os alunos, e familiares, mas também para os profissionais que trabalham na unidade escolar.	Pelo menos uma vez no mês.
AAI 4	Mediadora, técnico de enfermagem, primeiros socorros, e sempre vou em busca de novos conhecimentos. Não, cada aluno é um desafio diferente, por isso creio que precisamos de capacitação em	Mediadora, ou apoio a Inclusão mesmo.	Na minha opinião, ter um olhar diferenciado para acolher melhor essas crianças e buscar formação dentro da dificuldade de cada um.	Nossa experiência foi positiva, mesmo sem a ajuda da família, a criança teve muitos avanços	Elaborar! Atividades com músicas e jogos, inserir como temática a compreensão do processo educacional inclusivo, com alternativas. Práticas em	Sim. Agentes de inclusão, professor de educação física, psicopedagogo, professores, e todos que estão na linha de frente com a inclusão.	Uma vez ao mês poderia se, organizar em equipe e montar atividades de acordo com os diagnósticos dos alunos para que possamos alcançar o melhor pra ele.

	novos desafios.				ambientes coletivos, (sala regulares) legislação e noção do PEI (plano educacional individualizado).		
AAI 5	Ensino Médio. Não	Agente de Apoio a Inclusão	A criança precisa ser antes de tudo acolhida por toda a equipe.	Nossa experiência foi positiva, mesmo sem a ajuda da família, a criança teve muitos avanços	Primeiros socorros, estratégias de aprendizagem, regras de convivência em grupo	Sim. Com certeza. Psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, pediatra, agentes de saúde.	Aulas práticas
AAI 6	Professora. Não considero suficiente.	Cuidador.	Acredito ser necessária pois todos tem o direito de estudar.	Todos os funcionários da escola tem um papel importante na escolarização da criança com deficiência.	Treinamento dos profissionais e esclarecimento nas escolas da função dos Agentes de apoio.	Sim considero importante que profissionais como instrutor de libras, intérpretes, instrutor de braile e assistente em educação de surdos.	Gostaria que houvessem encontros contínuos, com aulas teóricas e práticas.
AAI 7	Curso de pedagogia incompleto e curso ABA, não considero suficiente	Terapeuta	Lei de inclusão	O trabalho em equipe no sentido geral e fundamental.	Troca de experiência e intervenções	Psicólogos, neuropsicopedagogos com supervisão no curso ABA	Aulas práticas oficina
AAI 8	Sou Enfermeiro Pós graduado. No meu caso considero sim devido a experiência	Agente de Apoio para alunos da Educação Especial.	É necessário incluir estas crianças no ambiente	De maneira geral, quando existe parceria e uma troca de	1-Desmitificar ou Desconstruir que o aluno portador de	Sim bastante. Pois cada profissional tem um olhar e uma experiência e quando	A cada 3 meses, pois poderíamos avaliar cada caso após os



	<p>com pediatria; porém este casamento da Educação + Enfermagem que em sua essência é o cuidar foi perfeito e assim, pois assim como seguimos atingir o objetivo que é a INCLUSÃO com olhar de 2 profissionais diferentes unidos no mesmo objetivo.</p>		<p>escolar para que as mesmas desenvolvam-se. Porém é de suma importância conhecer as necessidades individuais de cada aluno e fazer avaliações periódicas da evolução dos mesmos; promover campanhas de inclusão escolar; dentro do possível buscar meios e investir em tecnologia para atender este público, pois muitos alunos irão necessitar de brinquedos educativos específicos bem como material áudio visual.</p>	<p>experiências, agrega-se muito. Pois na prática, no dia a dia lidando com cada criança com algum tipo de deficiência seja cognitiva ou física; em alguns casos ambas. Nem sempre na prática será igual na teoria. Daí é se suma importância promover encontros regulares para que estas experiências possam ser compartilhadas objetivando a melhor forma de promover não apenas conhecimentos pedagógicos, mas também promover um bem estar emocional tanto para os profissionais</p>	<p>deficiência são problemas que chegam. 2- Conhecendo os diversos tipos de deficiência e como lidar com eles.</p>	<p>conseguimos fazer esta junção com uma equipe multidisciplinar é de grande valia pois a troca de conhecimentos é importantíssima desde que TODOS estejam voltados no mesmo objetivo. Os profissionais da educação (professores) e da saúde (Enfermeiros e técnicos de enfermagem), buscar parceria com outros profissionais de saúde; fonoaudiólogos, fisioterapeutas etc.</p>	<p>conhecimentos adquiridos e trocados. Levando em consideração que deverá ter horário flexível, pois os profissionais de saúde trabalham com escalas.</p>
--	---	--	--	--	--	--	--

				como as crianças que fazem parte do projeto que são assistidas nesse processo de inclusão. Sim			
AAI 9	Médio e técnico. Sim	Concordo com a nomenclatura Profissional de apoio a inclusão	Eu tento sempre extrair da criança o que ela me oferece, seja visual, seja oral...e acrescentar na capacidades dela conhecimentos pedagógicos, atividade lúdicos.	Sempre incluir os alunos em todas as atividades oferecidas.	Educação inclusiva e primeiros socorros	Médico, enfermeiro, fono, psicólogo, fisioterapeuta...	No mínimo 2x anuais
AAI 10	Curso de formação de professores, não	Professor mediador	É preciso que seja pensado uma maneira mais inteligente e efetiva para realizar uma inclusão	Todos precisam de mais conhecimento na área	Atendimento a crianças portadoras de necessidades especiais e cursos de especialização	Sim, médicos, enfermeiros e pedagogos	Encontros mais focados
AAI 11	Estou terminando minha graduação em pedagogia e pretendo me especializar em educação especial. Dou meu melhor no que faço e pretendo	Agente de Apoio à Inclusão é mais que suficiente.	Não é nada fácil incluir crianças especiais independente de suas especificidades. Porém, esse	São pessoas fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem e inclusão dessas crianças. A união	(Não respondeu)	Acho sim relevante a participação de todos os envolvidos, tanto da escola quando da família dos alunos.	Acho fundamental essa troca, uma vez ao mês esses encontros seria ideal.

	aprender ainda mais para ser ainda mais superior.		papel é de suma importância para a criança em si e para todos os outros alunos da instituição. É preciso esse contato para banir preconceitos e falta de informação. Somos todos capazes de aprender e de se desenvolver e acredito fielmente que as crianças SCZV também são, é com carinho, pesquisa, cuidado, atenção e respeito que tudo se ajeita e se transforma.	entre elas são capazes de superar barreiras.			
AAI 12	Pedagogia: Orientação Educacional; Pós-graduação em Supervisão Escolar; Pós-graduação em Educação Infantil e Especial; Pós-	Profissional de Apoio à Inclusão Humanizada.	Inclusão possível e enriquecedora para todos os envolvidos.	Torna-se necessário interação, diálogo constante, olhar potencializado, busca de conhecimento,	Sugestões de atividades (estimulações); Rede de apoio.	Sim. Fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, assistente social.	Estudos de casos.

	graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Formação continuada é necessária para atuar na inclusão.			PEI funcional.			
AAI 13	Sim	Auxiliar de professor	Todos tem direito de aprender e conviver em sociedade.	Primeiro começa em casa, depois na escola e enfim enfrentar os desafios de uma sociedade. Juntos firmar uma parceria.	Conhecer o problema e muita dedicação.	Professores de Educação física e Psicólogos.	Oficina.
AAI 14	Sim	0 próprio PAI	Assim como todos, eles também precisam estar incluídos porque são todos iguais na diferença	Precisamos entender que todos sem exceção, tem direito a educação sem preconceito porque somos todos iguais	Amor pelo que se faz e ter empatia.	Sim, talvez poderiam marcar uns cursos ou palestras a respeito de determinados assuntos acho que seria muito bom	Todas as alternativas entre outras
AAI 15	Graduação em pedagogia - curso téc. de enfermagem - cursando pós em especialização em educação especial e inovação tecnológica	Professor mediador da educação especial. Trabalhamos no processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Bem	Conhecer a criança, suas especificidades e seu quadro clínico. A troca é fundamental. A comunicação da família e equipe tanto educacional quanto a de	A criança é a protagonista e todos que estão envolvidos no processo de escolarização são essenciais para servir, atender, entender e fazer a diferença na	Recursos e inovações tecnológicas e tec. assistiva	Sim. Psicólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogo entre outros.	Os encontros trazem renovação. São excelentes para reflexão, conhecimento, desenvolvimento, inovação, estímulo e aprendizagem. Independente da

		como todo cuidado, auxílio e suporte	saúde para atender e entender. Proporcionar estímulo, trabalhar atividades e cuidados.	vida da criança e seu desenvolvimento no espaço escolar para a vida. Seria muito bom, se além dos profissionais da educação e dos técnicos de enfermagem, contarmos com terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e fonoaudiólogos para casos específicos. Uma equipe multidisciplinar para trabalhar e contribuir no desenvolvimento da criança e sua especificidade.			forma aplicada e abordada a temática, fará a diferença nas demandas diárias.
AAI 16	Professora, Pedagoga com Administração e Supervisão Escolar, curso de Psicomotricidade e Pós-graduação Assistência Social e Saúde Pública.	De acordo com a lei, ficou definido que essa pessoa deve auxiliar o aluno nos momentos de higiene, alimentação e locomoção. Além disso, ele deve	Toda criança tem direito a educação, pois é lei. A educação inclusiva tem um intuito de diminuir a distância de crianças com necessidades	Agir com conhecimento, dar apoio para que o aluno se sinta à vontade, estar atendo e desprovido de quaisquer preconceitos em quaisquer	Sua função principal é facilitar a acessibilidade do aluno com deficiência e facilitar a inserção delas na sala de aula da melhor	Sim, acredito que todos os profissionais da área de educação e até aqueles que não são profissionais de educação, mas, que trabalham dentro de uma escola inclusiva.	Oficinas, palestra e aulas práticas além de muitos informes sobre o assunto.

		<p>atuar em todas as tarefas escolares que forem necessárias e em todas as modalidades e níveis de ensino, tanto na escola pública quanto na particular. Além de ter conhecimento na área que atua.</p>	<p>especiais das que não tem. E mostrar pra nossa sociedade que precisamos ver e respeitar nossas diferenças. E fazer valer o direito de inclusão por completo em nossa sociedade.</p>	<p>situações. Fazer o aluno ter confiança em você para que o trabalho possa fluir.</p>	<p>maneira possível.</p>		
--	--	---	--	--	--------------------------	--	--